



16/Nov./2005

ÍROHÌN

Brasília, ano X, nº 11,
jun./jul. 2005

Foto: Daniel Cardoso



Assinantes do Írohìn de todo o Brasil, sorteados com a camiseta da Marcha Zumbi +10, estão listados na página 39.

Foto: Marcos Homem



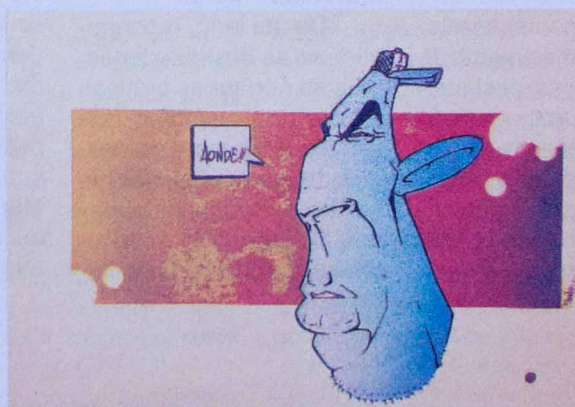
Vanessa Pasquale apresenta o programa "A cor da Cultura" na TV Futura, pág. 40.

Foto: Daniel Cardoso



Senador Paulo Paim presta homenagens ao Írohìn da tribuna do Senado. Nesta edição, alcançamos a tiragem de 10.000 exemplares

Conheça os trabalhos expressivos e criativos de Ibrahim e Marcelo, estudantes de artes plásticas da Universidade Federal da Bahia, pág. 34.



Marcelo Roberto da Silva Santos



Ibrahim do Nascimento Santos

Jurema Werneck:
sem o SUS não há
saúde da população
negra, pág. 26

Tarso Genro: trocar a
dívida externa por
investimentos em
educação, pág 28

Memória de
Hamilton Cardoso
(1953-1999). Pág 32

ISSN 18085369



9 771808 536008 >

O momento é de afirmação política

"Na minha geração havia uma crença de que não há um problema racial, e sim um problema social, e que se resolvêssemos o problema social nós resolveríamos o problema racial. Creio que a questão, hoje em dia, se coloca no sentido inverso".

A frase é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, num painel em Brasília, no dia 29 de junho. Trata-se de uma inversão que coloca em destaque a importância do racismo e das práticas de discriminação racial na estruturação das desigualdades brasileiras.

Podemos afirmar com segurança que a linha de argumentação que sustenta a inversão citada pelo ministro foi construída e disseminada pelo Movimento Negro, protagonista no processo longo e penoso que gerou esse novo enfoque que agora alcança a consciência de representantes de primeiro plano da administração pública federal.

Mas a frase utilizada pelo ministro omite o agente. A questão se coloca, é colocada, por quem? Reconhecer a centralidade da

questão racial é fundamental para o combate efetivo à pobreza e à exclusão, isto é, com consequências práticas na vida de milhões de pessoas. Mas é preciso reconhecer o protagonismo negro para além dos limites de uma ação meramente reivindicatória, se, de fato, queremos mudança..

A inversão a que se referiu Amorim permite antever um redirecionamento das políticas públicas. Mas o não reconhecimento do protagonismo negro permite, por sua vez, antecipar o quanto essas políticas podem ser adiadas, ou aplicadas de modo distorcido, desvirtuado, superficial, como mero paliativo.

É extremamente relevante o reconhecimento da importância das desigualdades raciais, mas elas são desigualdades entre pessoas e a superação do sistema que produz desigualdades tão profundas só poderá acontecer de verdade



Ministro Celso Amorim

com a ampliação da participação política, do engajamento daqueles diretamente interessados na mudança do quadro injusto.

Entre nós, o reconhecimento da importância da questão racial, reconhecimento conquistado a duras penas, vem acompanhado com frequência da negação da participação política do negro como um segmento organizado e autônomo do movimento social.

De um lado, reconhecem-se as desigualdades, mas se negam as práticas racistas do cotidiano que recriam e reforçam as mesmas desigualdades. Não há, portanto, responsabilidades. De outro lado, se reconhece, tardiamente, a im-

portância das desigualdades raciais para a manutenção da pobreza e da exclusão, mas continuamos a negar a participação política do negro fora dos limites colocados pela tutela branca (nos partidos ou fora deles).

A idéia de que reivindicamos para que outros façam é falsa. Nada, em mais de quinhentos anos de história de opressão racial, autoriza e justifica que os negros se deixem embalar por essa ilusão. Nossas reivindicações por políticas públicas coexistem, intimamente, com nossa reivindicação por direitos políticos plenos.

Não queremos participar apenas da montagem de uma foto com o presidente da República. Repudiamos o instantâneo fotográfico de natureza populista, assim como toda subalternidade que caracteriza quase a totalidade da inserção negra institucional. Queremos apro-

fundar nossa experiência de luta e organização para a conquista efetiva de poder político.

A construção da Marcha Zumbi dos Palmares + 10 ocorre numa conjuntura de crise político-partidária, o que exige de nós a disposição para afirmarmos o Movimento Negro como sujeito político, que faz denúncias, que reivindica, mas que exige, por sua trajetória e essencialidade, o direito de participar das decisões que afetam a vida de todos.

Na construção da Marcha, além de elencarmos nossas reivindicações dirigidas ao Executivo e ao Congresso Nacional, devemos ser capazes de elaborar, com ampla participação, uma fala à Nação, que expresse a conquista de nossa maioria política e esteja à altura de nossa relevância histórica, social e econômica.

Queremos opinar e sugerir, queremos dirigir, decidir, queremos comando, queremos monitorar e implementar, queremos a gerência de recursos públicos, queremos o controle das riquezas que ajudamos a construir.

Edson Lopes Cardoso.

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 10.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohin, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe Irohin: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Fernanda Felisberto, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Wania Sant'Anna e

Wesley Alcides Lucas.

A modelo da capa, com a camiseta da Marcha, é Ocena de Oliveira

Editoração Eletrônica: Formato 9 produção gráfica Ltda.

Impressão: Correio Braziliense.

Site: www.irohin.org.br (em construção).

e-mail: irohin@terra.com.br

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 447-1729.

Apoio: Fundação Ford.



16/Nov./2005

Mensagem Final do XVII Encontro do Instituto Mariama Salvador - julho de 2005

Fotos: Fernando Amorim/ A Tarde



Padres, bispos e diáconos negros apóiam a Marcha Zumbi + 10



Reunidos nesta Cidade do Salvador, entre os dias 25 a 29 de julho de 2005, os membros do Instituto Mariama, que congrega Bispos, Padres e Diáconos Negros, refletiram sobre o *Diálogo inter-religioso para a construção de uma cultura de vida e de paz*. Comungando as suas reflexões com os padres, leigos e leigas norte-americanos e identificados com a situação de exclusão social e religiosa a que continuam ainda submetidos, declararam para as igrejas e para a sociedade que:

1. A atual conjuntura brasileira, em que pesem as políticas de ação afirmativa, exige, urgentemente, uma nova mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil para que assumam a sua responsabilidade política de serem os sujeitos privilegiados das transformações exigidas pelos mais atingidos por este sistema perverso e opressivo dos anseios legítimos dos que constroem a nação brasileira;

2. Convidamos a Comunidade Negra do Brasil e todos aqueles que se identificam com as suas lutas his-

tóricas para se comprometerem com o debate político que precisa ser reinstaurado no conjunto da população brasileira e dos seus movimentos sociais representativos e organizados.

3. Conclamamos a sua participação na Marcha Zumbi + 10, que será realizada no dia 16 de novembro de 2005, em Brasília- DF;

4. Reafirmamos que o diálogo inter-religioso só será fecundo se acompanhado de ações comuns pela justiça, pela defesa dos direitos humanos e pela construção da paz alicerçada na liberdade religiosa, pois "ninguém deve ser levado a crer contra a vontade. Ninguém pode aderir a Deus senão quando, atraído por ele, crê, isto é, acolhe-o num ato livre e razoável. Por si mesma a fé exclui, em matéria religiosa, todo gênero de coação por parte dos seres humanos" (DH, 10)

5. Afirmamos que somente a verdade, o respeito mútuo e a tolerância, são os caminhos seguros que nos levarão a superar e aniquilar as guerras de religiões nas quais os mais atingidos são os mais subme-

tidos ao poder opressivo e intolerante dos que não admitem a pluralidade querida pelo Criador. "Acaso não temos o mesmo Pai para todos nós? Não nos criou um mesmo Deus? Por que trabalhamos, tão perfidamente, uns contra os outros?" (Mal 2, 10).;

6. Finalmente, hipotecamos a nossa irrestrita solidariedade a todas as casas religiosas de tradição africana que vêm sofrendo, sem cessar, a violência física e moral dos que, em nome de sua *religião*, procuram impor a sua mentalidade autoritária, esquecendo que Paulo, o apóstolo dos gentios, ele mesmo, tinha um coração judeu, uma mentalidade grega e uma existência romana.

7. Lembramos as palavras do Cristo: "Chegará um momento em que aquele que vos matar pensar que está prestando um serviço a Deus" e com elas queremos colocar nossos corações e almas, em solidariedade fraterna com a igreja de Nova Iguaçu, covardemente atingida pelo assassinato do Pe. Paulo Henrique Keller no exercício pleno da missão

profética exigida pela Boa Nova de Jesus Cristo.

8. Anunciamos que nada deterá o nosso empenho para concretizar o diálogo inter-religioso, como nos foi e é exigido, pelos documentos do Concílio Vaticano II e testemunhado pelo Papa João Paulo II, na cidade de Assis, em outubro de 1986.

9. Finalmente, nos empenharemos em aprofundar o nosso diálogo com as tradições religiosas africanas, conscientes da exortação de que "há um só povo de Deus na diversidade das culturas e isto é uma realidade inscrita no plano de Deus" (CPC).

Pedimos as bênçãos do Senhor do Bonfim e a proteção de todos os Santos e e Santas para que possamos, com todos os homens e mulheres de boa vontade, anunciar e concretizar em toda a terra o utopia do profeta: "Quem fizer casas, nelas vai morar; quem plantar vinhedos, dos seus frutos vai comer. Todos vão gozar do fruto de seu trabalho e ninguém fará mal e ninguém pensará em prejudicar ninguém" (Is. 65, 21-22).



Senador Paulo Paim acredita que só a mobilização da Marcha Zumbi + 10 pode aprovar o Estatuto da Igualdade Racial

Irohìn – Senador Paulo Paim, na proposta de Estatuto da Igualdade Racial que tramita no Senado, o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, pela emenda César Borges, é só autorizativo. O legislativo autoriza o Executivo a criar o Fundo. A proposta precisa ainda ser aprovada em duas comissões para seguir para a Câmara. O outro projeto de estatuto, que está no plenário da Câmara, desde dezembro de 2002, mantém a formulação inicial de criação do Fundo, proposta na Comissão Especial, e aguarda uma decisão do governo para ser discutido e votado. Como o Senador avalia este quadro?

Senador Paulo Paim – Primeiro acho importante explicar por que existem duas propostas. Na verdade, fiz isso para agilizar o processo quando assumi uma cadeira no Senado. A proposta da Câmara estava emperrada, reapresentamos o projeto no Senado para acelerar a tramitação. No Senado, o relator fez a modificação para atender a argumentação dos que defendem a inconstitucionalidade do Fundo. Minha posição é a de que o Estatuto da Igualdade Racial, sem definição de recursos, sem previsão orçamentária, não tem sentido, não tem realidade política.

Irohìn - Há espaços para ne-

gociação?

Senador Paulo Paim- Participamos de duas reuniões para debater o impasse com a equipe do ministro Palocci, representantes da Seppir e assessores do Senado. O governo, por enquanto, descarta a criação de um fundo ou de qualquer mecanismo de vinculação de recursos. O governo defende que os ministérios devem ter programas e ações direcionados à promoção da igualdade racial. Nós achamos que além de definir fontes seguras de recursos deve haver um compromisso formal e muito bem carimbado do Executivo, com uma definição clara de quem vai gerir o Fundo. O

debate está nesse pé na comissão criada no ministério da Fazenda, sem uma proposta concreta que permita a superação do impasse.

Irohìn – E a Marcha, a mobilização pode alterar este quadro?

Senador Paulo Paim- Mais do que nunca, a mobilização para a construção da Marcha já está contribuindo com esse debate. Não teríamos chegado a esse ponto sem a agitação que acontece nos estados em torno da Marcha Zumbi + 10. É fundamental que essa mobilização cresça até o dia 16 de Novembro, para que possamos talvez festejar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, com o Fundo.

Reunião em Brasília supera divergências sobre data



Fotos: Valcir Pires



No dia 21 de julho, às 15 horas, reuniram-se em Brasília, no gabinete do senador Paulo Paim, a fim de debater questões relacionadas à Marcha Zumbi + 10, as seguintes pessoas: Paulo Paim (senador da República), Edson Cardoso (Irohìn) Jurema Werneck (Criola), Ana Luíza Flaúzina (EnegreSer), Denise Barbosa (MNU), Edson França (Unegro), Cleide Souza (Conen), Isabel Ballazar (Fenasp). A reunião fortaleceu a construção da unidade da Marcha em torno do dia 16 de novembro. Nova reunião foi acertada para o dia 21 de agosto, também no Senado.



16/Nov./2005

A ação construtiva da militância

Entidades e militantes do Movimento Negro em todo o país reúnem-se para debater as tarefas de construção da Marcha Zumbi dos Palmares +10, no dia 16 de novembro, em Brasília. As dificuldades financeiras estimulam a criatividade e combatividade da militância. Destaque-se o papel da juventude negra: faz o Rap da Marcha no Rio, faz programas de rádio em Brasília, faz adesivos e Bottons em Goiânia. Vamos lutar, vamos viver.

São Luís

Foto: J. Santos



Reunião da Marcha Zumbi + 10 promovida no dia 28 de julho, em São Luís (MA). Atendendo a convite do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), estiveram presentes 41 pessoas, representando 21 instituições, entre ong's, entidades, blocos, associações culturais, quilombolas, representantes de conselhos e partidos.

Goiânia



O Coletivo de Alunos Negros Beatriz Nascimento e outros, em Goiânia, 09/07, discutindo estratégias de mobilização para a Marcha Zumbi +10.

São Paulo

Dia 23 de julho, em São Paulo, Elisa Lucas Rodrigues, presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, promoveu, com a participação de Edson Cardoso, editor do jornal Irohìn, debate sobre a Marcha Zumbi + 10 com representantes de 23 municípios paulistas. Presente na abertura, o Dr. Hédio Silva Júnior, secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, reiterou seu apoio à mobilização que acontece em todo estado em favor da Marcha do dia 16 de novembro.

Fotos: Jader Nicolau Junior





Foto: Carlos Moura

Resgatar a iniciativa política do Movimento Negro

Sueli Carneiro

Em 1995, quando da realização da Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, afirmávamos na separata que divulgou o documento oficial da Marcha que ela era o

"ato político mais importante realizado pelo Movimento Negro Brasileiro nos últimos 20 anos. A Marcha demonstrou que somos capazes de dar à luta contra o racismo um caráter unitário e nacional, respeitando as diferentes perspectivas de ação política existentes no Movimento Negro. Esta ação unitária e nacional nos habilita como interlocutores dos poderes constituídos de nossa sociedade, e nos coloca como agentes de transformação das condições de vida do povo negro deste país. Nesse sentido estamos diante de um desafio histórico: consolidar esta perspectiva política aberta pela Marcha ou retornar às velhas práticas que, a serviço do racismo, têm nos transformado em inimigos um dos outros. Que os Orixás nos iluminem para que estejamos à altura dos desafios que o avanço de nossa luta nos coloca hoje."

Passados dez anos estamos novamente diante dos mesmos desafios, porém numa conjuntura sig-

nificativamente diferente daquela. Costumo me utilizar abusivamente de frase cunhada por Jurema Werneck e que já transformei em bordão para ilustrar diferentes situações. Diz ela: "a era da inocência se acabou, já vai tarde." Se, de um lado, essa frase, expressa os desencantos e desesperanças em relação à conjuntura política atual, de outro, ela equivale também a uma oportunidade de libertação dos mecanismos que historicamente vêm tutelando a ação política dos negros brasileiros, anunciando a possibilidade de sairmos da minoridade política para alcançarmos o patamar de autonomia e autodeterminação que caracteriza qualquer movimento social maduro e consciente do papel histórico que lhe cabe cumprir em defesa dos interesses dos seus.

Isso requer a coragem política de afastar-se das formas consentidas e subordinadas de resistência; das agendas políticas que exigem a sujeição e fidelidade a pactos políticos estranhos aos nossos interesses, da cultura política que se contenta com as migalhas que os poderes instituídos reservam aos considerados politicamente irrelevantes.

Diferentes atores hegemônicos vêm vocalizando propostas de novos pactos políticos à revelia dos atores sociais que expressam as dimensões mais agudas da dívida social. Esses ensaios de concertação político/social pelo alto adensam novas e inusitadas dimensões à Marcha de 16 de novembro próximo, que exigem de nós não apenas um definição consequente e competente



senador Paulo Paim, a sua melhor tradução, como também exige uma leitura da atual conjuntura e de seus possíveis desdobramentos no futuro imediato, sobretudo no que diz respeito ao desafio de tornar o ativismo negro em sujeito político relevante nos processos de construção dos novos contratos sociais que começam a ser ensaiados na sociedade brasileira.

Dentre as muitas questões que temos a responder para que a Marcha Zumbi + 10 encontre o seu ponto mais elevado de expressão do protagonismo negro estão: quais são os cenários políticos que se delineiam? Qual o espaço político em cada um deles para nossas reivindicações? Quais as

possibilidades de seu atendimento? Para quando? Com quem? A agenda de políticas públicas que temos a propor é para agora ou para o próximo mandato? Quais são as condições políticas para a pressão pela aprovação do Estatuto e demais pleitos?

Em qualquer dos cenários que identifiquemos, é certo que já é hora de o Movimento Negro resgatar a iniciativa política, numa demonstração de que não se dispõe a aceitar passivamente ou se limitar a apenas referendar arranjos políticos entre velhas e novas elites políticas.

É hora de sair da condição de reféns, de recusar a tutela como modo de subjetivação política, de encarar a trágica realidade de que estamos sós, por nossa própria conta, e que se não fizermos por nós, ninguém o fará. É hora de ousar e exigir lugar nas mesas de negociação que pretendem refundar os dispositivos de poder da República sem a participação republicana de todos.

* Doutora em Educação (USP) e diretora do Geledés - Instituto da Mulher Negra (SP)



Notícias do Front: a Conferência, o Fundo, o Déficit Zero, a DRU e outras questões

Mário Theodoro*

Enfim deu-se a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O encontro com a nossa própria diversidade trouxe muitos temas, tantas questões e pontos de vista, num saudável exercício de troca de idéias, além de uma certa comunhão de forças e valores. Nossa gente de todas as cores coloriu o Planalto Central, tingindo a vermelhidão do cerrado e a palidez da Esplanada. Vários assuntos foram discutidos. Houve dissensões, mas também consensos. Todos os ingredientes que engrossam e dão o sabor de nosso caldo cultural estiveram ali presentes.

Um dos pontos recorrentes e de maior concordância no encontro foi o da necessidade da implementação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial (FNPIR), previsto no Projeto de Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Ao que parece, o governo insiste em impor resistência ao Fundo, sob o argumento da falta de recursos e da ineficácia de tal mecanismo, e tendo em vista o perfil e as características da problemática da igualdade racial na versão verde-amarela. Esse tema já foi tratado neste espaço anteriormente, não valen-

do a pena voltarmos hoje a essa discussão. A Conferência já deliberou sobre o apoio ao FNPIR, resta agora o esforço de sua viabilização e efetivação.

Parece interessante, contudo, realizar aqui, mesmo que rapidamente, uma contextualização da idéia de Fundo, dentro do espectro político e econômico nacional. O professor Francisco de Oliveira, um dos mais lúcidos estudiosos da economia brasileira, vem, há alguns anos, insistindo na tese da disputa pelo Fundo Público. Em poucas palavras, essa tese consiste na idéia de que o crescimento do Estado a partir da segunda metade do século passado, sobretudo no que tange a sua base fiscal, fez ampliar significativamente o montante de recursos públicos, o chamado Fundo Público – que, grosso modo, engloba todo o dinheiro que está na mão do Estado. Com efeito, por força de instrumentos fiscais e tributários, o Estado detém, hoje, uma grande parcela dos recursos financeiros existentes na economia nacional. Em consequência, há uma disputa por esses recursos no âmbito da sociedade: de uma parte, expressivas parcelas da população da sociedade bus-

cam a consolidação de mecanismos de proteção social, as chamadas políticas sociais. De outro lado, setores empresariais demandam recursos para políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico (projetos de infra-estrutura, indústrias de base, etc.). Mais recentemente, e com maior ênfase no caso brasileiro, entrou em cena um novo e potente ator: o capital financeiro. Mais e mais, os recursos públicos estão se destinando a fazer frente aos compromissos financeiros. Essa seria a etapa atual da disputa pelo Fundo Público: o pagamento da dívida é a ação privilegiada e norteia hoje a discussão sobre as políticas públicas no nosso país.

Nesse contexto, há que se ter em mente o papel de um mecanismo básico, que há alguns anos vem garantindo o direcionamento dos recursos públicos para o pagamento dos compromissos financeiros. Falo da Desvinculação de Receitas da União, a chamada DRU. A DRU é uma espécie de avalista da gestão financeira da nossa dívida. Garante que, de forma automática, 20% dos recursos governamentais de fontes diversas sejam destinados ao paga-

mento dos juros. Esse mecanismo, introduzido pelo governo FHC para vigor até 2003 e revalidado pelo governo Lula, representa uma sangria da ordem de R\$ 55 bilhões aos cofres públicos. Dado que, só de juros sobre a dívida, devemos pagar anualmente algo em torno de R\$ 100 bilhões, a perversidade de nossa situação é simples em sua tragicidade: apenas para pagarmos os juros de nossa dívida devemos buscar no mercado essa diferença de cerca de R\$ 45 bilhões. Em suma, pagamos muito, abrimos mão de parcela significativa de recursos públicos e ainda temos que pagar juros para captar o que falta.

Há poucos dias passou a circular na mídia a proposta de autoria do deputado e ex-ministro Delfim Netto, visando a zerar esse déficit (esses R\$ 45 bilhões anuais) em três anos. Para isso, o deputado estaria propondo um corte significativo nos gastos e também o aumento da DRU para 40%. Essa proposta, chamada de “Déficit Zero” parece encantar as autoridades federais. De inimigo ideológico e algoz, o deputado Delfim Netto passa a mentor intelectual da política econômica do governo. O discutível argu-

mento de que só assim poderíamos baixar efetivamente os juros para então voltarmos a crescer de forma sustentada, não deixa de ter semelhanças com uma antiga idéia do crescimento do bolo, também preconizada e pelo mesmo inspirador.

Caso se efetive, a proposta de Déficit Zero vai representar um duro golpe nas chamadas políticas sociais, sobretudo nas áreas de seguridade e de proteção social. Um tal contexto de retração dos gastos sociais, pode ainda vir a enfraquecer a perspectiva de consecução do FNPIR. O momento é dos mais graves. Em busca de apoio dos setores financeiros nacionais e internacionais, assim como de uma maior estabilidade política neste momento de crise, o governo acena com o “Déficit Zero”. Mais do que nunca, a perspectiva de uma disputa se consolida. Neste momento, até pela gravidade da hora, a contenda se dá não apenas no âmbito do Fundo Público, mas no espectro político em geral. É esse o contexto dificultoso no qual o FNPIR deverá ser criado. São essas as notícias do front.

* Doutor em economia e consultor do Senado Federal



Fotos: Daniel Cardoso

Direito/UnB

Alunos negros do mestrado trazem novidades para o campo jurídico

A visão que perturba o campo jurídico com indagações menos dogmáticas e mais afinadas com as ansiedades da realidade social tem sido uma marca decisiva no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Se é bem verdade que ainda há espaço para os que optam por orientar seus estudos em nível de mestrado e doutorado para os formalismos que tradicionalmente compõem a área de interesses dos operados do Direito, concorrem com legitimidade temas que voltam sua atenção para a problemática das assimetrias instauradas e consolidadas pelo próprio acervo jurídico. Essa é a plataforma que tem garantido a visibilidade do programa em nível nacional.

Diante desse painel que sinaliza a constituição de um espaço privilegiado no debate da diversidade, vemos a inevitável contradição estampada: somente no mês de maio deste ano, em trinta anos de existência do programa de pós-graduação, uma mulher negra pode receber um título de mestre pela referida instituição. É o racismo institucional mais uma vez se mostrando como uma ferramenta importante na exclusão da população negra dos espaços de intervenção estratégicas nesse país.

Se a situação é incontestavelmente grave, é de se

salientar que começam a se esboçar mudanças. Mais sete alunas e alunos negros devem defender suas dissertações nos próximos dois anos, sinalizando para uma abertura no âmbito da Faculdade, que lentamente desperta para a necessidade de se debater o tema com mais vigor, no contexto de uma Universidade que foi pioneira na adoção de políticas de ação afirmativa para negras e negros dentre as federais.

Munidos desse diagnóstico fomos procurar alguns atores relevantes na estruturação desse novo momento, questionando-os sobre a importância da presença negra nesse espaço, sua contribuição, a existência de barreiras raciais na admissão dos candidatos e candidatas, dentre outras inquietações. Nesse percurso percebemos que, de uma maneira geral, há lucidez quanto ao problema e o reconhecimento de um forte racismo que impregna as práticas do Direito. Os racistas? Ninguém sabe, ninguém viu. Tudo acaba por girar em torno da resistência epistemológica de um campo conservador, sem se perceber que, para além das sensibilidades mais refinadas, foi na biografia de suas próprias trajetórias acadêmicas que a Faculdade consolidou um perfil fortemente racializado, que só agora começa a ser desconstituído.

Abrindo a porta

Mas afinal, de que mudanças estamos falando quando percebemos a timida, mas vigorosa presença negra nos quadros do mestrado de Direito da Unb? Que barreiras foram quebradas para se desobstruir o acesso desse segmento? O professor José Geraldo de Souza Júnior acredita que houve uma



Fabiana Barreto

abertura epistemológica para as pautas reivindicadas pelos negros e negras. De acordo com seu entendimento, as pessoas negras sempre bateram à porta do programa, mas seus temas não eram reconhecidos como pertencentes à discussão do Direito, sendo relegados ao âmbito da Sociologia e outras áreas afins. A partir do momento em que se inaugura uma nova abordagem sobre os problemas jurídicos, os alunos e alunas combinam a biografia com o co-

nhecimento e trazem uma novidade para dentro do mundo jurídico. Em suas palavras: «Pessoas brancas vêm de uma cultura de consentimento, de confirmação, de reprodução, conformista, satisfeita, auto-contemplativa daqueles temas que acabam se resumindo à descrição do ordenamento existente. Se nós observarmos as definições e as várias temáticas das candidaturas de negros ao mestrado, veremos que todas elas trazem um diferencial em relação à tradição até aqui consentida, reconhecida.»

Sinaliza-se, dessa maneira, para uma manobra recorrente das instituições que se fecham a determinados segmentos populacionais. A estratégia passa invariavelmente pela objetivação do subjetivo. Nesse sentido, não reconhecer as pautas reivindicadas por pessoas negras como objeto de investigação do campo jurídico é o tipo de argumento que foi e é construído em muitos momentos para se preservar os espaços da indesejável presença negra. A função não declarada de manutenção do perfil racial fica assim inacessível, vez que camuflada em critérios acadêmicos.

Já para Carlos Alberto Reis de Paula, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e único professor negro do programa, há que se atentar tanto para a abertu-

ra da Faculdade como para a consciência dos negros e negras em acreditarem na possibilidade de seu ingresso. Para ele, a presença de uma auto-estima mais consolidada é fator fundamental para essa mudança que se anuncia. «Os negros adquiriram a consciência de que tem um lugar a ocupar. Esse lugar é deles. Caso não o ocupem, outros irão fazê-lo. Isso é muito importante, porque para você caminhar é importante ter a consciência de que pode caminhar»

Na visão da mestrand Fabiana Costa Oliveira Barreto, Promotora de Justiça, a quebra das barreiras está vinculada substancialmente com o reconhecimento da presença de racismo institucional. «Começa a haver um reconhecimento pelo menos tímido de que esta realidade é realmente institucionalizada. De que as pessoas não ingressam, não tem acesso às informações por uma questão institucional. Esse reconhecimento parece fazer com que os filtros comecem a ser diminuídos, ou pelo menos questionados»

Presença negra

A importância e mais, a forma como a presença negra pode ocupar um dos espaços mais elitistas da Universidade também foram comentados por alguns docentes, discentes e servidores. De uma maneira ge-

ral, destaca-se que a existência de negros e negras é decisiva para a desconstrução dos estereótipos e do racismo que recaem sobre essa parcela da população. A servidora Lionete Alcântara de Moraes, que já está na Unb há aproximadamente dez anos, compartilha deste entendimento: « O convívio faz muito sentido. Estamos tendo contato com essas pessoas, conhecendo o seu potencial de perto e isso faz diferença. Quebra essa coisa que as pessoas tem na cabeça, essa coisa de racismo. Quando a gente convive a gente constata que não tem nada a ver mesmo. »

Wilma Maria Santos Francisco, bolsista da Fundação Ford que está participando do mestrado na instituição, revela que sua presença era permeada pela estranheza, incômodos e inquietude por parte de muitos enquanto cursava as disciplinas do curso. « O fato de estar lá não passava despercebido. Entretanto, aquelas atitudes apesar de incomodar, desnudavam a prática discriminatória, deixando-a aberta e flagrante. A explicitude da minha presença ali, daquela forma, estando no mesmo nível era desconfortável. Havia uma expectativa nas aulas, tendo sempre que provar que não era inferior. »

Mas está na fala de Jose Geraldo de Souza Júnior o caráter mais consolidado do sentido da presença negra na instituição. Para o professor é só a prática cotidiana que garante efetivamente uma reflexão sobre o tema: « **Racismo, integração, negritude não são temas que nós podemos exercitar elegantemente no método do debate, são realidades com as quais nós temos que conviver. Não basta inferir pela leitura o que é e dar sentido a certas questões. Elas permanecerão metafísicas se**

forem apenas abstrações. Nós só poderemos realmente vivenciar o que esta realidade nos interpela na medida em que estejamos presentes como prática nessa realidade. Era isso que Marx dizia: só a prática tem uma dimensão revolucionária, transformadora. Este é o significado da presença negra aqui no programa.»

Percebe-se, nesse sentido, um salto importante para a constatação de que, afinal, a superação do racismo não se dará sem a presença negra. Esse tipo de argumento indica que dentro da Faculdade há tendências que enxergam a existência de pessoas negras nesse espaço para além do escudo simbólico e do politicamente correto. Indica-se, nessa linha de pensamento, que a recepção dos negros e negras não é só de fachada, mas de conteúdo, vislumbrando uma reflexão efetiva das práticas racistas sustentadas pelo discurso jurídico.

Ação afirmativa: perigos e dificuldades

Uma outra preocupação sinalizada por alguns docentes girou em torno das políticas de ação afirmativa para negros e negras que estão em curso na Universidade. A professora Alejandra Pascual vem debatendo o tema em sua disciplina de direitos humanos há alguns semestres e percebe uma forte resistência por parte dos alunos. Sua maior preocupação é com o fato dos alunos e alunas cotistas não estarem se assumindo no âmbito da Faculdade de Direito. Nesse sentido, acredita ser central a contribuição do movimento negro. Em suas palavras: « A contribuição das pessoas negras está vinculada ao fato de se assumi-

rem ou não como negras. Entrando, a pessoa tem o direito de decidir se vai ou não militar. Mas o movimento negro tem de ser referência para que as pessoas parem de se esconder pelos corredores. Meus alunos me perguntam, onde estão os negros cotistas? Ninguém aparece. Isso indica que está sendo difícil manter a autoestima nesse espaço. Tem de ser feito um bom trabalho para manter isso. »

O professor Menelick de Carvalho Netto comentou o assunto numa perspectiva mais aprofundada. Em sua percepção as cotas para



Prof. José Geraldo de Souza Júnior

negras e negros são sustentáveis em qualquer local do país. Chama a atenção, entretanto, para a necessidade de um monitoramento constante de uma questão complexa como esta pela sociologia crítica. Sua preocupação está, antes de tudo, na cooptação que uma política desse cunho pode representar. « Até que ponto nosso espírito 'bonzinho' não prejudica as lutas? Temos centenas de práticas nesse sentido. Lembremos o que o movimento feministas descobriu a duras penas: conquistas podem ser derrotas. Quais os efeitos perversos que uma cota sempre gera? A materialização não encobre isso. Pelo contrário, eu posso usar inclusive para manter. Temos de ter um instrumental analítico mais complexo para abordar problemas que são complexos. E a ação nesse campo tem

de ser monitorada o tempo inteiro com a sociologia crítica, desconstruindo o que se acabou de construir para percebermos quais riscos estão envolvidos nisso. As sequências perversas podem vir das melhores intenções. »

O campo do Direito

Uma ponderação sobre a sensibilização do campo do Direito para o trato da questão racial também não poderia deixar de ser consignada por alguns professores. Afinal, qual a visão desses juristas no que se refere a essa relação? Para a

professora Ela Wiecko, membro do Ministério Público Federal, o campo não está sensível à questão e há que se tomar providências a esse respeito. « Os operadores do Direito ainda estão presos no discurso, não se revelam mudanças nas práticas do Judiciário quanto à questão dos negros e negras. Por exemplo, constata-se que o sistema penal recai preferencialmente sobre os negros nesse país, mas não há qualquer impulso para transformar de fato essa evidência. » Nesse sentido, aponta para a necessidade de se repensarem os cursos de graduação, pautando a discriminação de maneira incisiva na formação dos profissionais do Direito.

Já para o professor Carlos Alberto Reis de Paula os avanços são pequenos, mas perceptíveis. Destaca principalmente a atuação do Ministério Público que vem tomando algumas medidas, a exemplo do Programa de Promoção de Igualdade e Oportunidade para Todos, lançado recentemente pela Procuradoria Geral do Trabalho. Quanto à magistratura, acredita ser necessário

um trabalho específico de sensibilização. « Acredito que um caminho viável para se trabalhar essa importante questão, que não pode mais ser ignorada pelos juízes é pautar o problema dentro das escolas de magistratura. Se sensibilizarmos os magistrados já em sua formação podemos ganhar aliados importantes no trato com a discriminação racial nesse país. »

Terreno escorregadio

Dado esse quadro geral com as principais impressões de personagens que atuam no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília sentimos uma vocação para mudanças. Esse potencial, entretanto, não é garantia de sucesso definitivo. No jogo político que influencia o perfil do programa há sempre espaço para o conservadorismo e a discriminação.

E de se assinalar a percepção clara de que o sistema de cotas para negros e negras adotado pela Unb influiu na mudança do perfil da pós-graduação: mais um argumento a favor das políticas de ação afirmativa, que acabam por abrir outros campos antes vedados à população negra.

Por ora, continuemos monitorando os passos da instituição, que abriu seu programa de doutorado esse ano. Nenhuma pessoa negra, uma única mulher. Será que teremos de esperar a demanda branca reprimida se satisfazer para nos engajarmos no processo? É uma boa forma de ver se o slogan de Faculdade que aposta na diferença e nos diferentes subsiste. A torcida fervorosa é para que não estejamos lidando com mais uma vinhetada de propaganda enganosa.

**Advogada, mestrandia em Direito e ativista do EngreSer/UnB.*



Foto: Cláudia Santos

Na mira do racismo institucional – quebrando o silêncio diante da matança em Salvador

Vilma Reis*

“... Bodas de prata, não foi fácil celebrar, o meu caminhar foi duro, mas eu tenho o que contar, bati de frente, com a face da opressão, aí senti, meu santo é forte e mundo negro é minha nação... Ilê Aiyê, beleza negra, vencedor fera ferida é, Ilê Aiyê, é um batuque, é mais que um bloco, é o nosso estilo de vida...”
Reizinho, Ilê Aiyê.

O mês de maio, pesado para todas as pessoas negras do Brasil, este ano não partiu sem nos deixar as suas terríveis novidades e, assim, seguir na tradição de nos abrir feridas coletivas.

Em maio, que começa com “m”, de muitas coisas, mas também de morte, foram feitos muitos funerais. A “guerra civil brasileira”, que se materializa no *modus operandi* de uma polícia “guerreira, patrimonialista e sectária”, que trata a população negra como seu inimigo interno, teve muitas baixas. A maioria das vítimas diretas são jovens homens negros, com idade entre 15 e 24 anos, sem antecedentes criminais e moradores de bairros populares. Em Salvador são, em média, 03 baixas por dia, 12 nos finais de semana, 100 por mês e 1000 por ano. Todas as mortes têm fortes indícios de influência

da chamada política de segurança pública de tolerância zero e criminalização racial, fruto do racismo institucional simbolizado na ação da polícia¹.

A ausência de políticas sociais nos bairros negros de Salvador tem dado lugar a uma presença do Estado quase somente através do seu aparelho repressivo. E podemos falar de bairros negros, não pelo orgulho racial que nutrimos como munição contra a barbárie racial cotidiana, mas pelo fato de estes bairros serem racialmente delimitados como foi toda a Soweto de 1960, na África do Sul, ou o Harlem na New York dos tempos de Malcolm X, nos Estados Unidos dos anos 1950. A diferença é que falamos sobre uma Salvador, na Bahia de 2005, onde todo jovem homem negro que vive além dos 24 anos é um sobrevivente.

No dia 23 de maio, o governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, na abertura da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, perante as autoridades locais e nacionais, fez um discurso inflamado, admitindo a existência de grupos de extermínio na Bahia. Era o Estado reconhecendo, pela primeira vez, essa criminoso forma de

matar negros em Salvador e na Região Metropolitana e, assim, anunciando a criação de um grupo especial para o seu enfrentamento, o GSEG – Grupo de Combate ao Extermínio, com palavras como “rigor” e “dureza” no trato com os grupos de matadores.

Aquela fala de Paulo Souto poderia ter um grande impacto e ganhar as manchetes nacionais, sinalizando uma profunda alteração na política de segurança pública no Brasil, não fossem conhecidas as origens genealógicas da política a que se filia o governador, uma das crias do senador Antônio Carlos Magalhães, um coronel midiático, colonizador contemporâneo, que mantém a Bahia sob seu chicote, contando com o silêncio de parte considerável da esquerda baiana, branca e de sobrenome europeu.

A morte simbólica das famílias nos bairros negros de Salvador

A queda do número de homens na população é uma das causas do aumento do número de mulheres sozinhas chegar a 53% da população, representando o maior percentual do país de mulheres sem parceiro. Ain-

da que o racismo e o sexismo conjugados expliquem o fenômeno da redução de homens negros na população, também a violência institucionalizada pela polícia contra a maioria negra da cidade (82% em Salvador) tem se configurado como um dos fatores explicativos da existência de famílias inteiras onde todos os homens já foram assassinados².

A matança de jovens negros e outras violações dos direitos humanos da população negra, como a tortura de presos sob a custódia do Estado, a superlotação dos presídios e as prisões ilegais, chamaram a atenção da ONU que, em 2003, enviou à Bahia a senhora Asna Jahir, responsável pelo monitoramento dos crimes de tortura e execução sumária do Alto Comissariado da ONU. A representante da ONU teve como caso exemplar um policial exterminador da cidade de Santo Antônio de Jesus, que matou 46 jovens naquela cidade do interior da Bahia.

A arquitetura do terror

A maioria dos bairros de Salvador é constituída por uma arquitetura que, no futuro, chamaremos de usina do terror neo-escravista. Essa triste arte de construir

tem quatro elementos pilares: bares, igrejas evangélicas, lojas de cremes de cabelo e casas comerciais varejistas (os mercadinhos) – todos, espaços controlados por brancos e localizados nas ruas centrais dos bairros, as chamadas Rua Direta. Além de tudo, estão as moradias das famílias negras.

Os bares: repletos de homens negros – velhos, jovens e meninos, que, de variadas formas, lutam contra o vazio que a política da eliminação física lhes tem imposto. Esses bares do esquecimento e do congelar de identidades estão em todas as esquinas dos nossos bairros.

Igrejas evangélicas (neo-pentecostais): cheias de mulheres negras que choram os seus filhos que tombam todos os dias com as balas da polícia e dos grupos tolerados pela polícia. É lá onde pastores midiáticos estão tentando quebrar a nossa espinha dorsal, chamada ancestralidade-identidade-resistência. É nestas igrejas, que chegam e se instalam nos bairros populares, de maioria negra, que o nosso povo tem tido chance de experimentar a mobilização, pois é uma espécie de status pertencer a estas congregações. O mundo se-

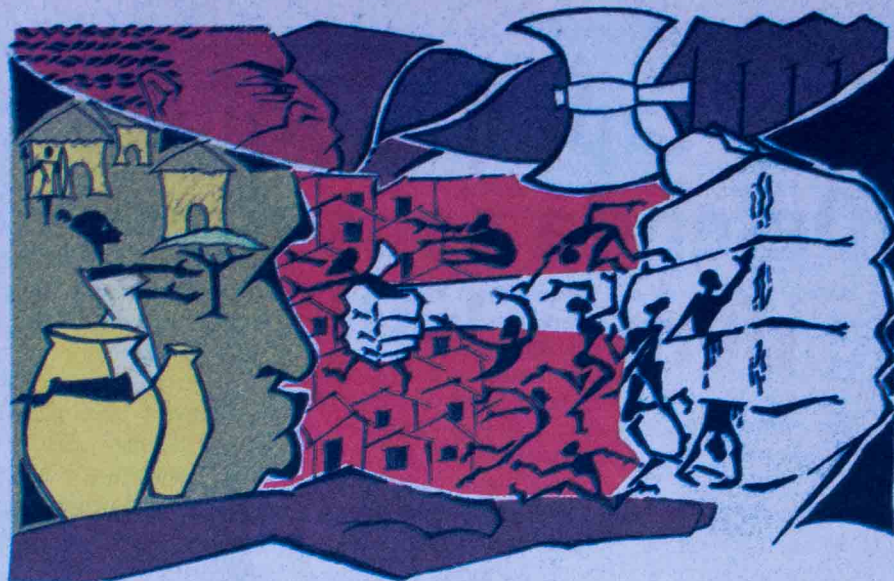
gregado de Salvador, não muito diferente do todo o Brasil, deu força a esta forma de autonegação, a partir do ataque aos nossos símbolos mais caros — herança cultural e civilizatória —, guardados pelas mulheres negras que não narraram suas vidas com bíblias, mas com folhas e outros segredos para sobreviver na Diáspora negra, afirmando Áfricas. Para um/uma descendente de africano, negar a identidade, a memória e o legado dos ancestrais é uma forma dramática de morrer, mesmo para os que continuam caminhando, pois significa a nossa morte simbólica.

Lojas de creme de cabelo: onde nós, mulheres negras, diariamente sob pressão da TV, das revistas e da escola, aprendemos desde cedo a nos negar, a nos mutilar, a não gostar de nós mesmas. Aqui morremos pela negação estética.

A forma de morar: as moradias das famílias negras estão quase sempre nos becos, vielas, escadarias, ladeiras de barro, onde às vezes não há espaço para passar uma geladeira. Estas casas sem direito a reboco e menos ainda à pintura, formam um triste espetáculo e denunciam a situação de Apartheid vigente.

Os Mercadinhos: Casas Comerciais varejistas: A arquitetura do terror conta, ainda, com uma forma mais perversa, que se materializa no ato de tomada das ruas de frente dos bairros pelos brancos pobres que, como sabiamente mostrou Spike Lee, em seu filme *Faça a Coisa Certa*, em menos de 5 anos se transformam em uma classe de destaque no bairro. São esses mesmos comerciantes que controlam os Conselhos Comunitários de Segurança, contratam os grupos de extermínio, geral-

Ilustração: Paulo Cactano



mente formados por policiais, e assim impõem o silêncio nos bairros negros de Salvador. Esses comerciantes ocuparam o lugar que historicamente eram das quitandas de mulheres e homens negros, que se proliferavam em todos os bairros da cidade.

O protagonismo negro como resposta

Como resposta à brutalidade racial que marca a matança de jovens negros em Salvador e na sua região metropolitana, que em 11 de abril de 2005 já havia superado todos os números de mortes de todo o ano de 2004, a partir da capital baiana nasceu uma proposta, não tutelada pelos ativistas da paz, de enfrentamento desta forma radical de violação dos direitos humanos da população negra. Trata-se da Campanha REAJA OU SERÁ MORTA, REAJA OU SERÁ MORTO, que assumiu um conjunto de medidas que estão sendo tomadas pela defesa dos direitos humanos da população negra de Salvador e interior da Bahia. Não aceitando que a maioria das mortes sejam atribuídas ao

envolvimento com drogas, como têm sido corrente, ou que a polícia tenha o direito de executar sumariamente qualquer pessoa com passagem pela prisão, alegando reação da vítima. A reação negra é o centro desta campanha de atitude em defesa do direito básico à vida.

A Campanha, que está sendo realizada por organizações do Movimento Negro, foi publicamente às ruas em 12 de maio, com uma vigília na porta da Secretaria de Segurança Pública, contando com a participação de várias comunidades mobilizadas para denunciar e reagir. Em seguida, organizou uma audiência na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, solicitada pela Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, quando muitas mães de vítimas da polícia deram depoimentos e exigiram uma postura dos deputados baianos. Os participantes da Campanha prepararam um dossiê sobre a ação dos grupos de extermínio, entregue ao presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA - Organização dos Es-

tados Americanos, Senhor Clare Roberts, também representante da recém-criada Comissão de Direitos dos Afro-descendentes na OEA. Durante o encontro com o Sr. Roberts, na sede da OAB - Sessão Bahia, lhe foi solicitado que recomendasse ao governo da Bahia a instalação de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as responsabilidades pela ação do extermínio no estado e que também busque ajuda do Governo Brasileiro para organizar uma força-tarefa, capaz de investigar e punir com imparcialidade os grupos de extermínio que estão atuando na Bahia.

Desnaturalizar o silêncio permissivo diante dessa matança é uma tarefa difícil e perigosa e, por isso mesmo, até agora só está sendo assumida pelo movimento negro, que tem atuado nos bairros populares, como Pau da Lima, Itinga e Bairro da Paz, lugares onde constantemente ocorrem invasões violentas da polícia, blitz nos ônibus, baculejos em festas, tortura de jovens, prisões ilegais e outros constrangimentos. Que o próximo mês de maio venha sem tantas dores e

que os Orixás continuem a nos dar caminhos para enfrentarmos a brutalidade racial. Batemos de frente com o racismo continua sendo necessário para a nossa sobrevivência.

* A autora é ativista do movimento de mulheres negras; é bacharel em Ciências Sociais pela UFBA; aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFCH/UFBA; Coordenadora Executiva do CEAFFRO/Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero do CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA; e integra o Projeto de Pesquisa Raça e Democracia nas Américas. As discussões apresentadas neste artigo fazem parte da pesquisa "As Políticas de Segurança Pública nos Bairros Populares de Salvador e suas Representações Raciais, 1991-2001", em curso no Mestrado de Ciências Sociais da UFBA.

¹ Ter antecedentes criminais se tornou uma senha para matar. Pois à população negra não tem sido facultado o direito de defesa. Dados da CJP - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, publicados em "O Outro Lado da Moeda", 2000.

² Vilma Reis. *Operação Beiru: Falam as Mães dos que Tombaram*. Monografia de Final de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA), 2001. Durante aquela pesquisa foram entrevistadas mulheres que declararam que todos os seus filhos, jovens homens negros, já haviam sido assassinados. Muitas famílias haviam mudado de bairro para serem esquecidas pelos policiais e pelos grupos de extermínio tolerados pela polícia.



Um tapinha dói e é crime. Defenda seus direitos e **denuncie!!!**

Por Vania Dias*

De acordo com dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 53 milhões de brasileiros pobres, 33,7 milhões são afrodescendentes. Eles representam hoje 70% dos 10% mais pobres do país. Estudos que denunciavam agressões assinalam uma interseção entre raça, gênero e classes sociais, a fim de evidenciar os fortes contrastes entre brancos e negros, ricos e pobres na sociedade brasileira. De acordo com a pesquisa "A mulher brasileira nos espaços públicos e privados", realizada pela Fundação Perseu Abramo, 6,8 milhões de mulheres no Brasil já foram espancadas ao menos uma vez. Destas mulheres, a maioria é negra. Na Bahia, o Coletivo de Mulheres do Calafate luta em defesa de mulheres negras e pobres que sofrem violência doméstica. O distrito composto por 12 bairros do subúrbio tem uma média de 244 mil 880 habitantes. No Calafate, um dos bairros deste distrito, a violência contra a mulher é uma característica bastante comum. A cada dia surge um novo caso de mulher vítima de violência, declara a coordenadora do Coletivo de Mulheres, Marta Leiro: "Não há uma pesquisa específica para definir o número exato de vítimas e nem quantas já foram atendidas, mas trabalhamos na tentativa de conscientizar e inibir novos

casos semelhantes".

O Coletivo, nos seus 13 anos de trabalho, sempre enfrentou preconceitos. De marido que tirou a mulher à força do grupo a milhares de casos de agressão. Com fama de separar muitos casais, Marta, mesmo em defesa da violência, também é uma vítima. Ela sofre atualmente ameaças de morte por coordenar esta atividade e luta para combater as tentativas de enfraquecimento do Coletivo. "Querem podar nosso trabalho, mas a luta continua. Não se pode intimidar com ameaças", declara.

Motivada pelo medo de ser ainda mais violentada, ou mesmo, assassinada, Janete Brito dos Santos (38 anos), auxiliar de apoio em escola estadual, sofreu calada por 20 anos, as agressões praticadas pelo pai de seus três filhos e, na época, seu marido, Edmundo Moreira Ferreira. A última agressão aconteceu em um domingo de maio, em um bar onde Janete tomava cerveja com os amigos. Sem nenhum motivo aparente, Edmundo, ao passar pelo bar e ver a sua ex-mulher, agrediu-a publicamente, com um tapa no rosto. "Eu nunca me senti tão humilhada", declara Janete. Everaldo Sacramento (28 anos), um vizinho que presenciou a agressão, partiu em defesa de Janete e revidou a violência dando um murro em Edmundo.

Jorge Cerqueira, atual marido de Janete, mesmo sabendo de todas as agressões, prefere não se envolver no assunto.

Orientada pelo Coletivo de Mulheres do Calafate, Janete pela primeira vez depois de 20 anos prestou queixa na Delegacia Especial da Mulher (Deam). "Se não fosse o Coletivo, eu não teria denunciado", diz Janete, que recebeu todo apoio e acompanhamento. Aline de Jesus Sacramento (24 anos), mãe de dois filhos, foi agredida na cabeça pelo ex-marido, 25 dias após o parto. Na ocasião, integrante do Coletivo, ela prestou queixa na Deam, mas o caso não foi adiante, não havendo nenhuma punição para o agressor. Para Aline, os vizinhos, baseados no ditado de que em "briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", não se envolvem, apenas fazem fofocas e julgamentos.

Casos como os de Janete, Aline e de tantas outras mulheres contam agora com a nova legislação, que transforma agressões domésticas em crimes. A inserção dos parágrafos 9º e 10º do artigo 129 altera a detenção de três meses a um ano, para a inclusão da violência doméstica no código penal como crime específico e pena de seis a doze meses de detenção. Órgãos de defesa do direito da mulher, a exemplo da Deam, querem instituir além de

multas e cestas básicas, punições consideradas inócuas para os agressores, penas educativas, como o serviço à comunidade e participação em grupos de reflexão. Mesmo com a nova lei, a prisão só é aplicada para casos extremos, como estupro, que é crime hedion-



Acima Marta Leiro
e à esquerda Janete
Brito dos Santos

do.

Antes de se aprofundar nas múltiplas formas de violência, Marta não tinha consciência de que quando era chamada de burra pelo ex-marido estava sofrendo um caso de agressão verbal e psicológica. "Eu achava que nunca tinha sido agredida, até ser apresentada à violência", diz Marta. Nos primeiros momen-

tos, o Coletivo de Mulheres fazia encaminhamento de intervenções, entrava na



casa da pessoa agredida para garantir a defesa dela. Atualmente, espera-se que a vítima peça ajuda. O Coletivo oferece também palestras, aulas e oficinas que visam a uma maior conscientização e transformação dos problemas locais.

Veraldino Sacramento, conhecido como BS, é professor e presidente do Grupo de Capoeira Calafate. Alegando imaturidade e ciúmes, ele confessa já ter agredido uma ex-namorada e sua ex-mulher. Na ocasião, mesmo sabendo que podia ser punido pela justiça, BS não tinha medo da cadeia, mas da possibilidade de vingança de algum parente. "A justiça não

nos protege, a lei da vida não tem sentença e nem regras, difícil é manter-se vivo", desabafa. Depois de participar de palestras e oficinas oferecidas pelo Coletivo, diz-se consciente e arrependido das agressões. Hoje dá conselho a outros homens que praticam violência no bairro e é ameaçado de morte, por ter defendido Janete da agressão do seu ex-marido, Edmundo. Ficou por muito tempo sem poder andar pelo bairro, deslocando-se apenas de táxi. O caso está na 2ª vara criminal e a primeira audiência está marcada para o dia 13 de julho.

* *Estudante de jornalismo das Faculdades Integradas da Bahia (FIB)*

Serviço

Para fazer denúncia ou procurar orientação em Salvador:

- Balcão de Justiça e Cidadania - das 9h às 12h - 71 3253-9904,
- Delegacia de Atendimento a Mulher - 71 3245-5481,
- Centro de Atendimento às Vítimas de Violência na Bahia - 71 3362-9090.

Como evitar ou reconhecer os sinais de possíveis agressões violentas:

- Ele olha para mulher ou age de um jeito que provoca medo;
- Deixa ela constrangida falando palavrões ou diminuindo a sua auto-estima;
- Controla o que ela faz, quem encontra, com quem fala e aonde vai;
- Impede a mulher de sair de casa., ver ou falar com os amigos ou parentes;
- Faz ela pedir dinheiro, Fica com o dinheiro dela e recusa a dar dinheiro;
- Diz que não é boa mãe, ameaça tirar as crianças ou machucá-las;
- Sacode, esbofeteia ou bate;
- Destroi as coisas, esconde os documentos ou ameaça matar animais;
- Intimida com armas de fogo ou armas brancas;
- Não se importa com as agressões, tenta culpá-la ou nega ter sido violento;
- Obriga você a retirar a queixa quando você vai a polícia;
- Ameaça se suicidar;
- Ameaça matar.

Informações disponibilizadas na Delegacia Especial a Mulher, em Salvador.

Campanha Reaja entrega documento à OEA

Sueide Matos*



Os inúmeros assassinatos de jovens negros inocentes foram o combustível incendiário de uma revolta que reuniu várias organizações e comunidades através da Campanha Reaja ou será morta, Reaja ou será morto, articulada pelo Movimento Negro Unificado - MNU, Ceafro, Erêgege, Núcleo de Estudantes Negros da Ufba - NENU, entre outras entidades que integram a luta contra o racismo e dão resposta à violência contra a comunidade negra em Salvador. Hamilton Borges, um dos articuladores do Reaja, diz: "o Movimento Negro Unificado pensa e constrói junto com outras organizações uma resposta concreta à violência racial, com autonomia e sem encher de dinheiro os bolsos de ninguém."

A Campanha Reaja promoveu dia 03 de julho, no auditório da Ordem dos

Advogados do Brasil - OAB, uma reunião entre representantes de bairros periféricos e o presidente da Relatoria de Afrodescendentes e da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA, Sr. Clarie Robert. A atividade faz parte do conjunto de ações realizadas desde o início do ano pela Campanha, que tem denunciado o genocídio da juventude negra em Salvador. Lio Nzumbi, morador do bairro de Pirajá, participou da reunião. "Chega de baculejos seguidos de prisões arranjadas. A violência racial contra a população negra não é nada aleatória, faz parte de um plano sistematizado para nos aniquilar", denuncia. "Mesmo experimentando veneno, o movimento se coloca na posição do debate, mas as ruas, favelas e presídios estão dizendo que

fora isso a solução é o arrebento", complementa.

Para Tricia Calmon, integrante do Núcleo de Estudantes Negros da Ufba - Nenu, a desculpa para o extermínio da população negra é sempre especulativa e repetitiva: "eles estão envolvidos com drogas". Ela enfatiza ainda que não se investiga a morte do negro no Brasil porque supostamente todos são traficantes ou filhas, esposas e irmãs de traficantes, nutrindo este pensamento que facilita o extermínio.

A reunião com Sr. Clarie Robert foi o caminho encontrado pela Campanha para dar visibilidade a esta denúncia. "Nós, independente de todas as organizações de direitos humanos, estamos fazendo a denúncia internacional sobre a matança que envolve a morte de 150 mil pessoas

por ano. Eu, como todo negro ou negra que tem acima de 24 anos, sou sobrevivente da matança e do racismo que facilita o gatilho da polícia no Brasil", diz a socióloga e coordenadora do Ceafro Vilma Reis.

A necessidade de sobreviver é o princípio ativo da atuação de comunidades que comungam de um mesmo sentimento de revolta contra impunidade. Neste dia estiveram presentes representantes de bairros como Massaranduba, da Paz, Paripe e Fazenda Grande, unidos na denúncia internacional sobre a violência contra a juventude negra. Os integrantes da Campanha entregaram um dossiê sobre os grupos de extermínio a Clarie Robert que se comprometeu em discutir o documento com os integrantes da Relatoria de Direitos Humanos da OEA. A campanha

denúncia que é preciso instaurar uma CPI para destrinchar o esquema político que envolve empresas privadas de segurança, coronéis que mandam na polícia e tráfico de drogas, ressaltando inclusive que não adiantar prender os policiais negros: "temos que punir o alto comando", ressaltou Lio Nzumbi.

O relator da OEA disse que levaria as denúncias do Brasil para as plenárias internacionais de promoção dos Direitos Humanos. "Fora daqui muitas pessoas pensam que só Pelé é negro no Brasil. O governo brasileiro forneceu fundos especiais para esta Relatoria e nós estamos dispostos a conectar as questões dos afrodescendentes brasileiros ao resto do mundo", enfatizou Robert.

* *Jornalista (Ba)*



Identificação genética: na rota dos desaparecidos

Sandra Martins *

Cinco das "Mães de Acari" doaram sangue para produção de DNA para identificação genética de seus filhos desaparecidos desde julho de 1990, quando foram seqüestrados no município de Magé, no Rio de Janeiro, provavelmente por policiais militares. As informações biológicas serão depositadas no Projeto Fênix, banco de dados de DNA de pessoas desaparecidas e de restos mortais de pessoas sem identificação, para comparação com os dados genéticos dos parentes vivos.

Fruto da parceria entre o Laboratório de Diagnósticos por DNA da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública Geral, e com apoio da Faperj, o Projeto Fênix, criado em 2003, possibilitou o acesso das camadas menos privilegiadas da população aos exames de identificação genética. Nos últimos três anos, investigações por DNA relacionadas a mais de 200 casos criminais e realizadas pelo Laboratório de DNA da Uerj foram solicitadas pelas Varas Criminais, Ministério Público ou órgãos da Secretaria de Segurança Pública.

O Projeto Fênix se desenvolve em três fases: recolhimento de material genético, produção do DNA e cruzamento futuro das in-



formações genéticas dos bancos de dados de DNA, mesmo quando os parentes já tiverem ido embora dessa vida. Segundo Eliseu Carvalho, coordenador do Laboratório de Diagnósticos por DNA da Uerj, não há como determinar um prazo para a conclusão desta pesquisa para os casos de desaparecimento. "A essência do projeto é o cruzamento dos dados, e essa resposta pode aparecer daqui a um ano, dez anos, ou nunca. Toda vez que aparecer um corpo ou um cemitério clandestino faremos a investigação genética".

"Pena que só soubéssemos desse laboratório agora. Se fosse há 15 anos, nosso drama talvez já ti-

vesse chegado a um fim. Pelo menos teríamos enterrado nossos mortos", comentou Marilena Lima e Souza, mãe de Rosana, desaparecida aos 18 anos. "Na época, foi encontrada uma Kombi carbonizada com manchas de sangue. Mas, nós fomos informadas que não dava para saber se o sangue era humano ou animal. Aquilo realmente me deixou em choque, tinha que haver alguma coisa pudesse nos ajudar..."

"E, hoje agente vê esta possibilidade, principalmente para ajudar as pessoas em novos casos", completou Vera Lúcia Leite Flores, mãe de Cristiane, 17 anos, num misto de orgulho

pelos avanços da ciência; de credulidade, pela quase certeza de que para as "Mães de Acari" a revolução tecnológica chegou atrasada; e, de esperança, para os que infelizmente passarão pelo calvário de ter um parente desaparecido.

Esperança é a última que morre!

Solidário com a dramática cruzada das "Mães de Acari" na tentativa de sepultar seus entes queridos, Eliseu de Carvalho as convidou para fazer do Projeto Fênix. "Nós só temos a agradecer-lhe, ele é que nos procurou para fazer os exames. Porque não sabíamos que existia este laboratório", disse Marilene. A falta de

informação é uma das maiores dificuldades do projeto: "as pessoas por desconhecimento, não entendem que podem fazer este tipo de exame", disse o coordenador do Laboratório por DNA.

"Neste caso, após 15 anos do desaparecimento, elas não sabem se estão mortos ou vivos. E, se mortos, onde foram enterrados. No dia em que aparecer uma cova com pessoas sem identificação (cemitérios clandestinos), então se fará o cruzamento do DNA para saber se alguma delas pode vir a ser um filho destas senhoras. Uma vez que se tenha com o quê comparar, em 90 dias o caso pode estar resolvido", afirmou Eliseu Carvalho.

Esperança! Quem sabe se com a investigação genética este caso possa ser resolvido. Pelo menos, uma parte dele: o do "enterro dos mortos". Segundo a psicoterapeuta Fátima Frangelli, situações de extrema violência geram traumas, que não elaborados psicologicamente podem gerar vários sintomas. No caso das "Mães de Acari", transformar a dor em uma ação em prol dos direitos humanos é positivo, um excelente meio de canalizar a dor e a raiva. "Porém, a dor continuará, já que o luto não foi processado. A dor da perda é o resultado do trauma que

Foto: Ricardo Costa

deve ser elaborado, preferencialmente, com um acompanhamento psicológico”.

Após o contato inicial, Marilene acionou as companheiras – Tereza de Souza, Vera Lúcia Flores Leite, Ana

Maria da Silva e Euzilar Juana – para a coleta de material. “Nós cremos que eles tenham passado por um grande sofrimento. Um dos assassinos era um policial militar, já falecido, tinha a prática de matar suas vítimas, esquartejá-las e dar seus restos para os leões comerem. O crime ocorreu em 26 de julho, e este PM já estava sendo indiciado por uma chacina em que ele, com um facão abriu a barriga de uma mulher grávida e jogou seu corpo dentro do Rio Estrela (município de Magé). Daí que acreditamos que eles tenham sofrido muito antes de serem mortos. Mas, nosso objetivo maior é saber o que aconteceu com essas 11 pessoas. Porquê mataram a minha filha? Porquê mataram nossos filhos?”, questionam Marilene e suas companheiras.

Entretanto, nem todas as mães puderam coletar amostras: Edméia da Silva Euzébio, mãe de Luiz Henrique da Silva Euzébio, desaparecido aos 16 anos, as dificuldades podem ser maiores. Ela foi assassinada três anos depois do crime e deixou somente uma filha. Mas, segundo Eliseu Carvalho, será por meio desta remanescente que os dados desta família poderão ser incluídos no banco de DNA. O método a ser usado será o DNA mitocondrial, que é uma herança exclusivamente materna. Isso significa que

um indivíduo pode ser identificado por meio da comparação de seu DNA mitocondrial com aqueles de seus parentes genéticos maternos.

Produção de provas

O Laboratório de Diagnósticos por DNA da Uerj foi criado, em 1996, para atender à grande demanda por investigações de vínculo genético e criminais por meio de análise de DNA no Estado do Rio de Janeiro. Desde então, foram contabilizados cerca de 700 casos, mais de vinte mil pessoas tiveram suas amostras biológicas registradas no banco de DNA, e emitidos mais de seis mil laudos. Destes, o campeão das estatísticas é a investigação de paternidade, com 19 mil casos, e média de 500 exames mensais. Além destes, têm-se os de investigação de maternidade, cruzamento de banco de dados para casos de desaparecimento e de estupro, identificação de restos mortais.

Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, e em convênio com o Ministério Público, desde fevereiro de 1999, foram realizadas investigações criminais e identificações de ossadas e restos mortais carbonizados ou consideravelmente mutila-

dos. Com a formação de casos, os restos mortais e sua possível família são enviados, pelos órgãos oficiais do Estado, para identificação genética no Laboratório.

No tocante à qualidade do material para análise, Eliseu Carvalho explica que normalmente há condição de se processar os exames em amostras de tecido morto, carbonizado, pedaços de unhas, tecidos desidratados, ossos, saliva, esperma, pele, bulbo capilar, restos mortais, “swabs” anais, orais e vaginais. Até o material esqueletizado pode produzir DNA, desde que não tenha ficado sepultado por muito tempo em um matagal ou sofrido com os fatores climáticos (chuva, sol), por interferirem na qualidade do DNA.

As técnicas de identificação humana pelo DNA têm sido ferramentas muito utilizadas pelos órgãos de segurança pública para elucidação de investigações criminais, por exemplo, as vítimas de tortura e queimadas nos “fornos de microondas” a mando de traficantes. Como o caso do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, em junho de 2002;



e, do diretor de bateria da Mangueira Robson Roque, desaparecido em janeiro deste ano. Os seus restos mortais foram enviados para exames de DNA.

A parceria entre os laboratórios de DNA da Uerj, da Polícia Civil de Brasília, de Curitiba e Rio Grande do Sul, permitiu atender à solicitação do Governo do Paraguai e do seu Ministério Público e do Ministério da Justiça brasileiro, para identificar os restos mortais de vítimas do incêndio de um supermercado paraguaio. Dez dos 12 corpos carbonizados enviados para investigação genética foram identificados.

Chacina de Acari

As “Mães de Acari” são um grupo formado por mulheres moradoras do bairro do mesmo nome, às margens da Av. Brasil, na zona norte do Rio de Janeiro. São mães que se organizaram após denunciarem o desaparecimento de seus filhos: 11 adolescentes, sendo nove menores, foram seqüestrados da casa da avó de uma das vítimas, no bairro do Suruí, município de Magé, no Grande Rio, onde passavam um final de semana.

Após uma breve investigação, cinco policiais, do 9º Batalhão da Polícia Militar (o mesmo acusado no episódio de Vigário Geral) suspeitos foram indiciados, mas não

denunciados pelo Ministério Público, por falta de provas. Os policiais teriam sido avisados por um motorista de táxi – também da Favela de Acari – que os jovens haviam viajado para um sítio em Magé, supostamente para se esconder, depois de praticarem o

que seria um grande assalto. As 11 vítimas foram colocadas numa Kombi, mais tarde encontrada queimada, com vestígios de sangue, depois de abandonada vazia numa estrada. Os corpos nunca foram encontrados.

Em 1993, a líder do grupo, Edméia da Silva Euzébia, foi assassinada depois de promover uma reunião com as outras mães para discutir o assunto. O caso foi arquivado, mas o grupo ainda é considerado pela Comissão Internacional de Direitos Humanos, da ONU, como um importante referencial de luta pela cidadania. Um exemplo de seu trabalho está registrado na novela Explode Coração, da Rede Globo. Glória Perez, autora do roteiro, decidiu ajudar as mães de crianças desaparecidas e introduziu nos capítulos uma série de chamadas com os respectivos telefones das Mães da Cinelândia e das Mães de Acari.

As vítimas de Acari: Viviane da Rocha, 13 anos; Cristiano Leite de Souza, 16 anos; Luiz Henrique da Silva Euzébio, 16 anos; Hudson de Souza, 16 anos; Antonio Carlos da Silva, 17 anos; Edson da Costa, 17 anos; Wallace do Nascimento, 17 anos; Rosana de Souza Santos, 18 anos; Moisés da Cruz, 27 anos; Luiz Carlos Vasconcelos, 31 anos; e Edio do Nascimento, 41 anos.

* Jornalista (Rj)

Eles agora têm voz

Universitários negros da UERJ participam da disputa pela representação política

Thais Zimbwe*

Avançar. Com este nome, a chapa 4, com cerca de 40 universitários negros, em sua maioria cotistas, disputou as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A chapa ficou em 4º lugar na eleição que aconteceu no início de junho, resultando em três composições no DCE, uma na executiva e outras duas no colegiado.

"A qualquer suspeita de articulação de negros dentro da universidade, de alguma forma, se tentar abafar a iniciativa. Prova disso foi quando decidimos nos reunir para formar a chapa para concorrer ao DCE, nós fomos criticados por brancos e por negros, pela atitude de propor uma chapa só de integrantes negros. Os resultados foram mais do que surpreendentes, conseguimos espaço e agora vamos trabalhar para melhorar nossa estrutura dentro da Uerj", explica Moacir, aluno do 2º período do curso de Economia.

As cotas para negros nas universidades são o resultado de esforços históricos do movimento negro. As políticas de ações afirmativas comprometem-se com a promoção de grupos não atingidos pelas políticas de caráter universal. As políticas públicas direcionadas à população negra visam a combater um quadro de desigualdades raciais, reconhecido até pelo Estado.

Os dados mais recentes apontam que mais de 60% da população brasileira é afro-descendente, mas só em 2001 com a parti-

pação do Brasil na Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, políticas de ação afirmativa foram colocadas em prática nas instituições públicas de ensino superior. Cerca de 14 universidades públicas pelo país aplicam as cotas raciais. Na Uerj, cerca de 7 mil alunos, dentre os 24 mil matriculados, são cotistas.

"Um dos motivos que despertou a montagem da chapa foi o processo de negligência em relação aos cotistas negros na Uerj. Existe um história de um movimento estudantil atuante na universidade, um movimento que foi à rua no Fora Collor, protestou contra o FHC, e essa mesma juventude é incapaz de reconhecer que esse fruto é um dos grandes mobilizadores do racismo. No banheiro da universidade, nos deparamos com várias frases de cunho racista e em nenhum momento essas lideranças se manifestaram em solidariedade à nossa questão. A partir desses fatos, nós concluímos que somos capazes de nos representar e não precisamos delegar ao outro uma representação. Estamos em grande número dentro da universidade e nossas opiniões devem ser ao menos ouvidas", enfatiza André Guimarães, aluno do curso de história.

A chapa Avançar teve somente três semanas de campanha para as eleições do DCE, já as outras chapas estavam no processo desde o ano passado. A decisão de participar desse momento

político dentro da universidade partiu da divulgação do aumento da nota de corte no vestibular, quando o empecilho para o ingresso de cotistas será ainda maior. De acordo com os alunos, as justificativas apresentadas para esta nova norma no vestibular da Uerj têm um caráter discriminatório.

"O impacto da chapa, apesar do pouco tempo de organização e articulação, foi uma das coisas mais surpreendentes de todo o processo. Se observarmos a dimensão da universidade, a nossa chapa refletia um pequeno número de estudantes. Isso serve muito mais de estímulo para nós nos articularmos e reunirmos mais, pensando politicamente em como será nossa postura dentro da universidade, cada vez mais aglutinando nossos colegas, nossas turmas. É um caminho para questionarmos algumas coisas que vêm acontecendo dentro da Uerj", explica Monique Camilo, estudante do 4º período de Direito. As propostas da chapa Avançar abordavam a reforma universitária, a acessibilidade dos alunos portadores de deficiência, a criação de mecanismos de permanência dos alunos cotistas dentro da universidade, entre outros temas.

"Na discussão de formação da chapa, nós tivemos uma preocupação se sairíamos com a questão racial como carro-chefe. Decidimos por um discurso universalista, mas a questão racial, por mais que não fosse abordada explicitamente, já estava imposta. Quan-

do o grupo chegava nas salas, nas nossas reuniões pelos corredores, as pessoas se perguntavam o porquê de somente integrantes negros. As pessoas tinham uma preocupação, achavam que de nenhuma forma poderíamos nos reunir para participar daquele momento. Sempre esclarecíamos que a existência de uma chapa negra era devido ao encontro de pessoas amigas, que compartilhavam dos mesmos ideais e lutavam pelos mesmos objetivos. Nos perguntavam qual o critério para a composição da chapa, as perguntas a todo momento tentavam nos acusar de racismo, mostrar que nós estávamos fazendo o racismo ao contrário, pois para eles na Uerj não existe discriminação", explica Clarissa Rodrigues, estudante do curso de Direito.

Os alunos integrantes da chapa Avançar constituíram sua campanha com um apoio mínimo de acadêmicos e de entidades ligadas ao movimento negro, de acordo com os estudantes. Apesar do pouco tempo de campanha, algumas pessoas desses segmentos tiveram o conhecimento da iniciativa. Entretanto, poucas se dispuseram a colaborar. "Nós recebemos alguns apoios, mas, ao mesmo tempo, nós recebemos a desconstrução de um discurso, pessoas que diziam publicamente dizer que nossa chapa era equivocada, que na Uerj não existia um movimento unificado, não existia um bloco que estabelecesse uma discussão. O maior interesse das pessoas era

saber quem estava por trás dessa articulação política, de onde nós surgimos, como nós, sem nenhuma filiação a alguma organização, conseguimos estabelecer essa mobilização", comenta a estudante Luciene Marcelino, do 1º período do curso de Pedagogia.

"O movimento negro sempre lutou pelas políticas de ação afirmativa e imaginávamos que, nós, cotistas, levantando uma bandeira dentro da universidade que o pessoal lá atrás já balanceava, iríamos receber algum apoio, levando em conta a proporção da relação de representatividade que o movimento negro exerce no país. Algumas organizações e pessoas, dentro e fora da universidade, tiveram conhecimento da nossa articulação, mas chegou um momento em que não podíamos ficar procurando aliados para nossa luta e decidimos prosseguir sozinhos", completa Moacir.

A inserção de negros na universidade por meio da política de cotas muitas vezes acontece pelo estímulo e pela participação política desenvolvida em pré-vestibulares comunitários e a atuação em organizações de movimentos sociais. Dentre os entrevistados, a maioria se enquadra nesse perfil e, de acordo com eles, essa estrutura que eles possuem de participação cidadã é base para enfrentar o cotidiano árduo de discriminação dentro da universidade e para quando se inserirem no mercado de trabalho.

"Nós temos consciência que a discriminação contra

o negro no mercado de trabalho existe e nada está sendo criado por conta das cotas, o negro na universidade não está sendo discriminado agora, sempre foi. Nós estamos vendo a cota como um fator negativo, eu quero carregar o estigma de ser cotista como um fator positivo. Não podemos dizer que o jovem que sair da universidade hoje com um diploma e ingressou pelo sistema de cotas vai ser discriminado porque ele já é", enfatiza Monique.

"Uma das grandes frustrações que encontro no curso de Filosofia, são negros que naturalizam o racismo e quando esse assunto vem

para o debate, simplesmente discordam e afirmam não existir. Diante de situações de racismo partindo dos próprios professores, esses negros tratam como situações banais. O professor demonstra que tem medo de ver vários negros reunidos em sala de aula, por temer ser "formação de quadrilha" e os próprios envolvidos acham que é só mais uma piada", desabafa Hugo de Araújo, estudante do 5º período de Filosofia.

No curso de Direito, a situação não é diferente. Segundo Clarissa, existe uma naturalização no tratamento aos cotistas negros, os professores enfatizam

que dentro de sala de aula todos os alunos são iguais e ali não existe a diferença. "Eles deixam claro que ser diferente é ruim, você tem que ser igual para ser respeitado", explica.

O grupo pertencente à chapa Avançar tem consciência de que os problemas enfrentados pelos cotistas negros na Uerj não irão se resolver com a inserção no DCE. Eles pretendem criar um coletivo de estudantes negros e cotistas dentro da universidade para estabelecer propostas, ações e mobilizações que visem a uma melhor abordagem dos assuntos relativos ao grupo, despertar as pessoas para se

organizarem e articularem pelos seus direitos dentro do campo acadêmico.

"A nossa proposta é mais ampla, o DCE foi só um primeiro passo, o diretório é uma instituição tradicional que obedece a uma certa estrutura e nossos objetivos não são revolucionar esse segmento. Sabemos que o DCE será um canal para veicular as discussões do nosso grupo para uma ouvidoria maior", explica Hugo.

"O coletivo está se construindo aos poucos, a lógica do grupo é ocupar os espaços simbólicos dentro da universidade. Acreditamos que se existe o poder e nós somos a maioria, precisamos

ocupar. Nós precisamos de uma linha estruturada para dar apoio na hora em que nossos irmãos e irmãs, presentes no DCE, precisarem intervir em alguma circunstância, dando uma resposta não só à sociedade acadêmica, mas à sociedade como um todo. Para isso, estamos amadurecendo muito a idéia de formação deste grupo", conclui André.

**Formanda de Jornalismo pelo Centro Universitário da Cidade (RJ), estagiária de Comunicação do Ibase, correspondente do Portal Mundo Negro e colunista dos sites Hip Hop BR, Epidemia Urbana e Afro Reggae.*

UnB lança Manual do Estudante Cotista

Guilherme Nunes Pinto*

Desde o segundo semestre de 2004, a Universidade de Brasília - UnB, por pressão do movimento social negro, foi a primeira universidade federal no país a implementar o sistema de cotas para negras e negros. Entretanto, pouco havia sido feito para evidenciar o público a quem se destina a política de cotas e o próprio formulário de inscrição em que o candidato fazia a autodeclaração, permitia a manifestação do racismo e da farsa.

Nesse sentido, em virtude do movimento negro e de sua ação sobre o sistema de cotas na universidade, a UnB lança o manual do cotista, concebido pelo Coletivo Negro no DF e Entorno - EnegreSer e impresso pela universidade. Trata-se de um folder com a fotografia de onze pessoas negras, entre homens e mulheres, pessoas jovens e maduras, de tez mais e menos escura representando quem deveriam ser os candidatos ao sistema. O folder conta com um breve histórico do movimento negro no Brasil e informações acerca da estrutura da universidade para recepcionar esses estudantes, do funcionamento do sistema, da isenção de taxa de inscrição para o vestibular, das políticas de ações afirmativas e da necessidade de sua implementação.

O lançamento do manual do cotista ocorre junto à outras medidas com o mesmo fim como a produção de trinta outdoors que buscam tornar pública a resposta à pergunta cínica inquirida: quem é negro no Brasil? Além da mudança da redação no edital do último vestibular de 2005, que altera o item referente à autodeclaração passando a ser necessário não mais "declarar-se negro de cor preta ou parda", mas "ser negro de cor preta ou parda". Apesar de parecer pouco significativa, a alteração é importante para assegurar a integridade do sistema no caso de ações judiciais.

Aprimorando o sistema de cotas na universidade e promovendo a visibilidade de quem é a negritude que se fala, a UnB pode começar a trilhar o caminho do anti-racismo e fazer do compromisso firmado com a população negra uma realidade, o que figura uma esperança, dado o elevado número de pessoas brancas homologadas pelo sistema, como é denunciado pelos cotistas negros.

** Estudante de geografia (UnB) e ativista do EnegreSer*





Fotos: Daniel Cardoso



“As pessoas ainda questionam a razão de aqui só trabalharem negros...”

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Criado em 1992, o Salão de Beleza Afro Nzinga ainda é a única empresa negra de um dos centros comerciais mais populares de Brasília, o Conic. Sob o comando de Maria das Graças dos Santos, funcionária aposentada do Banco do Brasil, e Wilson Veleci da Silva, funcionário da Procuradoria Geral da República, o Afro Nzinga emprega doze funcionários, homens e mulheres negras. Nesta entrevista, Graça fala sobre os sabores e impasses dessa trajetória que envolve negócios e militância negra.

IrohIN – Quando surgiu a idéia da criação do Salão Afro Nzinga?

Graça – A idéia foi do meu sócio, o Wilson, em 1992. Antes disso, muito se colocava a idéia da criação de negócios de negros para negros. Dentro da militância em uma entidade de movimento negro da qual participávamos, levantávamos essa questão. Naquele momento, a idéia passava pela construção de um espaço de negócio que pudesse melhorar a situação financeira da entidade. Quando o Wilson me convidou para montar um salão de beleza afro, eu fiquei assustada. Éramos funcionários públicos e nunca tínhamos mexido com negócios, muito menos com um salão

de beleza voltado para a população negra brasileira. Depois de um tempo pensando, eu resolvi aceitar.

IrohIN – Por que trabalhar com a beleza negra?

Graça – Não houve discussão do porquê. A beleza era um dos negócios possíveis. Pensamos, por exemplo, em um bar cultural. Nós tínhamos a experiência de promover eventos nesse sentido. E Brasília não tinha nada que pudesse aglutinar militantes do movimento negro e pessoas interessadas. Ou seja, nunca se discutiu especificamente do porquê a beleza. Quando entramos nesse espaço, foi que visualizamos a importância de se trabalhar com isso. A partir de então, verificamos que, mesmo dentro do movimento negro, não tínhamos estabelecido o debate do quanto a estética negra é desvalorizada no país e o quanto isso atinge a auto-estima da população negra. Foi, então, que percebemos o grande momento, o grande espaço que representava o trabalho com a estética e a beleza negras.

IrohIN – Nesse momento o trabalho com a estética negra se conecta à militância?

Graça – Foi o que verificamos na prática. Isso não

existia na nossa discussão. A prática foi que mostrou que o trabalho com o salão de beleza era uma continuação da militância – e com uma importância muito grande. Foi estabelecido um padrão de beleza no Brasil – branco, cabelo liso, etc., etc. –, e toda a nossa aparência é negativizada – “você tem cabelo ruim, lábios grossos, nariz grande, pele que não dá certo com maquiagem...”. Então, nós fomos trabalhar com isso. Desde a denominação “salão afro”, você já questiona e coloca em xeque esse padrão estabelecido para a sociedade brasileira.

IrohIN – Como foi a recepção dessa empreitada?

Graça – O início foi muito surpreendente. Não esperávamos uma repercussão tão grande. Havia alguns salões afros no país (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, por exemplo), mas o Nzinga foi o primeiro salão afro de Brasília. A divulgação foi por meio de nossa experiência de militância, e não tínhamos qualquer estrutura para produzir essa repercussão. Nós começamos com dois funcionários numa sala muito pequena. Iniciamos para aprender, o que é o grande drama de negócios da população negra. As instituições que ensinam o que se deve

ou não fazer quando da abertura de um negócio colocam que não se deve acreditar na idéia do "aprender fazendo". É preciso ter o conhecimento anterior e aperfeiçoá-lo. Só que acabamos fazendo bem o contrário.

Irohìn – Existe uma articulação entre os salões voltados para a beleza negra, no sentido de um intercâmbio de experiências?

Graça – Não. No primeiro momento do salão, tivemos muita dificuldade. Dentro das escolas, não há uma preocupação em atender às necessidades do profissional que vai trabalhar com a estética negra. Não há formação de profissionais. Com isso, se acaba trabalhando muito com a criatividade. Por outro lado, nós chegamos a procurar outros salões para fazer essa troca. Mas, entre os profissionais de estética e beleza, existe uma grande dificuldade de promover a troca de experiências. Trabalha-se muito com os segredos. Da perspectiva dos salões afros, isso não é diferente. Todo mundo estava e está, de certa forma, sozinho. Isso fez com que tivéssemos de criar os nossos próprios segredos.

Irohìn – O salão se localiza num espaço central da cidade. Como foi pensada a questão do público?

Graça – Desde o início, a localização sempre foi bastante discutida, justamente por estarmos voltados para o segmento negro da população brasileira. Em Brasília, não há uma grande presença da população negra. Os negros moram nas cidades satélites. Então, nós iríamos trabalhar com a população do Distrito Federal. E o melhor lugar para isso seria próximo à Rodoviária, pela facilidade de acesso. A mai-

oria dos nossos clientes não iria ter carro. Então, a localização foi pensada a partir disso. O Conic conta com uma grande circulação de pessoas, mas os nossos clientes são basicamente de fora. Hoje nós temos clientes não só Distrito Federal, mas também do Entorno, de outros estados e, até mesmo, de outros países.

Irohìn – O salão desenvolve outras atividades?

Graça – Não foi nem uma decisão nossa. As coisas acabaram acontecendo. Primeiramente, as pessoas começaram a solicitar produtos especializados. Diante disso, nós criamos um espaço para a venda desses produtos. Depois, passamos a vender confecções e bijuterias. Em seguida, nós criamos um espaço cultural com o objetivo de cutucar Brasília. Existem vários artistas negros da cidade que não encontram oportunidade para a divulgação e o reconhecimento de seus trabalhos. Em 1998, reservamos dentro da nova loja um local para criar o Espaço Cultural Afro Nzinga. Nele já desenvolvemos exposições de obras de artistas plásticos, shows de música, noite de poesias, homenagem a personalidades negras. Trata-se de uma iniciativa exclusivamente do salão. Não há recursos de fora. Realizamos o último evento no ano passado para homenagear as mulheres

negras que passaram a ocupar cargos de relevância neste governo.

Irohìn – Tendo em vista a sua própria trajetória, existe algo que sinalize o reconhecimento efetivo e a valorização da beleza negra no Brasil?

Graça – Eu ainda não acredito nesse reconhecimento pela sociedade brasileira. Porque o reconhecimento passa por se discutir, de verdade, a questão racial neste país. Há uma



grande resistência em se reconhecer a participação dessa população. Mas eu acredito que o próprio negro, que há muito tempo é uma pessoa vaidosa, sempre manteve a sua identidade. Mesmo com todas as dificuldades e imposições, as pessoas negras procuraram apresentar isso. Hoje nós temos mais facilidades. Eu sou de uma geração que, na juventude, jamais poderia usar esse cabelo. Eu ti-

nha de ficar submetida aos alisamentos. Atualmente, nós negros, por uma decisão nossa – não por permissão ou reconhecimento –, usamos o que queremos. Mesmo que na televisão, nas revistas, etc. permaneça a exibição do padrão branco. No nosso trabalho, temos visto que, ao frequentar o salão, muitas pessoas desconstroem a idéia de terem cabelo ruim. Além de ser um trabalho comercial, o que nós desenvolvemos aqui não deixou

de ser um trabalho de militância negra.

Irohìn – E o que tem significado estar à frente de uma empresa negra?

Graça – Primeiramente, os clientes ainda não têm o hábito de ir a uma empresa negra, de ser atendido por pessoas negras. Há a dificuldade de reconhecer a competência em um profissional negro. Além disso, o negro não está habituado a ser empresário, dono

de negócio. Durante toda a vida, nós fomos orientados para trabalhar para alguém. Em terceiro lugar, o empregado negro não está acostumado a ter patrão negro e vice-versa. É uma relação extremamente conflitante e nova. As soluções desses impasses têm de ser construídas no dia-a-dia. Se nós aprendemos a ter respeito pelo patrão branco, a seguir normas, nós temos de apren-

der a viver isso entre os negros. Nós temos de superar as dificuldades e os estigmas da incompetência. Há ainda a questão do não-reconhecimento da população negra como nicho de mercado, como público consumidor. Há algum tempo, num curso do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobre criação de empresas, expliquei ao professor que eu já possuía um negócio voltado para o público negro e funcionando bem, mesmo sem seguir os passos apresentados ali. A partir disso, questioneei o porquê de não haver discussão sobre o mercado consumidor negro naquele espaço, uma vez que se já falava dos nichos da terceira idade, dos homossexuais, dos jovens, do turismo, etc. Ele não soube responder. Em todo o acúmulo construído por ele ao longo de sua formação, o negro não entrava em discussão. E mais, essa situação ocorreu tempos depois de ter sido apresentada, em 1997, a pesquisa de uma instituição privada que apontava a existência de 7 milhões de consumidores negros com renda familiar mensal de dois mil reais. Por outro lado, dentro da militância negra nós pouco discutimos o econômico. Nós discutimos a história, a cultura, e a economia fica de lado quase sempre. Nós temos de tomar parte dessa discussão. A população negra precisa de emprego. Mesmo a maioria dos negros ganhando menos de um salário mínimo, nós mexemos com a economia do Brasil, participamos dela, ainda que não como beneficiados.

**Jornalista, ativista do EnegreSer e mestrande em História*



A última esperança para África?

* Renata da Silva Nóbrega

O anúncio do incremento da ajuda externa destinada aos países pobres, especialmente aos africanos, e do cancelamento da dívida de alguns desses países pelo G8, foi recebido com entusiasmo pela mídia. O pacote de medidas assistenciais para a África foi oficializado na última reunião do G8, realizada nos dias seis, sete e oito de julho, na Escócia.

O pacote prevê que os países do G8 destinem 0,7% de seu PIB para ajuda externa até 2015. Esta meta foi fixada pela ONU há mais de 30 anos. Hoje, a ajuda externa consome cerca de 0,22% do PIB dos países industrializados. Para a África, o aumento significa recursos da ordem de US\$ 25 bilhões anuais. Os Estados Unidos, que recusaram esta meta, sob a alegação de que já são os maiores contribuintes dos países pobres, destinam 0,16% de seu PIB para a ajuda externa. Pastores negros norte-americanos questionaram a sinceridade do compromisso da administração Bush com a causa africana. O orçamento destinado à ajuda externa foi reduzido e é insignificante, se comparado aos gastos militares no Iraque e no Afeganistão. Os pastores denunciaram ainda a boa vontade de Bush em aliviar dívidas fiscais no valor de US\$ 140 bilhões dos mais ricos dos ricos (geralmente brancos) e sua relutância em colaborar com

US\$ 15 bilhões para os mais pobres dos pobres (geralmente negros).

A comparação do Plano Marshall Africano, como vem sendo chamado o pacote de medidas, com o Plano Marshall original nos dá uma idéia da dimensão da ajuda externa. Enquanto hoje os países industrializados negociaram elevar a ajuda de 0,22% para 0,7% do seu PIB até 2015, no pós-guerra, os EUA investiram mais de 1% de seu PIB na reconstrução da Europa. Para os defensores do incremento da ajuda externa, são necessários investimentos dessa ordem para que o continente africano atinja as Metas de Desenvolvimento do Milênio, definidas pela ONU em 2000. Dos oito objetivos do milênio nenhum aborda especificamente o combate ao racismo e ao preconceito racial.

Os limites do cancelamento da dívida dos países africanos são muitos. O primeiro deles é o de que não se trata exatamente de um cancelamento da dívida, uma vez que os organismos internacionais serão reembolsados pelo G8. O valor das parcelas do reembolso é de US\$ 1,5 bilhão anuais, equivalentes a 0,007% do PIB do G8, estimado em US\$ 21 trilhões, segundo a revista Carta Capital.

O acordo prevê o can-

celamento das dívidas dos países com o Banco Mundial, o FMI e o Banco Africano de Desenvolvimento, sem contemplar as dívidas com instituições privadas. O valor cancelado é de US\$ 40 bilhões, incluindo as dívidas de países latino-americanos. A dívida externa global da África era de US\$ 321 bilhões em 2003, de acordo com o Banco Mundial.

Apenas quatorze dos 53 países foram contemplados. A União Africana pede que os débitos de todos os



países do continente sejam cancelados. Para Tajudeen Raheem, a negociação em separado da dívida da Nigéria, a maior do continente, é uma forma de desmobilização e fragmentação das reivindicações africanas, num momento em que a união política dos países africanos é essencial.

A cúpula do G8 não

conseguiu chegar num consenso quanto à transformação do comércio internacional, cujas assimetrias também são responsáveis pela pobreza. Medidas que poderiam tornar o comércio mais justo, como a eliminação de subsídios agrícolas que favorecem produtores ocidentais, são polêmicas demais para serem negociadas.

Intelectuais e militantes africanos denunciam o caráter neocolonial do pacote de ajuda já que para obter o benefício os países africanos precisam se enquadrar nos critérios definidos pelo G8. Os governantes africanos precisam se comprometer com a promoção de manutenção da estabilidade, boa governança, democracia, direitos humanos, transparência e combate à corrupção e adequação às recomendações de política econômica, que incluam a liberalização do comércio. Os recursos provenientes da liberação da dívida devem necessariamente ser investidos em educação, saúde e infraestrutura. Não cabe aos africanos definirem quais são suas prioridades.

O G8 recomenda aos países africanos a adoção de medidas responsáveis pela pobreza e desemprego em todo o mundo. Até mesmo a Revolução Verde, processo responsável pela concentração fundiária e gerador de dependência de insumos

químicos produzidos por multinacionais, atualizada agora pela introdução dos transgênicos, tem sido lembrada como a solução para a fome da África.

Há muito interesse por trás desse pacote assistencial. A promoção e manutenção da paz e da democracia e a melhoria dos índices econômicos e sociais na região têm como objetivo a contenção do fluxo migratório dos africanos para os países ocidentais, que se armam com racismo e xenofobia para recebê-los. No IV Fórum dos Povos, realizado entre seis e nove de julho, em Mali, os africanos denunciaram que os países industrializados dizem defender a África quando na verdade estão negociando o controle de suas economias. A riqueza de recursos minerais e de fontes energéticas torna a África uma das regiões mais cobiçadas do mundo. O controle político e econômico da África garante acesso a essa riqueza. Multinacionais já estão instaladas em setores-chaves da economia africana, como o de exploração do petróleo. Muitas vezes disputas bélicas por recursos naturais motivados pela nova organização econômica e política do continente são entendidas como conflitos étnicos, livrando o Ocidente de sua responsabilidade nesses episódios. Além disso, o mercado consumidor potencial africano é estimado em US\$ 13

trilhões. Uma oportunidade de ouro para governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

Muito se falou sobre a corrupção dos governantes e das burocracias africanas, apontada como uma das causas da pobreza do continente. Mas o G8 não apresentou nenhuma proposta para acabar com paraísos fiscais nos quais os africanos corrompidos, junto a corrompidos do mundo inteiro, depositam suas fortunas pessoais, financiadas em grande parte com dinheiro proveniente do Ocidente. As guerras civis também são tomadas como responsáveis pela instabilidade no continente. Mas o G8 não questionou os países industrializados que produzem e sustentam o rentável comércio bélico.

Uma coalizão de ONGs e artistas que se autointitulam porta-vozes da África produziu diversos shows ao redor do mundo com o

objetivo de pressionar o G8 a adotar o pacote de ajuda para África. Segundo a promoção, a arrecadação com o show será destinada aos países africanos. O Live 8 reuniu artistas como Madonna e Bono Vox, mas sintomaticamente deixou artistas africanos marginalizados, sob a alegação de que não dão muita audiência. Michel Chossudovsky denuncia o negócio multimilionário por trás do Live 8: transmissões via internet, televisionadas, gravação de DVD, etc. Tudo isso para o bolso dos artistas e empresas envolvidas. Sem falar na jogada de marketing envolvida no evento. A parcela da África é quase nada se comparada ao lucro dos organizadores dos shows.

O efeito moralizante da defesa da África não se limita aos artistas. Tony Blair e George Bush aparentemente conseguiram recuperar suas imagens desgastadas pela Guerra

do Iraque. Depois dos atentados no metrô de Londres, até a luta contra a pobreza da África se alinhou à cruzada anti-terror. Ao assumir a África como um dos lemas da presidência britânica do G8, Blair recuperou a evidência internacional. A atribuição da liderança do G8 no combate à fome e à pobreza na África quase não foi contestada. Parece natural que o Ocidente resolva os problemas africanos. A propagação da idéia de uma necessidade imperiosa de ajuda externa para solucionar os problemas africanos reproduz o estereótipo racista de que a África é incapaz de resolver seus próprios problemas.

O economista queniano James Shikwati atribui a paralisia da África em parte aos fluxos constantes de ajuda internacional. Até mesmo o comércio e a agricultura são afetados pela

ajuda humanitária, na medida em que os donativos são encaminhados para o mercado informal a preços muito baixos, desmotivando qualquer tentativa de produção e competição. Os organismos internacionais sediados na África, segundo ele, recrutam mão-de-obra local qualificada para serviços como o de motorista, retirando-os de suas funções originais e viraram verdadeiros cabides de empregos para ocidentais. A ajuda humanitária só reproduz a dependência, sem dar condições reais para que os povos africanos sejam autônomos e por isso Shikwati defende o fim ime-

diato de qualquer tipo de ajuda para África.

Michel Okema alertou que não há nada que sugira que o perdão da dívida vá mudar o destino da África. O que os africanos precisam é de empoderamento, para que possam decidir por si mesmos como resolver seus problemas e definir seus desejos e necessidades, até agora forçados pelo Ocidente. A alternativa à ajuda internacional está na própria África. Para a União Africana, o momento é de se voltar para o continente, reforçando a integração, africanizando para poder globalizar.

G-8: formado pelos países mais industrializados do mundo e pela Rússia: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e Rússia.

Países africanos contemplados com o cancelamento das dívidas: Benin, Burkina-Fasso, Etiópia, Gana, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

“Blair, o governador da colônia?”

Catarina Araújo

No dia 11 de junho, os ministros da fazenda do G8 (grupo formado pelos sete países mais industrializados do mundo e a Rússia) divulgaram um acordo para cancelar a dívida de 18 países pobres, 14 deles na África. A proposta, uma iniciativa do primeiro-ministro britânico Tony Blair, será submetida à aprovação do grupo na próxima reunião, prevista para o início de julho, na Escócia.

O assunto foi noticiado sem destaque na mídia brasileira. O jornal *Folha de S.Paulo* considerou a proposta de Blair “a melhor chance para a África” e acredita que o premiê britânico adotou a causa africana com o objetivo de “melhorar a sua biografia”, abalada pela guerra no Iraque. Na im-

prensa africana, como era de se esperar, o tema tem ocupado manchetes de grandes jornais.

Em geral, os jornais africanos têm enfatizado a necessidade de resultados práticos, como o fortalecimento de operações para garantir a paz. O *Mail and Guardian*, jornal de grande circulação de Johannesburg, maior cidade sul-africana, publicou em 13 de junho matéria intitulada “Blair, o governador da colônia?”, na qual o analista político africano Dani Nabudere alerta sobre o risco de o acordo levar a África a uma nova forma de colonialismo. Ele acredita que a Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), esforço doméstico

encabeçado pela África do Sul para revitalizar a economia do continente, pode ser eclipsada pela comissão de Blair: “A Nepad pode tornar-se um apêndice, o que retiraria a iniciativa das mãos dos líderes africanos. Seria um processo de recolonização”.

A idéia de perdoar dívidas de países pobres não é inovadora. Em 1996, foi lançada a iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Apesar dos 48 bilhões de dólares empregados, ela fracassou. Nenhum país participante atingiu níveis sustentáveis de endividamento. O caso de Uganda é ilustrativo. Em 1998, foi o primeiro país beneficiado pela medida. Devia 3.6 bilhões de dólares.

De início, o alívio produziu bons resultados: crescimento econômico, construção de hospitais e escolas. Sete anos depois, Uganda está mais endividada que nunca: 4.8 bilhões de dólares. Mas o país terá segunda chance. Está entre as 18 nações selecionadas pelo G8.

Grandes países pobres, como a Nigéria, sempre ficaram excluídos do perdão de dívidas. País mais importante do oeste do continente, a Nigéria é peça-chave para garantir a estabilidade na região. Sudão, Congo e Angola, todos com forte peso regional, também estão fora da lista. Foram considerados corruptos demais.

O entusiasmo de Gordon Brown, ministro das finanças britânico, contrasta

com a cautela dos africanos. Para ele, a proposta de Blair é nada menos que um “moderno plano Marshall para a África”. A versão africana do plano, entretanto, não lembra nem de longe a original. No caso do Plano Marshall, o fortalecimento econômico da Europa surgia como prioridade para os norte-americanos, que precisavam fazer frente ao avanço soviético. A comparação deste com o acordo do G8 é, no mínimo, imprópria. Para ter as dívidas canceladas, os 18 países precisam cumprir receitas de austeridade e abrir suas economias às transnacionais do G8. Isso atrela, a um custo muito baixo, as frágeis economias africanas às políticas preconizadas pelo FMI e Banco Mundial.

Celular como índice de desenvolvimento

Juliana César Nunes

Entre junho e julho deste ano, a reunião dos oito países mais ricos do mundo (G8), na Escócia, mobilizou as redações de jornais e revistas de todo o mundo. Os encontros prévios, os recados enviados pelo primeiro-ministro inglês Tony Blair e o conjunto de shows "Live 8" contribuíram para que o evento permanecesse na chamada "pauta" antes mesmo de começar oficialmente. No entanto, a África e o aquecimento global, anunciados como temas principais dos debates, acabaram em segundo plano na cobertura feita pela imprensa internacional durante o encontro. As discussões sobre terrorismo, motivadas pelo atentado em Londres, tomaram o lugar central.

Portanto, para entender como a imprensa internacional enquadra os problemas africanos e as soluções apontadas para eles, o historiador do futuro terá que consultar as edições anteriores à reunião. A revista norte-americana Newsweek, por exemplo, em sua segunda edição de julho, é sugestiva. Traz como reportagem de capa um homem negro, africano, com um celular na mão. O título da reportagem: "What's right with Africa" – O que está certo na África. A matéria sustenta que os caminhos apontados por Tony Blair para a cooperação com os africanos está equivocada. Nada de perdão de dívidas ou aumento de doações.

A saída mesmo estaria no modelo adotado por países como África do Sul e Tanzânia. Ou seja, crescimento econômico por meio da abertura de mercado para investimentos externos em áreas telefonia e mineração. Mesmo que em "alguns" casos isso resulte na infeliz utilização de mão-de-obra infantil para o trabalho nas minas.

Discussão bem mais interessante pode ser observada nos jornais que compõem a chamada grande imprensa inglesa. Três deles – The Independent, The Sunday Telegraph e The Observer – produziram edições especiais em 3 de julho, dia seguinte aos dez concertos simultâneos realizados pelo evento "Live 8". As capas trazem artistas como Madonna e Paul McCartney. É de Bono, vocalista do U2 a manchete do The Observer: "We don't want charity, what we want is justice" – Nós não queremos caridade, o que queremos é justiça.

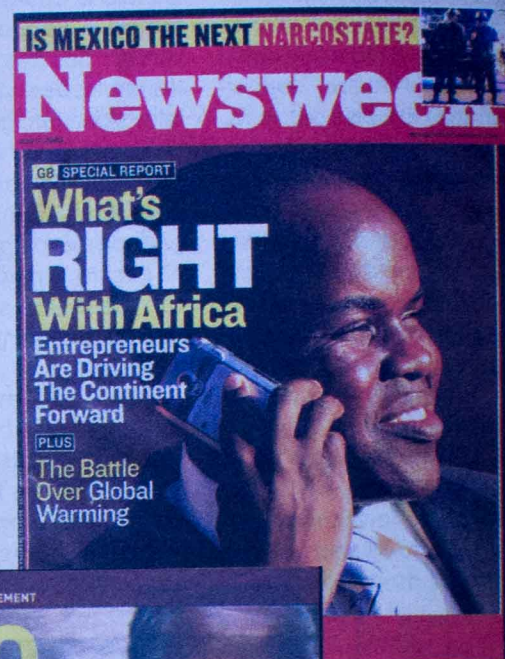
O jornal que usa a frase de Bono para chamar a atenção nas bancas é o que fez a cobertura mais ampla. Adotou uma postura diferente dos concorrentes que ainda gastam papel para apontar o equilíbrio econômico – inclusive norte-americano – como solução para os desafios que enfrenta o povo africano. Para o The Observer, usar a corrupção como justificativa do não perdão às dívidas é ignorar a cumplicidade dos bancos

internacionais com os corruptos, a doação de dinheiro para a compra de produtos e serviços dos próprios doadores e a lucrativa venda de armas para milícias ou ditadores.

Os três jornais ingleses, no entanto, surpreenderam pelo esforço em retratar como a África vivenciou os dias que antecederam o G8. As matérias mostram que boa parte da população do continente não acompanhou os shows do Live 8 por não ter acesso a eletricidade e, conseqüentemente, televisão. Ainda assim, os africanos entrevistados demonstram saber onde querem aplicar o dinheiro de dívidas e doações. Educação, saúde e promoção de empregos no mercado regional.

Os repórteres britânicos visitaram uma nação que já não vê como natural o que acontece na zona rural norte-americana. Como mostra a jornalista Heather Stewart, as plantações de algodão norte-americanas, subsidiadas pelo governo, continuam utilizando mão-de-obra negra, seja de origem hispânica ou diretamente africana. Os produtores é que ainda acham normal recorrer à lógica escravocrata para, com apoio do Estado, permanecer no topo do mercado.

* O material analisado para esta reportagem foi gentilmente enviado por Sandra Leopoldo, uma brasileira na Inglaterra.





Diagnóstico de Anemia Falciforme em Minas - ainda um longo caminho a ser percorrido

Daniela Giovana*

"Você sabe o que é Anemia Falciforme?". É assim que a cabeleireira Dora Alves, 50, costuma abordar pessoas nos ônibus e em seu salão de beleza, no trabalho de divulgadora que exerce voluntariamente em Belo Horizonte. "Muitos negros não sabem e muitos profissionais de saúde também não. Desconfio que meu pai, que morreu com 33 anos de AVC, possa ter sido um portador da doença e não sabia", conta a cabeleireira.

A Anemia Falciforme é uma doença transmitida de pai para filho, em que os glóbulos vermelhos apresentam uma deformação em forma de foice, por isso o nome falciforme. Os glóbulos vermelhos são células do sangue que carregam um pigmento chamado hemoglobina. As pessoas portadoras da doença recebem de seus pais hemoglobina anormal que oferece dificuldade para a circulação do oxigênio no organismo. No Brasil esta anomalia está presente entre a população negra e afrodescendente. Assim, mesmo não tendo a pele negra, a pessoa pode ser portadora do traço ou até mesmo da doença falciforme.

A desinformação é um dos aspectos que mais chamam a atenção quando a questão é colocada. A incidência em Minas Gerais é de 3,2% da população, ou seja, a cada 30 recém-nascidos, um é portador do tra-

ço falciforme e cerca de 260 crianças nascem todos os anos com a anemia detectada.

Este dado estatístico revela uma proporção que leva a doença a ser enxergada enquanto um problema de saúde pública que deve ser identificado no nascimento, já que a transmissão é genética, garantindo assim uma vida com mais qualidade ao doente.

Diferentemente de outros estados, Minas Gerais tem desenvolvido um trabalho eficaz junto aos falcêmicos, mas isso não significa que a situação já tenha alcançado níveis ideais de atendimento. O caminho

adotado parte do princípio da parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde de todo o estado, Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD), Associação dos Drepanocíticos e Talacêmicos do Estado de Minas Gerais (Dreminas), Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) e voluntários.

Esse esforço conjunto resultou na criação do Cen-

tro de Educação, Informação e Apoio ao Doente Falciforme (Ceiadof), com previsão de inauguração dentro de dois meses. O prédio fica na avenida Francisco Sales, 1715, região hospitalar de Belo Horizonte. O objetivo do Centro é otimizar os esforços para o atendimento aos doentes de todo o estado e se tornar um centro de excelência para a informação das famílias e da população em geral. "Com o Ceiadof vamos dar conti-

maneira inadequada", desabafa o presidente da Dreminas Cláudio Henrique Machado Santos.

Atendimento Ambulatorial

Por meio da Triagem Neonatal, mais conhecido como Teste do Pezinho, toda criança passa a ter direito ao acompanhamento ambulatorial gratuito feito pelo Hemominas. "Ação concreta mesmo foi a de Minas Gerais, em 1998. O Estado junto com a UFMG implementou a triagem para a Anemia Falciforme. Não tinha uma portaria, não tinha uma política nacional, nada. Em Minas aproveitamos a triagem neonatal que já era feita desde 1993 e o programa se alastrou. Em

2001, o Ministério da Saúde torna obrigatória a triagem neonatal para todo o país a partir da experiência mineira", explica o professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da UFMG e diretor do NUPAD/UFMG José Nélcio Januário.

O exame, que no Estado de Minas Gerais passou a investigar a Anemia Falciforme a partir de 1998 soma hoje 1 milhão 922.840 crianças triadas, dentre as quais 1.536 foram identificadas positivamente como portadoras

da hemoglobina SS, o que configura o quadro de Anemia Falciforme. O modelo de triagem feito hoje em Minas é referência nacional.

A maior parte das crianças vão ao óbito nos primeiros 5 anos de vida, com um acometimento maior até os 2 anos de vida. A finalidade da triagem é instituir o tratamento nos primeiros cinco anos com penicilina, vacinação e acompanhamento rigoroso, aumentando a sobrevivência. "Se você não fizer absolutamente nada, 50% morrem até chegar a adolescência, agora quando você institui um tratamento ambulatorial correto, de 45% a 50% vão atingir os 50 anos de idade. A diferença é brutal. Por isso o foco é a infância. Antes da triagem, as crianças estavam morrendo e a morte sendo atribuída a outras coisas, agora não tem jeito: a criança bate na porta da unidade de saúde dizendo que tem anemia falciforme e que quer tratamento", explica o diretor do NUPAD.

Hoje existem duas formas de atendimento nos ambulatorios do Hemominas. O primeiro caso, e também o mais comum, é feito por crianças triadas para doença falciforme. "A partir do momento que o sangue é colhido, no quinto dia de vida pelo exame do pezinho, ele é levado para o NUPAD/UFMG, onde é feito o diagnóstico. Quando é identificado um caso positi-



Fotos: Pedro Vilela

nuidade à questão da educação continuada, trabalhando em nível municipal e estadual as informações ligadas aos hemocentros e famílias em toda a Minas Gerais. Isso é muito importante. A família recebe um diagnóstico neonatal de Anemia Falciforme. O que fazer nesse momento? Há um desespero enorme dos pais. Por muitas vezes já tivemos com famílias que acharam que iam perder o filho da noite para o dia. A informação chega de uma

vo, a criança é encaminhada para um dos hemocentros mais próximos de sua casa para fazer a primeira consulta e os pais receberem as orientações necessárias", explica Júnia Guimarães Mourão Cioffi, Diretora Técnico Científico da Fundação Hemominas. O segundo tipo de entrada fica por conta de pacientes em uma faixa etária maior, detectados por meio de estudo familiar ou atendimento de atenção básica. Atualmente 4.800 pacientes portadores de doença falciforme estão em tratamento na Fundação Hemominas em Belo Horizonte.

Neste acompanhamento, que é ambulatorial, uma vez que a Fundação Hemominas não possui uma estrutura hospitalar, o paciente recebe todas as vacinas básicas e especiais e é atendido por uma equipe multidisciplinar: hematologistas, pediatras, clínicos, infectologistas, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, pedagogos, fisioterapeutas, fisiatras e ortopedistas. "Nas unidades que não possuem um desses profissionais, e o paciente precisa de atendimento, ele é referenciado para a capital, mas muitas vezes o atendimento é feito na própria rede. É um paciente diferenciado", afirma a hematologista Mitiko Murao, da Fundação Hemominas e do Hospital das Clínicas.

Esta uniformização no atendimento pode ser atribuída às próprias características da Fundação Hemominas de funcionamento em rede, utilização de protocolos de atendimento padronizados discutidos periodicamente com as outras unidades do Estado e o próprio protagonismo no atendimento a pacientes falcêmicos. "O Hemominas, criado em 1985, tornou-se referência porque desde o início

os paciente com doença falciforme e conglopatias hereditárias eram referenciados para ele. Em 1998 culminou com a triagem neonatal. O paciente quando detectado já era encaminhado para um local de referência e atendido desde o início. O programa de triagem neonatal e a rede de hemocentros em Minas são bastante diferenciados", explica a hematologista Mitiko Murao.

Muito se avançou em Minas para o diagnóstico precoce e acompanhamento



to ambulatorial, mas as etapas seguintes de tratamento continuam carecendo de mais atenção.

Desafios hospitalares

Movimento social, médicos e pacientes são unânimes em apontar as dificuldades de atendimento hoje encontradas nos setores de urgência e emergência da rede hospitalar no estado. Belo Horizonte é uma das cinco capitais de pior atendimento em urgência e emergência do país, segundo ranking levantado pelo Ministério da Saúde. Há um grande sucateamento na atenção à saúde, tanto na capital, quando no âmbito das responsabilidades do Estado.

"A urgência e emergência é um problema principal-

mente para os adultos", afirma a médica Mitiko Murao. A mesma opinião é compartilhada pelo médico José Nélio Januário: "a grande dificuldade hoje no estado é com relação às urgências. As crises de dor são um dos principais motivos das intercorrências. Esses atendimentos são parcialmente resolvidos na região metropolitana, mas nós não temos



Fotos: Pedro Vilela

ainda um plano para todo o Estado".

No entanto, o que se percebe é que esse problema só será totalmente resolvido com uma ampla reforma no sistema de saúde nacional, em que deverão ser colocados em prática os princípios garantidos pela constituição que garante atendimento médico e educação de forma ampla e irrestrita a todos os cidadãos. Enquanto isso não acontecer será muito difícil que a população tenha uma atenção universal voltada para a igualdade no atendimento.

Nos hospitais a falta de informação por parte dos profissionais de saúde tam-

bém compromete o atendimento. "Nós tivemos vários pacientes que chegaram ao médico com crise falando que tinham Anemia Falciforme e os médicos não sabiam como avaliar esse diagnóstico, como fazer esse tratamento a partir dessa crise. Um dos problemas que temos hoje de modo geral em Minas Gerais é a falta de informações tanto de ges-

pecialista", conta a artesã. "Há situações em que a família orienta o próprio médico e eles costumam ficar incomodados com isso", atesta o professor José Nélio Januário. Um caso que chegou ao conhecimento da Dreminas foi o de uma mãe que após receber uma receita médica em que foi prescrita Ferratina informou ao médico que a filha não poderia tomar aquela medicação. O médico perguntou à mãe quem era o doutor, ela ou ele.

Para a médica Mitiko Murao a capacitação dos profissionais "tem que ser contínua, porque a gente sabe como os profissionais flutuam nas unidades de saúde. Esse processo não tem fim e tem que ser feito o tempo inteiro", entende. Para José Nélio essa questão deve ser vista de uma forma mais ampla. "A rigor todo clínico médico tem condições de fazer um atendimento porque os problemas são clínicos. À medida que esse atendimento se transforme em um programa global de atenção à saúde o paciente poderá ser acompanhado por um pediatra comum. A universidade precisa fazer mais pesquisas em relação à Anemia Falciforme, principalmente pesquisas na área clínica. Novos fármacos, novas intervenções para aliviar o sofrimento das pessoas", diz.

Em Belo Horizonte as maiores referências para o atendimento de urgência são o Hospital das Clínicas, ligado a UFMG, e o Centro Geral de Pediatria.

Remédios e Exames especializados

Outra dificuldade que atinge em cheio os falcêmicos mineiros diz respeito às consultas especializadas. A Anemia Falciforme funciona como uma anemia crônica que pode afetar qualquer órgão do corpo. Quan-

tores e de médicos, como também de toda a população. Muitas vezes a própria família não sabe como aplicar em casa os primeiros atendimentos ao doente", afirma o presidente da Dreminas.

Com a experiência de quem vive há 47 anos com uma anemia talessêmica, dona Rose Marie Betran diz que muitas vezes, mesmo em crise, tem que ficar explicando para os médicos o que é a doença na hora de um atendimento de urgência. "A maioria dos médicos não sabem. Já fiquei 5 horas numa fila esperando, fui atendida por um clínico para só depois chegar a um es-

do afeta o cérebro pode ocasionar derrame, inclusive em crianças de 4 ou 6 anos. O paciente pode ter complicações respiratórias graves e precisar ir para o CTI; complicações no coração e precisar de uma consulta com um cardiologista. Pode ter uma complicação de vias aéreas e necessitar de uma consulta com um otorrino, e assim por diante. Mas muitas vezes o acesso a esses exames, que precisam ser conseguidos em caráter de urgência, é obtido na base da 'política de boa vizinhança', a partir de contatos dentro dos hospitais.

O Sistema Único de Saúde (SUS) vê esse paciente como qualquer outro, não respeitando as particularidades da doença e relegando o atendimento à vala comum. Mas o que falta para que o sistema de saúde passe a tratar a doença como sendo de alta complexidade? "Falta aplicar um princípio aprovado pelo próprio Ministério da Saúde que é a equidade racial. O ministério já reconheceu, mas ainda precisa ser aplicado. Assim, esse paciente não vai entrar na vala comum porque vai ter suas particularidades formalmente compreendidas, estabelecidas em portarias, bem conhecidas pelas pessoas. Hoje em qualquer gestor que você vá, ele fala que tem problema com AIDS, com leucemia, com tuberculose, e te pergunta por que ele deveria tratar os doentes falciformes de maneira diferente. Para evitar isso basta que o ministério aplique um princípio que ele mesmo criou", explica o médico e professor José Nélio Januário.

75% das famílias ganham menos de um salário mínimo, 80% dos pais não têm escolaridade primária e 90% dos pacientes não completam o ensino fundamental. Diante desse quadro, fica fácil perceber a dificuldade

presente na hora de comprar os remédios receitados para dar uma continuidade ao tratamento após a saída do hospital. "A gente tem lutado junto às secretarias municipal e estadual para conseguir essa medicação. Muitos pacientes vivem na periferia com baixa renda, isso quando estão trabalhando. Mas por muitas vezes nós temos que procurar a própria Promotora de Saúde do Estado que dá um grande apoio porque conhece as nossas necessidades", sentencia o presidente da Dreminas.

O ser humano por trás da doença

Tassia Ludmila Gonçalves Machado, 4, já passou por várias intercorrências, muitas delas obrigando a internação da mãe junto da filha. A última contabilizou o saldo de 15 dias no hospital, com uma crise de dor que teve que ser tratada a base de morfina. "Costumo dizer que essa é uma doença que causa muita dor física para o paciente, mas que traz uma grande dor emocional e psicológica para os pais. A gente vive esse drama dia após dia, igual a uma bomba relógio. Hoje ela está bem, mas amanhã ela pode amanhecer com uma dor que pode ser fortíssima", confidencia Cláudio Henrique.

As implicações psicológicas que envolvem familiares e pacientes ainda são aspectos pouco ou quase nunca observados pelo sistema de saúde. Diante de uma doença como a Anemia Falciforme em que os processos de dores são estendidos por toda uma vida, a começar do nascimento, aspectos

de inclusão social desse paciente e acompanhamento da família são fatores que também não podem continuar a serem esquecidos. Por mais que hospitais cuidem, a família é quem vai acompanhar integralmente a vida desse paciente.

"Muita coisa já avançou, a qualidade da parte técnica do sangue está bem melhor, mas o lado humano ainda fica a dever. Estava na sala de espera e uma criança estava chorando porque não queria tirar sangue. Precisava ter ali uma psicóloga para conversar com essa criança e explicar que ela precisa tirar sangue. Não é fácil

muito, cheguei a dar aulas particulares para crianças e também fazia artesanatos", conta D. Rose.

Muitas empresas ao fazerem os exames de admissão não estão contratando pessoas com Anemia Falciforme devido ao grande número de faltas que esse funcionário terá. Em se pensando um mercado de trabalho com a disputa desigual que vemos hoje, a situação se complica ainda mais. A saída tem sido o sub-emprego, com atividades desempenhadas sem carteira assinada.

Ação social que vira política pública

Hoje ainda não se percebe no Estado uma política pública voltada para a Anemia Falciforme. O passo mais concreto nesse sentido foi dado com a Lei Estadual 14.088 de 6 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prestação de aconselhamento genético e assistência médica integral aos portadores de traço e Anemia Falciforme. A Lei foi aprovada após um longo período para ser sancionada e a luta agora é para colocá-la em prática em todo o Estado. Ela existe, mas ainda não funciona. O foco principal deve ser o interior do estado, onde, por falta de informação, até mesmo transfusões de sangue desnecessárias são feitas. Muitos profissionais nos municípios não têm o treinamento para fazer o diagnóstico e o tratamento corretamente.

O trabalho dos movimentos sociais chega à instância governamental e acaba virando política pública. Esta realidade está presente em quase todos os setores da sociedade. "Se a sociedade não se manifestar e

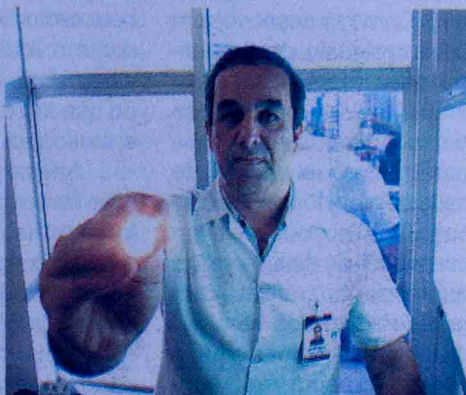
mostrar o problema em que vivem ela não alcança os objetivos lá na frente. Por exemplo, hoje as secretarias já estão capacitando o Programa de Saúde da Família, isso foi uma luta do movimento para mostrar a necessidade de se informar sobre a doença e que hoje o governo está olhando com o cuidado de levar isso para âmbito estadual. É uma conquista do movimento", explica Cláudio Henrique.

A situação mineira no trato com a Anemia Falciforme aponta um quadro de excelência no atendimento ambulatorial, demonstrando uma boa integração entre a capital e os hemocentros do interior. E isso é um resultado direto de um bom entendimento entre uma universidade (UFMG) e uma fundação (Hemominas).

Demonstra na prática os benefícios que podem ser alcançados quando todos os envolvidos juntam forças para conseguir melhorias para suas lutas como é o caso concreto do Centro de Educação, Informação e Apoio ao Doente Falciforme (Ceiafod). Mas é uma experiência que ainda carece de mais investimentos na parte do poder público estadual e municipal no que se refere a parte de tratamento: melhores atendimentos em hospitais, acesso universal a consultas especializadas e medicamentos, sem deixar de lado é claro a atenção humana ao paciente.

Analisando a Anemia Falciforme em Minas Gerais é possível perceber que mudanças mais significativas necessitam de uma urgente reforma do sistema de saúde com aplicação universal de um direito que é garantido ao homem em seu nascimento pela constituição: a igualdade.

*Jornalista e mestrande em História pela UFMG



ficar numa cama tomando picada para fazer 50 exames. Quando sou internada peço um acompanhamento psicológico, uma pessoa que tem uma doença crônica tem que ter esse atendimento. Muitas mães são simples, acham que se pedirem um psicólogo vão achar que o filho é doido. Muitas não sabem desse direito", afirma D. Rose Maria Betran.

Preconceito e longos períodos de internação que acarretam em perdas de aulas, contribuindo para o abandono dos estudos, são outras barreiras que dificultam a inserção social. "Parei de estudar no primeiro ano do magistério, fiquei um mês doente e depois não voltei mais, desanimei. Minha mãe dizia 'se o corpo não está bom, a cabeça está'. Quando ficava em casa lia



Sem o SUS não há saúde da população negra !

Jurema Werneck¹

De todas as formas de iniquidade, injustiça na atenção à saúde é a mais chocante e desumana. Martin Luther King Jr²

Qualquer um de nós sabe o que acontece quando é preciso recorrer a algum serviço público de saúde, seja posto, centro de saúde ou hospital. Falta muito. Muitas vezes falta tudo.

Talvez não haja serviço de saúde próximo. Talvez não haja transporte para nos levar até lá ou talvez não tenhamos dinheiro para pagar seu custo. Talvez, ao chegar lá, não haja garantia de atendimento, porque a fila é muito grande, porque não há médicos para atender, porque os profissionais estão em greve por melhores salários, porque os equipamentos estão quebrados. Talvez, durante o atendimento, o profissional trate mal, fale de forma infantilizada ou bruta e não dê as informações que deve. Talvez não haja como tratar, apesar da "boa vontade" do profissional, pois os medicamentos acabaram e não há dinheiro para ir à farmácia. Se a situação for grave, talvez a maca, em algum corredor, seja o único "leito" disponível. Se precisar de cirurgia, se precisar de tomografia, se precisar de hemodiálise, se precisar da saúde pública, você sabe e eu sei, serão momentos muito difíceis. Talvez mortais...

Segundo informações coletadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IEPA, considerando a

década de 1991-2001³, a população negra é o principal segmento usuário do Sistema Único de Saúde/ SUS. Ou seja, 80% das pessoas atendidas pelo SUS são negras. Segundo a mesma pesquisa, a maioria dos brancos brasileiros recorre ao sistema privado, através de Planos de Saúde, convênios ou pagamento direto de consultas.

Ainda segundo esta mesma pesquisa, a desigualdade racial é demonstrada no acesso à prestação de serviços. Dizem os pesquisadores: "Supondo-se que as populações negra e branca tivessem igual acesso aos serviços de saúde, e que suas condições gerais de saúde fossem semelhantes,⁴ não haveria associação entre o tamanho da parcela de pessoas atendidas e a cor ou raça. (...) Não é o que acontece. A proporção de negros atendidos é menor que a de brancos e a razão entre as chances de ter sido atendido demonstra existir associação entre a cor ou raça e o acesso aos serviços que propiciam atendimento ambulatorial." Ou seja, mulheres e homens negros são a principal clientela do SUS, mas recebem menos que necessitam quando comparados a mulheres e homens brancos. Os brancos, quando precisam do serviço de saúde, vão a consultórios e clínicas particulares e têm

tudo o atendimento necessário.

Como se desenvolvem estas desigualdades? As origens das desigualdades são múltiplas e o racismo se destaca estabelecendo os parâmetros do acesso de cada pessoa aos bens públicos. Junto ao racismo e em consequência dele, veremos questões geográficas, com grande parte dos serviços distante das regiões onde a população negra vive. Veremos questões estruturais do sistema, já que, quando os serviços estão disponíveis para a população negra, eles apresentam maior precariedade, com piores instalações, menos profissionais e equipamentos, menos complexidade. E ainda, as demais barreiras que a população negra enfrenta para acessar os serviços que necessita: menos transporte ou transporte caro; dificuldades de obter dispensa no trabalho, entre outras. No caso das mulheres, somam-se ainda as limitações de deixar os afazeres domésticos e o cuidado de crianças e idosos. Tudo isto num ambiente racista (o chamado racismo institucional), que cria mecanismos de funcionamento inadequados às nossas características e interesses. Ao mesmo tempo que faz com que os profissionais que estão lá para fazer cumprir o direito à saúde de pessoas negras, ao

contrário, dificultam este atendimento, por estabelecerem relações baseadas no racismo, lidando com negras e negros de forma diferente do que lidam com brancos, e muito pior.

Apesar destas condições serem gerais, para todo território nacional, sabemos que as desigualdades regionais têm grande impacto na construção da precariedade, uma vez que o SUS se concentra principalmente nas regiões sudeste e sul do país, nas áreas urbanas.

Aqui, cabe lembrar que a Constituição Federal, no artigo 196, afirma que a saúde é direito de cada brasileiro e dever do estado. É para fazer cumprir esta determinação que o SUS foi criado e é mantido com vultosos recursos até hoje.

Mas se é assim, o que está errado?

São muitas as razões que produzem a situação que vivemos hoje, com o desmantelamento do SUS onde ele existe e a não implantação onde ele ainda não está.

A criação do SUS é uma conquista da população brasileira, a população negra incluída. É preciso lembrar que para nossas avós e mães, a única alternativa de sistema de saúde era as Santas Casas, onde grande parte iam somente em estado muito grave, daí a crença da população que ser interna-

do significava morrer. O SUS é fruto da luta pelo fim das desigualdades no país, da luta pelo reconhecimento da cidadania das populações marginalizadas. Ou seja, é decorrência, entre outras, da luta das diferentes organizações anti-racistas que vigoraram e vigoram no Brasil desde o início do século XX.

Nestes tempos de implantação de práticas neoliberais na condução da economia (e da política nacional), num ciclo aberto por Collor e que vem até o governo Lula, a noção de serviço público universal como dever do Estado vem sendo duramente atacada. Regras definidas pelo FMI e o Banco Mundial para a administração pública vêm sendo cumpridas sem questionamento pelos governos de todos os níveis, com maior ou menor adesão ideológica destes. Daí a crescente redução dos recursos à disposição das políticas públicas, já que estes têm sido desviados descaradamente para os chamados superávits, direcionados ao sistema financeiro. Quer dizer, os diferentes governos têm retirado o dinheiro gerado pela sociedade para a prestação de serviços públicos e têm transferido para os donos dos bancos. O governo Lula, por sinal, tem ido mais fundo do que os governos anteriores. Um exemplo:

este governo foi além e aumentou em quase 156% os recursos retirados para fazer superávit, passando dos 4,5 % acordados com o FMI para 7% recentemente, sem qualquer justificativa plausível.

A mesma receita de superávit do FMI e do Banco Mundial estabelece que, diminuindo os recursos para as políticas universais, para todos, como é o SUS, o que se deve fazer são políticas menores, ditas focalizadas, para grupos em situação extrema. É o que a Estratégia de Saúde da Família tem significado. Rompe-se o compromisso de implantar e expandir o SUS conforme preconizado nas leis e no direito conquistado e o que se quer dar em troca é um mini-SUS, reduzido, simplificado, incompleto. Ao invés de uma rede sólida de postos, centros de saúde e hospitais de diferentes níveis de complexidade, ao lado de estratégias de prevenção sólidas, o

que se oferece são equipes profissionais com pouca ou nenhuma estrutura de serviços de saúde a oferecer, que vão as casas das pessoas para que não pensem que têm o direito de buscar sua saúde numa rede que nem existe, ou, se existe, está sendo destruída pela falta de recursos. De forma perversa, o modelo neoliberal se apropria de parte de uma idéia já testada e bem sucedida, de equipes de saúde de referência para um certo número de famílias e a oferece em pedaços e ainda faz a propaganda como se isto fosse o todo necessário. Ou alguém aí tem dúvidas de que o Programa Saúde da Família, orgulho do Ministério da Saúde, não passa de um SUS dos pobres, dos negros. Sem postos, centro de saúde e hospitais. Sem as demais especialidades de saúde e equipamentos. Sem atividades amplas de informação e de prevenção. Porém, muito mais barato.

O mesmo pode ser verificado com o SAMU, que é um SUS pequeno e móvel, que vai de ambulância na casa das pessoas. E até com o programa de saúde bucal, que pretende gastar dinheiro com obturações, cirurgias e próteses, mas não fala uma palavra sobre a prevenção de cáries.

É preciso desmascarar o jogo neoliberal que destrói o SUS. É preciso exigir seriedade na recomposição das políticas públicas, segundo os princípios constitucionais. É preciso denunciar as conversas entre o Ministro Palocci, o ex-ministro Delfim Neto e as declarações aos jornais do Secretário do tesouro Joaquim Levy. Todos buscam caminhos de ampliar o desvio dos recursos das políticas sociais através da chamada DRU/ Desvinculação de Receitas da União.

A defesa do SUS se coloca então como fundamental neste momento. Pois quando falamos de saúde

da população negra em seus diferentes aspectos, temos que ter no horizonte a constatação de que sem o SUS muito pouco poderá ser feito. E isto não é uma questão de técnicos, é sim política. As organizações negras e sua mobilização devem explicitar cada vez mais suas pautas e ações de defesa das políticas públicas e do SUS como questão de princípio e de sobrevivência. É preciso pressionar, denunciar, não permitir recuos nas políticas municipais, estaduais e federais. É preciso ter em mente o que já foi feito e já foi dito: "Como alguém que tenha vivido entre camponeses ou favelados sabe muito bem, a saúde do povo é influenciada muito mais por políticos, grupos de poder e pela distribuição da terra e da riqueza do que é pela prevenção e tratamento de doenças"⁵.

Como temos afirmado até aqui, a luta continua!

¹ Médica, doutoranda em

Comunicação e Cultura na ECO/UFRJ, coordenadora de Criola

² OBERG, Charles N. *Equity and Health Disparities: a public health conundrum. The Symposium on the Politics of Race, Culture and Health, Ithaca College, 2003.* <http://www.ithaca.edu/healthpolicy/race/>

³ SCHICASHO, Sônia Tié (org). *Desigualdade Racial: Indicadores Socioeconômicos – Brasil, 1991 – 2001.* IPEA, 2003

⁴ Na verdade, há muitos motivos para se supor que a situação dos negros é pior, o que implicaria que eles deveriam apresentar uma porcentagem maior de atendimentos que a dos brancos. (Nota dos pesquisadores)

⁵ Werner, David (1981) *The village health worker, lackey or liberator. World Health Forum, 1 (1), 46-48.* Citado por Bamba, Clare, Fox, Debbie e Scott-Samuel, Alex. *Toward a New Politics of Health. Politics of Health Group Discussion Paper nº 1, University of Liverpool, 2003*

Procuradores estaduais debatem cotas em workshop

Criação de uma rede de intercâmbio de conhecimentos jurídicos conquistados com as demandas judiciais provenientes da implementação de reservas de vagas em universidades públicas. Este foi um dos resultados práticos do "Workshop com os procuradores jurídicos das universidades públicas brasileiras", promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no último dia 1º de julho.

A tônica do encontro foi a desmistificação de alguns mitos ratificados por visões positivistas dos tribunais, que devem ser sensibilizados para a temática. Para o ministro

dô Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, a grande vilã deste posicionamento conservador é a formação jurídica. As faculdades não estão criando cientistas do direito, mas sim aplicadores do direito objetivo, que não conseguem enxergar o que está por detrás das leis.

Para o professor titular da Uerj Carlos Roberto de Siqueira Castro, há uma guerra declarada de visões conservadoras, aristocráticas, que representam sentimentos egoístas. "Não acredito que a via pacificadora do Direito seja a única via para redenção do movimento negro no Brasil e no mundo. Acho que o instrumental jurídico pode cumprir um papel para o avanço civilizatório, mas ele ja-

mais será exclusivo. Os movimentos sociais, a política guerreira, o grande embate filosófico, com todos os flagrantes da existência, não raramente exercem um papel de aceleração histórica, muito mais vital, muito mais eficiente do que o próprio instrumento jurídico".

Já o desembargador Cláudio Mello, da 10ª Câmara Cível do TJ/RJ, diz que é de suma importância que os julgadores devam arregaçar as mangas, parar de comodismo e deixar de ignorar o sofrimento alheio. "Há a discriminação, há o preconceito, quem quiser dizer que não, está mentindo ou é hipócrita", criticou.

O ministro Fux afirmou que "a judicialização da

questão de cotas é muito significativa". No sistema brasileiro, o único poder que tem aptidão para dar a última palavra sobre uma controvérsia político-institucional é o Poder Judiciário. Se, eventualmente, o MEC ou as esferas administrativas decidirem alguma coisa, certa ou errada em relação às cotas, certamente essa decisão será revista por aquele Poder. E isso, na opinião do ministro, é uma discussão que tem que levar em conta não somente o conhecimento jurídico puro e simples, também há de se ter sensibilidade para com os excluídos, pois "o Brasil hoje vive inspirado pelos princípios da igualdade e da dignidade da vida humana e a questão da

razoabilidade, e as cotas perpassam por todos esses campos".

A representante da Fundação Ford, Denise Dora, enfatizou que qualquer política que se queira estabelecer será uma política constitucional ou não; e que, ao se estabelecer esse sistema de barreiras, de determinados obstáculos para acesso e permanência de alunos de determinados setores da sociedade tradicionalmente discriminados, "cria-se no Brasil um padrão institucional de discriminação. E, isso é violar os direitos humanos, o que pode ser denunciado na OEA", alertou.

(Sandra Martins)



Foto: Divulgação/MEC

Brasil e a troca da dívida por investimentos em educação

Tarso Genro*

Na recente reunião do G-8, na Escócia, dia 7 de julho, o Presidente Lula defendeu a conversão de parcelas da dívida externa por investimentos em educação nos países em desenvolvimento. A justa reivindicação, apresentada diante dos mais importantes líderes do mundo atual, foi apresentada pelo Presidente como modelo de ação coletiva para alcançar as chamadas "Metas do Milênio" para o desenvolvimento definidas pelas Nações Unidas. O Presidente anunciou que o Brasil, na medida de nossas possibilidades, vem cancelando dívidas de países pobres da América Latina e da África, que se convertem em investimentos em educação em benefício das populações desses países.

A iniciativa do Presidente Lula parte de três certezas:

1) ao contrário do que tradicionalmente se pensa, o pesado serviço da dívida externa pode gerar recursos para a Educação a partir de novas e criativas formas de financiamento, abrindo espaço inédito de cooperação internacional, gerando ganhos de capital político e social para todos os envolvidos, em um espírito de parceria entre países credores e devedores em favor do desenvolvimento, sem confrontos ideológicos;

2) a Educação é estratégica para a consolidação do projeto de Nação e para um novo modelo de desenvolvimento que conjugue crescimento sustentado, es-

tabilidade econômica e justiça social; e

3) Educação é investimento, não gasto, visto que eleva o nível de eficiência econômica e produtividade.

As primeiras experiências de conversão de parte da dívida externa em investimentos educacionais ocorreram na década de 1990, com o apoio do Clube de Paris. Nos últimos anos, fortaleceu-se o movimento no plano multilateral (Organização dos Estados Ibero-americanos, Unesco, Organização dos Estados Americanos, Mercosul).

Em princípio, há três modalidades possíveis de troca de dívida por Educação: cancelamento de parcela da dívida oficial bilateral mediante o compromisso de investimento no setor edu-

cacional; compra de títulos da dívida por parte de ONGs ou empresas, a quem o Governo "paga" por meio de projetos de Educação; e prestação de cooperação educacional em favor de terceiros países com recursos oriundos da conversão da dívida.

No Brasil, a sociedade civil e a classe política já se estão mobilizando em favor da iniciativa. Foram constituídos, em junho último, o Comitê Social e o Grupo Parlamentar em defesa da Conversão da Dívida. O MEC organizou e continuará organizando seminários e conferências internacionais, bem como tem participado ativamente na construção do consenso internacional em torno dessa idéia. Vale ressaltar, nessa perspectiva, o se-

minário na Bovespa, no último dia 8 de junho, no qual foi adotada a "Carta de São Paulo", documento político que baliza a visão do Brasil no processo.

O Brasil pode desempenhar papel protagônico no processo de conversão de dívida por educação, tanto na condição de devedor, transformando dívidas de países pobres em novos recursos a serem reinvestidos em áreas como luta contra o analfabetismo, qualificação de docentes, merenda escolar, bolsas de estudo e diversas outras modalidades.

**Ministro da Educação, quando da elaboração do texto para o IrohîN. Atualmente presidente do PT*

Foto: Ricardo Stuckert/ABr



Homeopatia acadêmica

A inclusão racial no ensino superior brasileiro está mais uma vez adiada. A terceira e última versão do projeto de reforma universitária foi entregue pelo Ministério da Educação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 29 de julho. Em seu último ato, o agora presidente do PT, Tarso Genro, cedeu às pressões das correntes universitárias conservadoras, modificou a primeira versão do projeto e permitiu que a ação afirmativa seja incluída nos planos de desenvolvimento institucional das federais em doses homeopáticas.

O texto agora sob análise da Presidência da República libera as instituições federais de ensino superior a criar cronogramas para alcançar até 2015, "sem prejuízo do mérito acadêmico", a reserva de 50% das vagas, em todos os cursos de graduação, de estudantes egressos integralmente do ensino médio público, respeitada a proporção regional de afrodescendentes e indígenas. A palavra cota foi expurgada e a expressão mérito acadêmico incluída para acalmar os ânimos daqueles que ainda vêm na ação afirmativa uma forma de retrocesso intelectual ou restrição de autonomia.

Como as universidades federais ainda não criadas ou em processo de instalação, a reforma é mais contundente. As novatas deverão implementar desde o seu primeiro processo seletivo a reserva das vagas. Resta saber se o número de federais a serem criadas vai tornar essa determinação realmente efetiva. E mais, se da Presidência ao Congresso e do Congresso à Presidência o projeto não será alvo de novas pressões. Ou ainda se, no prazo de dez anos para a implementação da reserva de vagas nas universidades em funcionamento, os três poderes mudem de titular, idéia e projeto para o país. (Juliana Cezar Nunes.)



Rios de sangue: exploração da mão-de-obra escrava alicerçou construção da tradição branca

Diony Maria*

A cidade de Pelotas, 350 mil habitantes, localizada a 271 quilômetros de Porto Alegre, merece um capítulo especial na história afro-brasileira. Foi em Pelotas que, por pouco mais de cem anos, entre o final do século 18 (1780) e o final do século 19 (1888), legiões de trabalhadores negros escravizados produziram o charque, ingrediente básico para o preparo da comida consumida por negros e negras escravizados de quase todo o Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro e a Bahia, e de vários países do Caribe, em especial Cuba.

O charque é a versão sulista da carne de sol. Nos tempos que antecederam os frigoríficos, a secagem e a salga eram as únicas opções para conservar a carne bovina. As charqueadas, também conhecidas por "os rios de sangue", eram as indústrias produtoras de charque. No Brasil, as charqueadas só se viabilizaram a partir da exploração da mão-de-obra negra.

A primeira charqueada industrial foi instalada em 1780 às margens do arroio Pelotas, uma localização estratégica que já previa o fluxo da mercadoria para o porto marítimo da cidade de Rio Grande. Isto aconteceu após uma grande seca no Ceará, ocorrida em 1777, e as constantes guerras nos

países do Rio da Prata (Argentina e Uruguai). Até então, o Ceará, a Argentina e o Uruguai dominavam o mercado do charque.

Com a instalação das charqueadas, consolidou-se a exploração do trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Foi esta exploração que possibilitou o enriquecimento de um punhado de famílias brancas no extremo Sul do país. Algumas destas famílias já estavam estabelecidas em Pelotas. Outras migraram das redondezas, em especial do município de Rio Grande.

O ciclo do charque rendeu tanto dinheiro que o Banco Pelotense onde charqueadores e grandes comerciantes depositavam as suas fortunas chegou a ser um dos três maiores bancos do país.

Aliás, o charque também teve participação decisiva na consolidação do progresso econômico do Rio Grande do Sul. Só para se ter uma idéia, no ano de 1861 as indústrias do charque foram responsáveis por cerca de 75% do total das exportações gaúchas.

COMO SE CONSTRÓI UMA TRADIÇÃO

Como do boi só não se aproveitava o berro, as partes que não viravam charque também eram industrializadas e exportadas, sendo vendidas para a Europa e os Es-

tados Unidos. Quando voltavam destes países, os navios traziam mantimentos, livros, móveis, louças e outras muambas com "jeito" e "cheirinho" de colonizador/branco, constituindo-se nos objetos de desejo da aristocracia que cercava os charqueadores e demais escravocratas do extremo Sul. Desta forma, foi construída a tradição do "senso estético apurado" e do "gosto requintado" das famílias pelotenses abastadas.

Assim, charqueadores, grandes proprietários rurais e comerciantes construíram ao redor de si uma aura de cultura eurocêntrica/dominante surpreendentemente cultuada até os dias atuais. (A despeito da decadência econômica que há muitíssimo tempo direcionou todos os holofotes para a Serra gaúcha e para as suas populações descendentes de italianos e de alemães.)

Foi com o dinheiro obtido pela mercadoria produzida pelos negros escravizados que foi construído o significativo e tradicional conjunto de palacetes coloniais que, tombado pelo patrimônio histórico, enche os olhos dos amantes da arquitetura e orgulha os atuais habitantes de Pelotas.

Ainda restam cerca de cem destes casarões. As fotos de alguns deles costumam ser estampadas em cartões postais, cartazes e

folders oficiais, campanhas publicitárias de empresas privadas, copos, capas. Descontando a proporção, alguma coisa como o Cristo Redentor, o Elevador Lacerda ou a Catedral de Brasília. Os casarões têm uma peculiaridade arquitetônica: uma espécie de guarita estrategicamente colocada no telhado para vigiar os negros escravizados.

Era ainda com o mesmo dinheiro que os donos das charqueadas "importavam" do Nordeste do país o açúcar, ingrediente principal para a confecção dos doces que, com o passar do tempo, consolidaram-se em mais uma das tradições da cidade. Na década passada, a cidade ingressou no filão das festas, transformou-se na Capital Nacional do Doce e passou a promover anualmente a Festa Nacional do Doce (Fenadoce). Em 2005, a 13ª edição do evento aconteceu entre a segunda quinzena de maio e a primeira de junho.

Nos tempos idos, os doces eram consumidos em excesso pela população branca em saraus e festas promovidas para "exorcizar" a previsível depressão causada pelos rios de sangue. Haja açúcar na veia! Ao contrário de outras regiões do país onde as mulheres negras vendem doces em tabuleiros armados nas ruas, as receitas dos doces

pelotenses foram buscadas em Portugal e adjacências. A tradição doceira de Pelotas consolidou-se em confeitarias requintadas frequentadas exclusivamente pela elite econômica da cidade.

INFERNO

É consenso entre os historiadores que a violência senhorial nas charqueadas foi a mais intensa dentre todas as que constituíram o flagelo da escravidão negra no Brasil. Os brancos morriam de medo dos negros. As facas afiadas, a intimidade com o corte da carne e com o sangue poderia gerar um motim de proporções gigantescas. Os negros eram obrigados a andarem praticamente nus sob feroz vigilância. O regime de trabalho industrial utilizava práticas extremamente cruéis. Era comum inclusive escravocratas de outros estados mandarem para Pelotas, como castigo, os escravos "considerados incorrigíveis".

Basta um pequeno exercício de imaginação para pintar o quadro dantesco proveniente da sangria anual, a céu aberto, de uma média de 400 mil bois, somente durante os meses da safra, de dezembro a abril, em quase 40 charqueadas. O seguinte comentário feito, em 1882, por um viajante europeu (Herbert Smith) é sugestivo:

"Há um não sei que de revolta e ao mesmo tempo cativador nestes grandes matadouros: os trabalhadores negros semi-nus, escorrendo sangue; os animais que lutam, os soalhos e sarjetas correndo rubros, os feitores estálidos, vigiando imóveis sessenta mortos por hora, os montes de carne fresca descorando, o vapor assobiando das caldeiras, a confusão que entretanto é ordem: tudo isso combina-se para formar uma pintura tão peregrina e horrida quanto pode caber na imaginação. De toda esta carnificina derivou a riqueza de Pelotas, uma das mais prósperas entre as cidades menores do Brasil."

Segundo historiadores, as charqueadas foram responsáveis pelo abate de 45 milhões de reses. A decadência do ciclo do charque começou com a suspensão do sistema escravista. Com a abolição, os charqueadores pelotenses ficaram sem mão-de-obra para explorar e os senhores de escravos do resto do país já não precisavam mais alimentar os negros para que estes pudessem trabalhar mais. As charqueadas sucumbiram definitivamente por volta de 1910, com a chegada dos frigoríficos.

O REI DO ARROZ

Nesta época, alguns dos ex-charqueadores resol-

veram investir o capital acumulado com o charque (entenda-se exploração dos trabalhadores negros escravizados) no cultivo do arroz. É o caso, por exemplo do coronel Pedro Osório, que começou como charqueador e, em 1905, passando a plantar arroz, transformou-se no maior industrial do setor no mundo e ficou conhecido como o Rei do Arroz. Graças a este feito, o coronel teve seu nome perpetuado na tradicional praça do centro da cidade de Pelotas estrategicamente rodeada pelos tais casarões históricos.

A tradição do cultivo do arroz perpetuou-se. A região Sul do Rio Grande do Sul continua abrigan-

do exemplares dos maiores produtores individuais de arroz do planeta Terra. Com o tempo, alguns arrozeiros trocaram de negócio ou simplesmente expandiram para outras áreas: veículos de comunicação social (jornais), mandatos políticos.

Os palacetes continuavam sendo construídos. A diferença é que, ao contrário dos oitocentistas, os maiores casarões contemporâneos não podem ser "admirados" pela população da cidade. São verdadeiras fortalezas: guarita, guarda, cerca eletrônica, sistema fechado de TV, cachorros ferozes. Tempo difícil este em que vivemos...

Considerada a menos próspera do Rio Grande do Sul, a região Sul, que agrega 19 municípios e cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes, não dispõe de empregos suficientes para a sua população. Em Pelotas, centro geo-econômico da região, os salários e a autoestima da população em geral são baixos. Há alguns anos, um movimento reivindicava a divisão do estado em dois. O desmembramento permitiria que a Metade Sul se transformasse em um nova unidade da Federação podendo assim receber mais recursos da União e alavancar o progresso. A idéia não prosperou.

Resistência: trajetória negra no extremo Sul é exemplo para organização no país

Desde que foram trazidos para o extremo Sul no final do século 18 (1780) para trabalharem como escravos nas indústrias do charque, os negros passaram a representar cerca de 30% do total da população da região. Pesquisas extra-oficiais realizadas recentemente apontam, no entanto, que este percentual cresceu para significativos 50% de pardos e pretos. Basta andar pelas ruas dos municípios de Pelotas ou de Rio Grande para constatar o expressivo contingente de pessoas pretas ainda não atingidas pela miscigenação.

Em Pelotas, durante todo o período da escravidão, os negros resistiram bravamente por intermédio de fugas, que avolumavam-se durante a safra das charqueadas. Muitos dos que fugiram foram para o Uruguai, país que aboliu a escravidão em 1841.

O quilombo mais famoso de Pelotas localizava-se na Serra dos Tapes, ficou conhecido como o *Quilombo do Manuel Paideiro* e foi extinto em 1848. Com o crescimento urbano, a partir de 1870, os quilombolas escondiam-se dentro do próprio espaço urbano.

ARTESÃOS

Provavelmente as condições extremamente adversas estimularam a resistência coletiva e organizada dos negros em Pelotas. Só para se ter uma idéia, em 1880, 40 artesãos negros e livres criaram uma entida-



Crianças do Fica Aí no carnaval de 1967

de de classe. Em 1882, foi criada a sociedade *Deus, Fé e Caridade*, uma confraria religiosa leiga organizada por negros libertos com o objetivo de libertar escravos por intermédio da compra e da alforria. Antes disso, os negros congregavam-se nas irmandades católicas *Nossa Senhora do Rosário* e *São Benedito*. Esta última fundou, em 1901, um asilo

para crianças negras sustentado, durante anos, totalmente pela comunidade negra.

E em 1888 (ano da abolição), o orador do *Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados*

era um artesão negro, uma prova do peso político dos negros na diretoria da entidade.

Já a entidade negra *Feliz Esperança* aceitava escravos como associados e contribuía para libertação destes. A *Feliz Esperança* era uma espécie de loteria particular que oferecia aulas noturnas e biblioteca para os seus sócios, durou

quase 40 anos e auxiliou na organização dos operários da cidade.

Entre as sociedades recreativas e teatrais negras destacaram-se, ainda no final do século 19, a *Recreio dos Operários* e a *Satélites do Progresso*. Em 7 de setembro de 1896, nasceu a *Banda Musical União Democrata* que atuou ininterruptamente até 1977, parou por uns anos e, recentemente, retomou às atividades.

A REFERÊNCIA DA IMPRENSA NEGRA DO PAÍS

Iniciada ainda durante a escravidão, a organização dos negros em Pelotas teve o seu ápice nas duas primeiras décadas do século 20 por intermédio de iniciativas que tornaram-se referência nacional. Nesta época, as entidades negras proliferaram sob a forma de várias associações recreati-



Almoço do Sindicato dos Gráficos (final da década de 60, do século 20). Muitos gráficos foram colaboradores do jornal A Alvorada.



Diretores e associados do Depois da Chuva (baile em outubro de 1948)



Diretoria e rainha do Depois da Chuva em festa no Chove não Molha (início da década de 50, do século 20)

vas, promotoras de bailes, carnavalescas, esportivas, de representação política e de comunicação social (jornais).

Em 5 de maio de 1907, foi fundado o jornal *A Alvorada*, o mais duradouro jornal da imprensa negra no Brasil. O *A Alvorada*, que circulou até 1965, era um semanário com uma média de oito páginas. Na década de 40 do século 20, a tiragem semanal chegou a três mil exemplares. O jornal mantinha-se com assinaturas pagas, que garantiam a entrega domiciliar, e com a venda direta em pontos estratégicos da cidade, incluindo o Mercado Público, bancas de jornais e barbearias. O *A Alvorada* circulava ainda por vários municípios da região Sul do estado e também em Porto Alegre.

CLUBES SOCIAIS

Entre os clubes sociais negros mais significativos fundados no início do século passado destacam-se o *Depois da Chuva* (1916), o *Chove Não Molha* (1921), o *Fica Aí Para Ir dizendo* (1921), e o *Quem Ri de Nós Tem Paixão* (1921). Durante décadas, estes clubes sediaram incontáveis reuniões e atividades esportivas e sociais (bailes de debutantes, recepções de casamento, festas de aniversário) frequentadas exclusivamente pela população negra da cidade.

Também durante anos circulou um comentário de que cada um destes clubes negros corresponderia a um segmento social (elite, classe média, trabalhadores). Uma análise mais criteriosa, no entanto, aponta que, pelo menos até há bem pouco tempo atrás, não havia em Pelotas uma elite negra nos moldes econômicos dominantes.

Aqueles considerados negros da elite eram na realidade trabalhadores incluídos na sociedade, assalariados, operários ou artesãos, moradores em modestas residências na periferia do centro da cidade ou em bairros populares. Neste sentido, a lenda apenas contribuiu para a desunião, ainda que festiva, dos negros. O *Chove Não Molha* e o *Fica Aí Para Ir dizendo* vão muito bem, obrigado e continuam em plena atividade.

FRENTE NEGRA

Já a década de 30 do século 20 colocou novamente os negros pelotenses em sintonia com a vanguarda nacional. Isso aconteceu em 1932 com a fundação da *Frente Negra Pelotense*, uma organização negra de caráter político voltada para a luta contra a discriminação racial e a busca da ascensão social dos negros, prioritariamente por intermédio da educação.

A Frente Negra Pelo-

tense, que estava sintonizada com a Frente Negra Brasileira fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, atuou até 1935 e chegou a enviar representante para o I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife.

Bibliografia:

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962.

LONER, Beatriz. *Negros: Organização e Lutas em Pelotas*. in História em Revista, número 5, UFPel, Pelotas, 1999.

MELLO, Marco Antônio Lirio de. *Reviravoltas, batuques e carnavais. A cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Editora Universitária, UFPel, Pelotas, 1994.

_____. *Para o recreio e a defesa da raça. A imprensa negra no RS* in SEFFNER, Fernando (organização). *Presença Negra no RS*. Cadernos Porto & Vírgula 11. Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre, 1995.

Pelotas

<http://pelotas.ufpel.edu.br/>

A colonização do Rio Grande do Sul - VII - Negros:

<http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao6.htm>

*Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social (RS).



Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra.
Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF
Ou para irohin@terra.com.br

Hamilton Cardoso (1953-1999)

Sensibilidade, inteligência e solidariedade na luta contra o racismo

Dulce Maria Pereira*



Hamilton Cardoso

No dia 25 de Abril de 2004 a "Folha de S. Paulo" publicou uma foto com articuladores das "Diretas Já". Hamilton está lá, no movimento pelas Diretas Já, em 1984. 20 anos depois era um dos ausentes, entre aqueles que voltaram para a foto atualizada, revivendo duas décadas de avanço da democracia. Certamente, se aqui estivesse faria um balanço para dizer que, além das formalidades e de obtermos alguma representação e visibilidade, como coletivo pouco caminhamos. Apoiaria os programas de cotas, mas certamente diria

que são insuficientes.

Hamilton Bernardes Cardoso nasceu em Catanduva, em 10 de julho de 1953. Filho de Onofre Cardoso, músico, e de Deolinda Bernardes Cardoso, responsável pela estruturação da família e educação dos filhos. Segundo filho de quatro irmãos, cresceu em São Paulo e tinha muito orgulho de ter estudado no Colégio Caetano de Campos. Foi aí que começou a entender as desigualdades raciais. Formou-se em jornalismo tendo estudado na Faculdade Casper Líbero e na Metodista de Rudge Ramos.

Em 1978, foi um dos principais articuladores do Movimento Negro Unificado, levando políticos, estudantes, trabalhadores e intelectuais a se engajarem na luta contra o racismo no Brasil.

Após um atropelamento, no dia 1 de maio de 1988, depois de uma festa na Escola de Samba Peruche, onde com amigos havia assistido a uma apresentação do Olodum, Hamilton não se recuperou plenamente, pondo fim à própria vida, anos mais tarde. Foram muitas suas

perdas no período. Havia-mos nos divorciado e ele iniciava nova vida com sua companheira, também jornalista, que muito o motivava. Durante, entretanto, mais de um ano, em decorrência do acidente, viveu entre dores e grande confusão emocional, sentindo-se perseguido, deprimido. Em sua instabilidade emocional acreditava que eu, entre outros, queria sua morte. Perdeu o irmão mais velho e seus pais adoeceram.

Hamilton Cardoso, apesar do sofrimento, não deixou de escrever, de militar e influenciar muitos militantes que bebiam de sua sabedoria. Alguns valorizaram sua trajetória até mesmo acrescentando-lhe motivos para que continuasse a jornada.

A vasta, embora pouco acessível, produção de Hamilton Cardoso inclui livros dos quais é co-autor como "Movimentos Sociais na Transição Democrática", editora Cortez, organizado por Emir Sader, e "Dez Coisas sobre o Direito do Trabalho", com Claudius Cecon. Matérias no "Diário Popular",

na Ilustrada e no Folhetim da "Folha de S. Paulo" ilustram o trabalho como repórter. Seus textos políticos, do Jornal Versus aos de maior densidade no final dos anos 90, e algumas tentativas de crônicas representam contribuições ímpares.

Extraordinário repórter, mesmo no inferno de suas dores relatou dia a dia sua trajetória nos últimos anos, descrevendo os personagens com quem convivia com a sensibilidade e maestria de quem sabe tocar o imaginário dos leitores com fatos cotidianos. São cadernos reescritos e páginas coletados pela família, cartas e rabiscos organizados, todos pelos filhos, que deverão, no período de um ano, ser compartilhado em forma de publicação, como ele certamente os organizou para que assim fosse.

Irreverente, embaçado em sólido e diversificado conhecimento teórico, incorruptível, intransigente na defesa do livre-pensar, transitava entre conservadores e revolucionários, sendo um dos intelectuais que sensibilizaram muitos

de seus pares não negros para que abandonassem a convivência com o mito da democracia racial, para a compreensão da origem étnica como definidora da desigualdade e da pirâmide social.

Mas foi para dentro, com os negros, que viveu seu inferno e paraíso, que consolidou sua obra na curta existência. Mesmo sangrando em público suas mazelas, ou exibindo seu charme e carisma, Hamilton Cardoso, repórter e militante, se fez eterno por ser a cada instante um mobilizador de consciências. Hamilton Cardoso faleceu em São Paulo no dia 5 de novembro de 1999.

Hamilton Cardoso é tão presente, tão necessário e atual, que imagino, com seu sorriso maroto, vá reportar a Marcha Zumbi +10, no dia 16 de Novembro, em Brasília, para os ancestrais e para os que estão por vir. Espero que ele escreva, no infinito, que valeu a pena gastar sua energia vital conosco, que ainda estamos por aqui.

* Diretora do Interfórum Global

Racismo na Internet

"Preto tem que morrer mesmo... Estudar a vida inteira e ficar de fora da faculdade por causa de um pretinho de m... Nessas horas é que dá vontade de pegar uma arma e sair matando todo preto desse país". Esse é o tipo de mensagem que circulava livremente numa comunidade do site de relacionamentos Orkut, criada por alunos da Universidade de Brasília, inconformados com as políticas de ação afirmativas para negros e negras adotadas pela instituição.

O teor das mensagens – que apontava para a inferioridade intrínseca da raça negra, passava pela "constatação" da estética desprivilegiada desse segmento e chegava a pregar o extermínio da população negra do país – contém inegável conteúdo racista. Um dos responsáveis pelos atos de discriminação racial é um calouro do curso de Letras-Japonês da UnB, que agora terá de prestar contas à justiça. O Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo investiga o estudante há algum tempo e promete enviar o material recolhido para o Ministério Público do Distrito Federal, que, constatando a prática dos ilícitos, deve tomar as medidas legais cabíveis. Aguardemos os desdobramentos do caso com a devida atenção.



Juventude negra: perspectivas de atuação na sociedade brasileira

Mafoane Odara Poli Santos

A noção da condição juvenil remete a uma etapa do ciclo de vida, de transição da adolescência para a idade adulta; em tese, a do ápice do desenvolvimento e de plena cidadania, que diz respeito principalmente, a se tornar capaz de exercer as dimensões de produção, reprodução e participação nas decisões deveres e direitos que regulam a sociedade (Abramo, 2005).

Falar de jovens significa, antes de tudo, desconstruir alguns mitos sobre essa condição. Destacamos aqui alguns deles, que dizem: a juventude está geralmente ligada a fase da rebeldia e da irresponsabilidade; os termos "adolescência" e "juventude" são geralmente utilizados como sinônimos; o jovem é visto quase sempre como o futuro, abandonando sua condição de agente histórico; o jovem é hoje dotado de uma suposta "apatia juvenil", principalmente em relação à participação política, em comparação com o maior interesse de gerações anteriores de jovens durante os anos 60 e 70.

No Brasil, os jovens somam 34 milhões de habitantes e os jovens negros (pardos + pretos) representam 47% desse total, percentual maior que a população negra em geral, que representa 45,7% da população, sendo dados do IBGE.

Ser jovem negro significa ser vulnerável a diversos índices de desigualdades que nos obrigam a refletir a especificidade desse grupo. Os jovens de hoje têm experiências diferentes, em consequência das distintas realidades políticas, econômicas

e sociais a que estão submetidos. É consenso hoje falar em "juventudes", no plural, a partir da constatação de que são diversos grupos com diferentes origens e formações que proporcionam uma nova forma de participação e de leitura da realidade. No quadro dos direitos fundamentais (civis, políticos e sociais), certos direitos são especialmente relevantes para os jovens negros e para as oportunidades e riscos que enfrentam. Destacamos a igualdade entre os sexos, o acesso à educação, à saúde, nomeadamente, a informação e serviços de saúde sexual e reprodutiva apropriados à sua idade, ao trabalho e aos direitos de ir e vir relacionados à segurança pública.

Na educação as desigualdades entre brancos e negros se mantêm inalteradas. Os negros representam 73% dos analfabetos, possuem dois anos a menos de estudo em média com relação aos jovens brancos no que tange o término do ensino fundamental, 6% de chance menor de acesso ao ensino médio e 25% a menos de acesso ao ensino superior.

Outro dado que merece atenção está no âmbito da saúde: os/as jovens negros/as são as principais vítimas das consequências, muitas vezes fatais, da falta de informação e acesso ao serviço de saúde. Por exemplo, embora os dados não sejam oficiais, as jovens negras morrem mais em decorrência dos abortos forçados e engravidam 15% a mais que as jovens brancas de 15 a 19 anos. No caso das jovens rurais, a questão da violência sexual e doméstica tem representado a principal preo-

cupação, já que a denúncia se apresenta muito mais difícil no campo.

Em relação ao mercado de trabalho, os jovens negros entram mais cedo, saem mais tarde e ocupam um percentual maior entre os cargos de baixo status social e com menor remuneração. Além disso, o desemprego dos jovens negros é superior ao dos jovens brancos.

Com relação à violência policial, destacamos que ela afeta diferentemente os grupos juvenis. Dados do "Mapa da Violência" de 2004 indicam que a taxa de homicídios da população jovem negra e masculina é muito superior à taxa da população branca, chegando a ser 74% superior à taxa dos jovens brancos e que a população jovem indígena é a maior vítima dos suicídios. A violência urbana tem trazido à tona um novo debate, a questão da deficiência adquirida pelos jovens negros vítimas da violência.

Os dirigentes políticos, as organizações e entidades do Movimento Negro têm um papel importante para possibilitar a transformação desse quadro. Acreditamos também que as atividades de mobilização e articulação da juventude, a partir das redes nacionais e internacionais, são decisivas para que se consiga mudanças efetivas em especial em relação à ocupação do espaço público que está sendo construído para a juventude.

Alguns desafios estão colocados para reverter a situação:

Mudança de paradigma – o jovem como sujeito político, como protagonista das

ações e não como apenas beneficiário delas;

Especificidade das políticas públicas – os programas devem reconhecer a diversidade das necessidades, das competências e do grau de inclusão social, em diferentes culturas, nas várias circunstâncias, levando em consideração, por exemplo: diferentes níveis de escolarização; cor/raça/etnia; gênero; local de residência; necessidades especiais; orientação sexual etc.

Religiosidade de matriz africana – discutir o lugar e a importância da religiosidade na construção da identidade e da história do povo negro no Brasil.

Dentre as bandeiras a serem levantadas, destacamos ser importante:

– Mobilizar e fortalecer mais jovens das regiões mais afastadas dos grandes centros.

– Fortalecer as redes de articulação das juventudes negras; reconhecer a descriminalização do aborto como um direito de cidadania, visto que são as mulheres negras é que estão morrendo com a ilegalidade do aborto.

– Reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros, as ações contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate à violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas.

– Combater a repressão policial.

– Fortalecer todas as fontes de cultura negra (percussão, dança, samba, escolas de samba, quilombolas, rap, hip-hop, teatro e cinema).

– Favorecer o empreendedorismo juvenil.

– Discutir políticas que lidem com a deficiência em jovens negros decorrente da violência urbana.

– Discutir políticas de incentivo a formação e diálogo com os países da América Latina, Caribe e África.

A ação para superar os desafios que os jovens enfrentam é uma prioridade urgente, se nós quisermos que os esforços em prol do desenvolvimento social e econômico sejam bem sucedidos no que se refere a atenuar a pobreza e as desigualdades. É necessário pensar conjuntamente em leis e políticas específicas para esse segmento da população.

Dentre as próximas atividades, destacamos:

– Fortalecimento local e ação conjunta com as Secretarias e Coordenadorias de Juventudes; II Encontro Pan-africano de Juventude - Marrocos (Agosto de 2005); Marcha Zumbi + 10 – Novembro de 2005; Conferência de Santiago + 5 – Dezembro de 2005; Conferência de Durban + 5 – Em 2006.

Psicóloga pela USP-SP, consultora em relações raciais e de gênero do Ceert, ponto focal da ONU para Assuntos de Juventude, membro da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – SP e do GT de Trabalho e Estudos da Febem, membro da Articulação Política das Juventudes Negras e coordenadora de um projeto educacional para jovens em prol do acesso de estudantes negros e de baixa renda ao ensino superior gratuito e de qualidade.



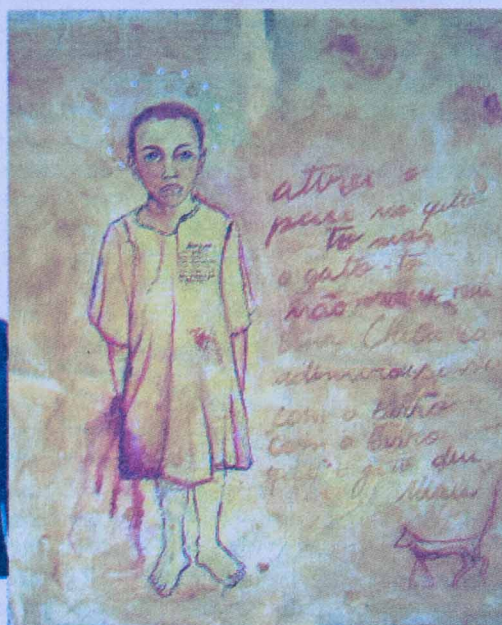
Foto: José Albano

Novos artistas na cena baiana

Cláudia Santos



Ibrahim do Nascimento Santos, 26 anos, nasceu na histórica cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Desde os nove anos ajudava os dez irmãos mais velhos em seus mais variados ofícios. De mais significativo lembra que auxiliava muito um

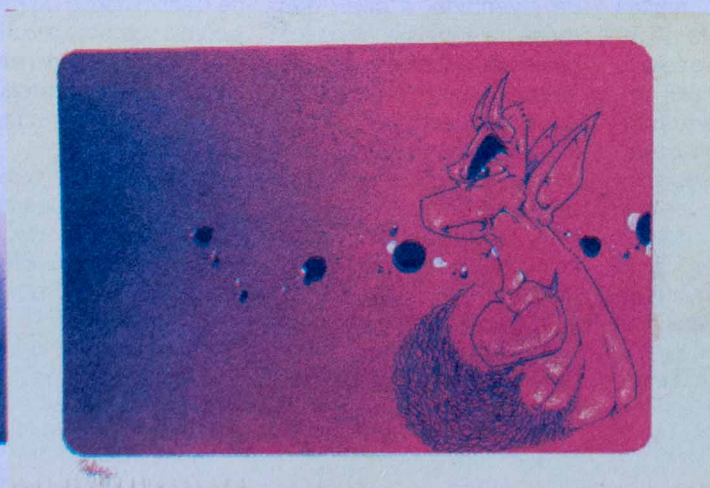


irmão que é cabeleleiro e outro que trabalhava com decoração. Guarda da infância a memória da professora que sempre pedia para que ele desenhasse no quadro, o que considerava chato, pois não tinha vontade de se expor, embora ouvisse com atenção as críticas dos irmãos sobre seus desenhos, algo que tinha como referencial para melhorar o traço. Balconista, vendedor, mecânico, office-boy, Ibrahim tentou estas profissões, que avalia como experiências difíceis, a partir dos 15 anos. Só em 1997 começou a gostar de pintura, neste mesmo ano fez uma performance na bienal do recôncavo (evento promovido pelo Centro Cultural Danneman) e começou a se relacionar com outros artistas, de quem tentava aprender pela observação. Mudou para Salvador há três anos, em busca de trabalho. Nessa época, uma namorada que ele considera muito "estudiosa", também artista plástica e aluna da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi a maior incentivadora para que ele tentasse o vestibular. Ibrahim encarou o desafio e foi aprovado.

Marcelo Roberto da Silva Santos, 31 anos, é natural de Salvador entrou no mundo do trabalho aos quinze anos: fez leitura de hidrômetros, foi vendedor, monitor, garçom, atendente ... Sobre o mundo do desenho, diz: "estou nisso desde que me entendo por gente, só que sempre deixei em segundo plano, sempre gostei de história em quadrinho, desenho animado, mesmo antes de ler. Mas sempre tentei me enquadrar no sistema, ser um rapaz trabalhador, nunca tive o incentivo da família pra desenhar". Marcelo começou a inverter as prioridades a partir de 1995.



Fotos: Cláudia Santos



Quando era vendedor numa loja de cd's, conheceu pessoas que faziam pichação e logo depois se aproximou de grafiteiros. Em seguida, veio a fase de experimentar o rock e por fim se encontrou no rap. Em 2000, quando estava decidido a prestar vestibular, recebeu um convite para uma boa oportunidade de trabalho em Esplanada (cidade do interior do estado). Dividido outra vez, optou pelo que chama de "sistema", aceitando a combinação "salário e posição social mais elevada" no trabalho por dois anos e meio. Não contava que a experiência lhe desse também uma grande frustração e o trouxesse de volta a Salvador e a uma nova tentativa de vestibular. Estudando sozinho, como Ibrahim, passou no exame e obteve a quinta melhor classificação entre os aprovados.

Os caminhos de Ibrahim e Marcelo se entrelaçaram no momento da matrícula, no curso de artes plásticas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004. Amigos desde então, avaliam que o melhor ganho de estar no ensino superior é a possibilidade de aprender técnicas a que antes não tinham acesso, de conhecer história da arte e filosofia, e de conhecer pessoas que produzem arte. Atentos às manifestações políticas e artísticas que se entrecruzam no espaço da universidade, os jovens criticam a ausência de estudos sobre a arte africana, afro-brasileira e indígena, assuntos que ainda não tiveram sua vez em sala de aula, repetindo a falha curricular do sistema de ensino em todo o país, apesar de já contarmos com a Lei 10639, que dispõe acerca desta obrigatoriedade.

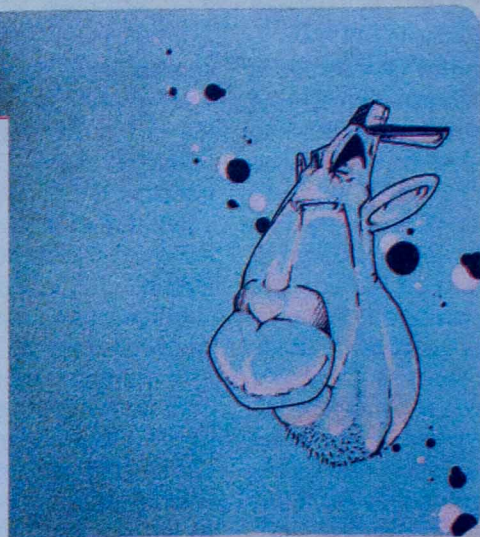
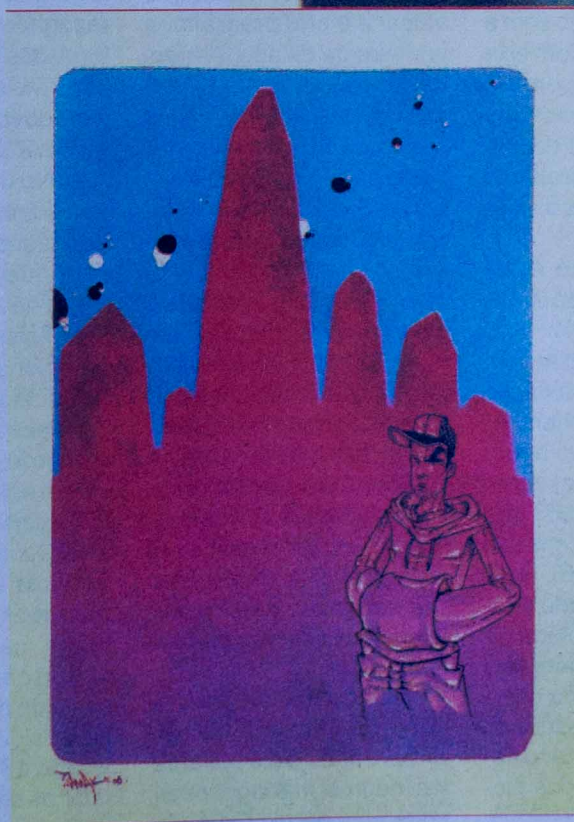
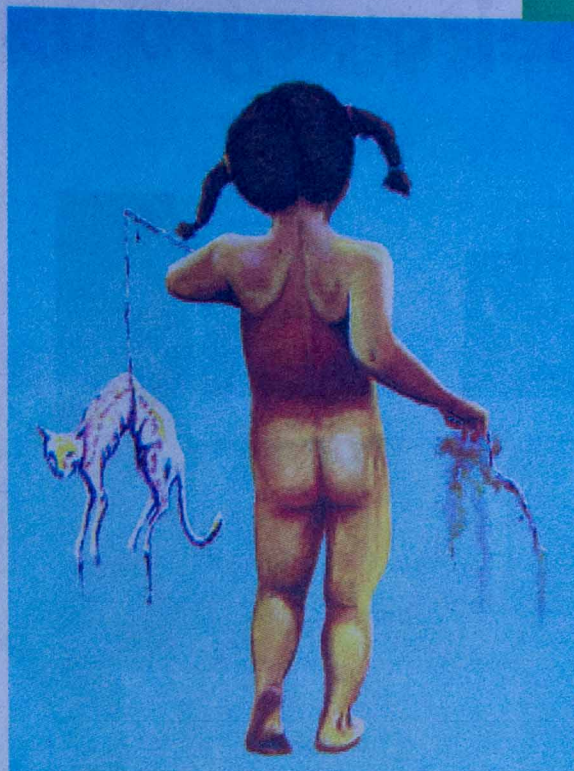
Ibrahim está consciente de que a faculdade não transforma ninguém em artista. "Não é um diploma que vai dizer o que eu sou". Sente-se apoiado por alguns artistas veteranos, professores ou não, que para ele são pessoas que "não se acomodaram e continuam produzindo", estando abertas a dialogar com os jovens. Entretanto, lamenta a dificuldade dos novos em obter espaços para expor, mesmo que já tenham experiência e possuam trabalhos, e exemplifica: "na galeria da faculdade para expor é necessário ter um professor para solicitar a pauta e estar cursando os últimos semestres".

Marcelo sente que o grafite ainda "é tratado de forma marginal", uma arte urbana que não tem o mesmo status de outras formas de expressão artística. Isto não é nenhum empecilho para ele: "vou continuar usando a estética do grafite para me expressar, vou fazer com a técnica o que o professor pedir, mas sempre do meu jeito." E o jeito, para Marcelo é negro: "lábios grandes, nariz avantajado, cabelos trançados, gosto de pintar isso", como a imagem que ilustra sua investida em comunicação independente, associado a outros dois colegas grafiteiros como ele: o fanzine "Na Lata", que já está na terceira edição da tiragem de 150 exemplares, vendidos a R\$1,00 (um real) ao público que gosta de grafite.

Mesmo tendo estilos e produção diferentes – Ibrahim com o acrílico sobre suas telas, observando os detalhes do cotidiano, como na série que se chama "Atirei o pau no gato", uma interpretação das brincadeiras infantis; Marcelo com seus grandes murais, grafite que imprime a cultura da juventude negra no espaço urbano –, ambos prometem seguir dialogando sobre o trabalho que fazem, fortalecendo a identidade e alimentando a amizade que nasceu por causa da arte.

* Professora da rede pública estadual (Ba)

Ibrahim do Nascimento Santos



Marcelo Roberto da Silva Santos



Pesquisadora “abre gavetas” para inserir o **pioneiro negro** na história

Paulo César Pupim*

Fotos: Noth Camarão



Maria Vergínia



Ana Bastos

Contra quase tudo e contra quase todos, uma professora vem conduzindo um projeto com o objetivo de tirar o pioneiro negro da condição de anônimo na construção da cidade de Maringá e alçá-lo ao lugar reservado pela história oficial aos desbravadores de outras raças, sobretudo a branca de origem européia.

O projeto de Maria Vergínia Gonçalves dos Santos tem o sugestivo nome de “Abrindo Gavetas”. Tudo começou a partir da experiência dela na sala de aula, principalmente no ensino de 1ª a 4ª série, quando, nas aulas de história, observou na emenda da disciplina a existência de uma lacuna sobre o papel do negro na formação do município.

A professora passou a convidar afro-descendentes para eles falarem nas escolas a respeito da participa-

ção do negro ao longo do desenvolvimento de Maringá, culminando com a criação do projeto. Com este trabalho, a meta é permitir, já a partir do próximo ano, a inserção do negro na história da cidade, paralelo a uma integração deles com os pioneiros brancos.

Vergínia, como é conhecida, também dá aulas para o ensino superior. Graduada em Pedagogia, com especialização em educação e mestrado em Fundamentos da Educação, ela agora está estudando o assunto no curso de doutorado que faz por uma universidade espanhola em Madri. Nesta pesquisa, pretende analisar a trajetória de vida de quatro ou cinco pioneiros negros, para que, na defesa da tese, as conclusões do estudo possam balizar o trabalho de inserção dos pioneiros da raça.

Para reforçar a impor-

tância do projeto, a professora organizou a exposição africana e afro-brasileira, a primeira da cidade. A mostra reuniu, de um lado, peças do vestuário de alguns países como Angola, Senegal, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde. São roupas com cores exóticas do continente africano, além de objetos, pôsteres, esculturas e pinturas em telas. Vergínia aproveitou o fato de que a Universidade Estadual de Maringá (UEM) abriga, em suas dezenas de cursos de graduação, diversos estudantes vindos destes países, por meio de um intercâmbio cultural. Eles levaram para a mostra parte de seus acervos particulares.

De outro lado, a exposição pôs em evidência parte das obras feitas por artistas negros maringaenses, entre elas esculturas e pinturas com fundo africano. A

abertura do evento foi prestigiada por pesquisadores ligados ao assunto e autoridades de diversas escalões, incluindo o representante do consulado de Angola no Brasil, José dos Santos.

No discurso, a professora lembrou de uma frase de padre Antônio Vieira, para quem o Brasil “tem o corpo na América e a cultura na África”. Uma passagem emocionante ocorrida na solenidade foi quando alguns pioneiros presentes ficaram de pé na platéia para serem aplaudidos pelos demais participantes.

Como era de esperar, Vergínia teve dificuldades para realizar a exposição. Pediu, mas não obteve, o título de patrocínio ou apoio, ajuda de nenhum empresário da cidade. Embora convidada, a Associação dos Pioneiros de Maringá não enviou representante à abertura do evento. Desconfia-

se que a entidade tem receio de que o projeto “Abrindo Gavetas” esconda a intenção de criar uma associação paralela, abrigando somente os negros.

Ainda sobre a cerimônia de abertura, sequer foi alguém para representar a prefeitura municipal. Logo ela, que, por meio da Secretaria de Cultura, promove a cada ano um baile para homenagear os pioneiros de Maringá.

Aliás, é no baile e na missa realizada anualmente que Vergínia luta para garantir também a presença dos negros. Eles simplesmente não são convidados, como atesta Ana Ferreira Bastos, de 63 anos. Ela chegou em Maringá dois anos antes da criação do município. “Nós nos criamos juntas”, costuma brincar a pioneira negra, benzedeira, mãe de oito filhos, três deles adotivos.

*Jornalista (PR)



Companhia teatral dirigida por Aduni Beton representará o Brasil no festival italiano de artes

Fernanda Felisberto*

Na estrada há praticamente nove anos, a Cia Tudo é Cena, dirigida por Aduni Beton, foi fundada em 13 de maio de 1996, com uma meta muito ousada: "estar inserida no mercado de trabalho, sem depender de alguém que nos convide", revela a diretora. Para tanto, tudo foi muito bem pensado, a Cia. tem a missão de resgate, pesquisa, promoção e valorização da cultura negra, além de empregar e dar visibilidade a uma gama de artistas negros, atores, músicos, iluminadores, figurinistas, aderecistas, coreógrafos, etc.

A trajetória de resistência de Aduni Beton, de 41 anos, diretora da Cia. Tudo é Cena! já começa pelo dia do seu nascimento, 21 de março – Dia Internacional Pela Eliminação da Discriminação Racial. Bacharel em Artes Cênicas, com habilitação em Direção e Interpretação pela UNI-RIO, em 2000, é a 1ª mulher negra com este título de Diretora no Rio de Janeiro. Sua paixão pelo teatro começou em 1983, ainda no 2º grau, no Colégio Visconde de Cairu, na zona norte da cidade, no bairro do Méier. Depois não parou mais. Participou de vários grupos de

teatro amador, se profissionalizou na Escola de Teatro Martins Pena e no Curso de Formação de Bailarinos de Dança Contemporânea de Angel Vianna e finalmente em 1994 foi para a faculdade de Direção Teatral na UNI-RIO, trabalhando com vários diretores, como Antonio Mercado, Renato Icarahy, Antonio Abujanra, Rubens Lima, Sergio Sanz, entre outros.

Tudo começou ainda na época de faculdade, na UNI-RIO, com um grupo de quatro alunos de interpretação e Aduni na direção. A realidade naquela época não era muito diferente: eram seiscentos alunos de Artes Cênicas e apenas cinco negros. Este reduzido grupo resolveu pesquisar sobre a cultura negra; descobriram o TEN, de Abdias do Nascimento e, em 1996, resolveram montar a Cia. É Tudo Cena!. A primeira peça foi "A Morte de Bessie Smith", de Edward Albee, que conta a morte trágica da Imperatriz do Blues, vítima do racismo nos EUA, em 1937.

Hoje a Cia. conta com um grupo de veteranos e novatos. Estas pessoas foram selecionadas através do envio de currículo à sede, que se localiza no Centro

Cultural Cartola – Manguelira, ou através de indicação de outros atores que já estão no grupo há mais tempo. Eles passam por uma entrevista, mas todos ficam muito à vontade para saber se vão se adaptar ou não, porque a Cia. ainda não é financiada, então é difícil, para os que moram mais distante do local de ensaio, pagar sua passagem e lanche, segundo Aduni. Porém, hoje este grupo investe no sonho, acredita que fazer parte de uma Cia. de pesquisa de teatro é importante para cada um deles, além do prazer de criar e conhecer sua história, sua origem negra. A menina do olhos do grupo é fazer um site, em que os artistas negros, não só os atores, possam ser contratados para trabalharem através de Cia., este sonho está somente aguardando um patrocínio.

Os temas são escolhidos a partir de uma pesquisa coletiva do grupo. Atualmente estão seduzidos pela trilogia que iniciou com A Mitologia dos Deuses Africanos – Orixás, de Luiz Motta, que conta o mito de Xangô e suas três mulheres Obá, Oxum e Iansã. A idéia é contar, também, outros mitos já que a mitologia não se esgota, permitindo vári-

as possibilidades de leituras. "Além disso chegam textos de autores que nos procuram, mas ainda não existe verba para a produção", diz Aduni.

A diretora reconhece que ainda são poucas mulheres diretoras de teatro. Em recente visita a Salvador, para participar do Fórum Nacional de Performance Negra, eram cinquenta companhias e vinte e uma mulheres representantes, sendo que de teatro apenas doze. Para Aduni, é necessário um diálogo mais próximo entre as diretoras que estão atuando no cenário nacional, para que trocas mais efetivas possam acontecer. Para os "globais" a mídia e as estatais estão a serviço, já a maioria dos grupos de teatro e dança negros não possuem um espaço para trabalhar, desenvolver seus projetos ou simplesmente guardar os seus acervos; isso sem contar no local para ensaiar, além de não poderem colocar um ingresso com preço mais caro, porque os locais em que se apresentam, em geral, são em comunidades que não têm como pagar. E não "temos dinheiro para alugar um teatro na zona sul para mostrar nosso trabalho, então é um círculo vicioso",

desabafa.

Convidada pelo diretor Pino di Buduo, do Teatro Potlach, da Itália, que teve oportunidade de conhecer o grupo em 2004, em cartaz no teatro Carlos Gomes, no Rio de Janeiro, a Cia. já está com as malas praticamente prontas, para participar da 5ª edição do Festival Internacional do Centro Histórico de Farfa/Itália. A montagem atual sofreu algumas mudanças, para atender a um espetáculo de rua, algumas cenas foram cortadas, novas músicas passaram a fazer parte do repertório e o resultado ficou muito dinâmico, sem perder a essência da peça. Além do Brasil, participarão grupos de Cuba, Colômbia, Índia, Áustria e da própria Itália. O período é de 05 a 18 de agosto deste ano. O festival oferece hospedagem, alimentação, transporte interno, mas não as passagens aéreas, para as quais o grupo está aguardando a confirmação do Ministério da Cultura.

Serviço:

De 26 a 31 de Julho -
Local: Centro Cultural
Cartola – Manguelira/RJ
24 de agosto: Teatro
Odyon Costa Filho –
UERJ.

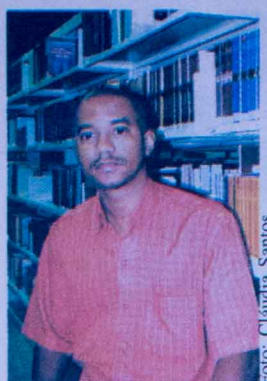


Foto: Cláudia Santos

Madagascar: a África entra em Cena

Juvenal de Carvalho*

Estreou no dia 24 de junho, em todo o Brasil, o filme *Madagascar*, uma comédia de animação digital produzida pela Dreamworks Animation. O desenho conta a história de um grupo de animais que vivem cheios de regalias no Zoológico do Central Park de New York. Os astros principais são o leão Alex e seus melhores amigos, a girafa Melman, a fêmea de hipopótamo Gloria e a zebra Marty. Existe ainda um grupo de pingüins que vivem planejando fugir para a Antártica. Marty, ao tomar conhecimento desses planos, começa a pensar também em conhecer o que há fora do zoológico, o lugar de onde veio, a selva. Foge para explorar o mundo desconhecido. Os seus amigos vão procurá-lo. Tentam trazer Marty de volta para o zoológico, mas são capturados e, por pressão de grupos defensores dos direitos dos animais, enviados de volta para a África, chegando a Madagascar.

O desenho segue então num jogo polarizado entre o entusiasmo de Marty, por ter chegado à selva, e o desespero de Alex, por ter perdido seu paraíso no zoológico, para onde ele quer voltar a qualquer custo. O surpreendente é que a oposição entre o mundo urbano e a natureza é totalmente invertida. O filme rompe com a noção, muito difundida, de

que a vida na natureza é o ideal. A cidade é retratada como o espaço da certeza, da segurança, da medicina moderna, da ciência, do conforto e das mordomias, onde os instintos animais são controlados. Espaço da civilização, da cultura, do homem... é New York!!! O que aparece em oposição a tudo isto são as incertezas da selva, da natureza, dos animais. Ao desembarcar em Madagascar, Alex, o Rei das Selvas domesticado, logo pergunta: "Cadê os Homens?". Nada encontra além do esqueleto de um pára-quedista. Nesta "ilha perdida" criada pela imaginação dos desenhistas só existem

que desejam então é voltar para a "civilização".

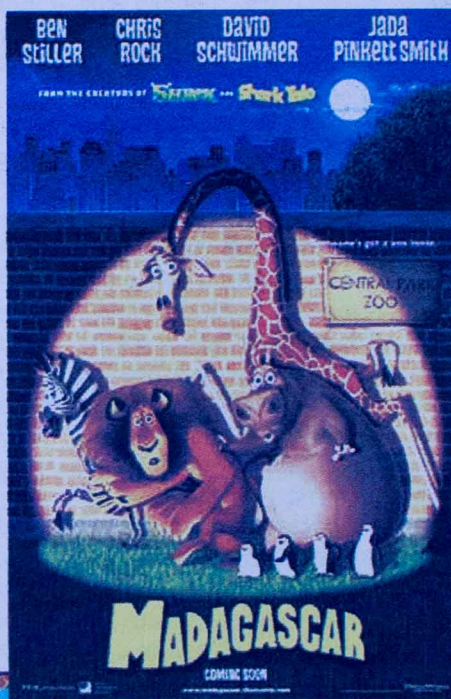
Um desenho aparentemente inocente e despretenhoso, Madagascar sintetiza

lêncio só é rompido, como acontece neste desenho, para trazer à tona registros que sirvam ao segundo padrão: a construção, reafirmação e reprodução de uma imagem negativa da África que é vista então como uma totalidade homogênea, símbolo do primitivismo, da selvageria, do atraso, do misticismo, da feitiçaria, da irracionalidade, do exotismo, do não humano, não civilizado, sem cultura. Ao continente africano é associado tudo que é feio, ruim e demoníaco. Acrescente-se a isto a idéia de maldade e hostilidade do clima, que sempre aparece como um deserto ou como uma selva, para termos

esqueleto do pára-quedista. Para a perplexidade de Alex, que estava acostumado a conviver com gente em New York, em Madagascar não existem seres humanos e todos os instintos animais ganham força a tal ponto que a amizade "urbana e civilizada" entre o Leão e a Zebra desaparece quando a fome chega. A África de "Madagascar" é tão tenebrosa que nem os animais típicos do continente desejam viver ali, preferem o cativeiro da selva de pedras, da cidade de New York. É a vitória completa da civilização, da cultura, da cidade contra a barbárie, a natureza, contra a África.

Ora, se até os animais pensam assim, como deverá pensar quem assistir a este filme? Que imagem da África ficará na mente das crianças? Todo esforço para superar os preconceitos contra o continente africano, feito pelas organizações do movimento negro, por professores e pelo poder público a partir da Lei 10.639 desaparece na tela dos cinemas. Madagascar diz muito pouco sobre a África, mas é uma preciosidade para refletirmos sobre a idéia extremamente negativa, secularmente construída e realimentada, que o mundo ocidental tem sobre a África.

*Professor de História da África, diretor da licenciatura em História, Faculdade Jorge Amado.



lêmures. Soltos na "selva" os nossos simpáticos protagonistas tem que se virar para sobreviver caçando seu próprio alimento. Uma tarefa nada simples para quem estava acostumado com comida servida em hora marcada no zoológico. Tudo

bem o pensamento que o mundo ocidental tem sobre a África, que eu resumo em dois grandes padrões. O primeiro deles é o silêncio, a omissão, o desconhecimento, a distância. O continente não é citado, não aparece, não existe. Esse profundo si-

então um resumo do pensamento ocidental sobre a África.

O desenho Madagascar expressa bem este imaginário. A África nesta produção do cinema norte-americano é uma selva completamente desabitada, a não ser pelo

As imagens da África e a imagem do banco

Lunde Braghini

Depois de cidades como Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador, os 11 documentários e as 7 ficções da mostra Novo Olhar do Cinema Africano foram exibidos em Brasília, entre 14 e 26 de junho. Patrocinada pelo Banco do Brasil e pela Embaixada da França, a mostra dá

o que pensar, no que respeita às contradições que cercam a circulação da produção cinematográfica africana no Brasil. Dá vontade de aplicar ao evento a frase com que Paulo Emilio, em 1970, relativizava e problematizava o aparentemente positivo amadurecimento do cinema político nos países secundários, como os do Terceiro Mundo: "Se o terreno escolhido fosse o da televisão, tudo importaria a ponto de não acontecer".

"A mostra é imperdível", diz o texto do Centro Cultural Banco do Brasil, no folder de divulgação, "considerando-se as raras oportunidades de acesso à produção audiovisual africana". E, ainda, é "especialmente importante, levando-se em conta o papel daquele continente na formação da sociedade brasileira". Sobre a contradição entre a "importância especial" e a "dificuldade de acesso", nenhuma palavra mais. Fica



sendo um fenômeno natural como a chuva.

O tema África, para o banco, é algo que agrega muito valor. Não é a primeira vez que o Banco do Brasil patrocina uma mostra de cinema africano. Mas deve lhe importar muito pouco que o evento fique restrito aos Centros Culturais e a pequenas salas onde apenas um público dito cult e majoritariamente branco cultiva a cinefilia e descobre "astronauticamente" sinais de cinema inteligente na África. O banco quer é ficar bem na fita. Recentemente patrocinou diretores como Daniel Filho, Carla Camuratti, entre outros, para produzirem "comerciais cívicos" — exibidos nas sessões da mostra — em torno de "valores" nos quais o banco acredita. "O Banco do Brasil acredita no valor da fraternidade", por exemplo, era a mensagem do filme feito por Jorge Furtado.

Desinformação — Para além das informações de

praxe — autoria, sinopse — o folder de divulgação da mostra Novo Olhar não ajuda o espectador a se situar nem sobre os países nem sobre atores e realizadores. Isso diz algo sobre a limitada intenção dos produtores da mostra de promover a assimilação deste material importante e de difícil acesso. Faz muita falta, em cinema, esse tipo de informação que contextualiza, que familiariza cinéfilos e espectadores inclusive com particularidades biográficas de diretores suecos como Bergman, espanhóis como Saura e Almodóvar, russos como Tarkóvski, japoneses como Ozu ou Kurosawa, italianos como Visconti ou Pasolini. Só sobra (quando não sobra) a Internet, para pesquisar-se alguma coisa.

Às vezes, o folheto solidamente desinforma, como puderam constatar os espectadores de Esperando a Felicidade, de Abderrahmane Sissako, longa de ficção cuja sinopse e



título parecem equivocados (na Internet encontra-se o filme referenciado mais adequadamente como À espera da sorte, na acepção de futuro incerto). Autor desse delicado filme sobre solidão e pequenas solidariedades, um dos destaques da mostra, Sissako nasceu em 1961, filho de pais mauritanos e malianos, e estudou na Rússia, onde dirigiu documentário sobre a condição de isolamento dos estudantes negros, tema cujo núcleo — desenraizamento, solidão — parece tangencialmente reiterado em Heremakono, título original do filme apresentado na mostra.

O filme de Sissako é uma co-produção entre Mauritânia e França. O peso da França, presente como parceira de produção em 12 filmes da mostra, reflete em parte sua operação política de manter ligação com ex-colônias, como Chade, República do Congo, Mauritânia, Senegal, Benin

e Burkina Fasso, sede de um importante festival de cinema africano, com edições bienais, em Ouagadougou. Seleccionadas pelo editor-chefe da revista francesa Africultures, a maior parte das 18 películas foi viabilizada por co-produções entre 11 países africanos e 5

países europeus.

Posando de benemérita e mecenas da sétima arte, a França faz com a francofonia coisa semelhante aos portugueses com a lusofonia: tenta legitimar sua presença, administrando a construção da memória da opressão que protagonizou. Memória entre duas margens, de Frédéric Savoye e Wolimèté Sié Palento (Burkina Fasso/França), é um documentário construído a partir do contraponto entre relatórios dos colonizadores franceses e depoimentos orais dos netos e bisnetos daqueles que sobreviveram à investida francesa entre 1897 e 1902, na região dos lobis, a sudoeste de Burkina Fasso. Depois do filme, no qual ouviu relatos e viu fotografias históricas de atrocidades cometidas pelos franceses (como cozinhar uma cabeça humana, derramar azeite fervente nos ouvidos de um cego e cortar e exibir — espetado num pau

— o braço da companheira do guerreiro que procuravam), uma espectadora, de trinta e poucos anos, comentou: “a gente fica com vergonha de ser branca”.

Ideologia- Alguns espectadores viram na mostra, pela primeira vez na vida, um filme produzido por africanos no continente africano. E muitos debutamos mesmo, como espectadores de filmes produzidos no Chade, na Mauritânia, no Benin, em Burkina Fasso. Porém, a impressão que fica é que o universo de filmes selecionados provoca, no conjunto, um efeito diluidor, dispersador, para além de cada qual das películas familiarizarem positivamente o espectador com a produção cinematográfica africana em conjunto. Transportado de Camarões para o Zimbabwe ou para o Chade,

como se mudasse de planeta, o espectador médio pode ficar mais inibido que estimulado a conversar sobre a África.

Nada é inocente em se tratando de como apresentar a África, por isso pesa tanto o desinteresse em prover o espectador de informações complementares. *Moi et mon blanc* (Eu e meu branco), de Pierre Yameogo, filme que aborda, dentre outros pontos, a situação dos bolsistas africanos na Europa (com padrões de discriminação dramaticamente semelhantes aos vivenciados por estudantes africanos no Brasil), atíça na platéia gargalhadas racistas semelhantes às que mostra no filme.

Já Ruanda in *Memoriam* produz um silêncio absoluto. Mas de nada adianta compreender, com o

documentário, que o genocídio é estranho à cultura africana; ao contrário do que apregoa o racismo. Soturnamente, sem nenhuma ingenuidade, o filme é imediatamente sucedido na programação pela exibição de Zimbabwe: contagem regressiva, documentário em que o cineasta e ativista branco Michael Raeburn aborda sua trajetória de decepção política com o presidente Robert Mugabe, despertando sentimentos de medo, de desconfiança e de receio na platéia só equivalentes àqueles que levaram Heinrich von Kleist, o escritor preferido de Franz Kafka, a se referir assim ao Haiti, no início do século XIX: “em 1804, quando os negros chacinaram os brancos”... Aí se vê que a estaca ainda não saiu do zero.

Ficção:

Abouna, de Mahamat-Saleh Haroun (Chade, França, 2002); Esperando a Felicidade, de Abderrahmane Sissako (Mauritânia, França, 2002); Le Prix su Pardon, de Mansour Sora Wade (Senegal, França, 2001); Madame Brouette, de Moussa Sene Absa (Senegal, Canadá, França, 2002); *Moi et Mon Blanc*, de Pierre Yameogo (Burkina Fasso, França, Suíça, 2003); *Nha Fala*, de Flora Gomes (Guiné Bissau, França, Portugal, Luxemburgo, 2002); *Tasuma, Le Feu*, de Kolo Daniel Sanou (Burkina Fasso, França, 2003)

Documentário:

Contos cruéis de guerra, de Ibea Atondi e Karim Miské (Congo-Brazaville, Mauritânia, França, 2002); *Poeira Urbana*, de Moussa

Touré (Senegal, Congo-Brazaville, 2001); *House of Love*, de Cecil Moller (Namíbia, África do Sul, 2001); *Wa N'Wina*, de Dumisani Phakathi (África do Sul, 2001); *Memória entre duas margens*, de Frédéric Savoye e Wolimité Sié Palento (Burkina Fasso, França, 2002); *Ruanda in Memoriam*, de Samba Félix N'Diaye (Senega, França, 2003); *Zimbabwe: contagem regressiva* (Zimbabwe, França, 2003); *Si-Gueriki, Rainha-Mãe*, de Idrissou Mora Kpai (Benim, Alemanha, França, 2002); *Férias em casa*, de Jean-Marie Teno (Camarões, França, 2000); *Rastros*, pegadas de mulher, de Katy Léna Ndiaye (Senegal, Burkina-Fasso, Bélgica, 2003); *Xalima, la plume*, de Ousmane William M'Baye (Senegal, 2003).



Fotos: Marcos Homem

Das passarelas, passando pelo Big Brother Brasil I, Vanessa Pasquale é a grande promessa negra como apresentadora na TV brasileira

Carla Kildes*

Filha de pai diplomata nigeriano (ausente desde sua infância) e de mãe de descendência luso-africana, Vanessa Pasquale desde pequena teve consciência de sua negritude e da importância cultural de seu povo. “Sempre tivemos muitos africanos em nossa casa. A cultura negra sempre esteve viva em mim. Me lem-

bro bem dos almoços, quando preparavam aquelas comidas típicas, a gente fazia um bolinho e comia com a mão”, diz ela. Preconceito direto nunca sofreu, mas tem a consciência de que como modelo nunca trabalhou tanto quanto outras modelos, de outras raças. “Minhas amigas faziam capa de revista e eu apenas

as revistas especializadas como a *Raça Brasil* e a *Beleza Negra*, apesar da minha primeira capa ter sido na *Revista dos Escoteiros*”, explica rindo, pois já andou muitas léguas como escoteira. Na época da editora Bloch no Rio, quando ia levar juntamente com outras amigas modelos o book para as diversas revistas

que existiam no prédio, todas eram chamadas menos ela. Hoje, a modelo-atriz acha que a coisa mudou um pouco, pois a questão da lei das cotas na publicidade melhorou muito o panorama participativo do negro no mercado da moda. Ex-Big Brother Brasil 1, Vanessa Pasquale começou muito cedo na vida de modelo-

manequim. Aos 16 fez curso com Monique Evans e em 91 ganhou o concurso Barra Shopping, quando entrou efetivamente para esse setor do mercado. Entre comerciais de publicidade, vídeo-clips e desfiles com grandes grifes do Brasil, Vanessa com 19 anos foi convidada para fazer filmes de curta metragem, onde

manteve um contato maior com pessoas de teatro que a incentivaram a estudar. Depois de idas e vindas à França, onde foi fazer curso de francês pela Aliança Francesa, ela volta ao Brasil em 98 e é convidada para a oficina da Globo, onde ficou 4 meses. Envolvida demais com artes cênicas, a modelo logo entra na Cal e ao se formar em 2001 monta um projeto de teatro com uma amiga de turma. Pela dificuldade de patrocínio para começar o projeto, ela vê no BBB1 uma possibilidade de conseguir dinheiro para produção. Ao enviar a fita e ser aprovada, consegue ganhar o 2º lugar no jogo. Perguntada sobre o proveito tirado na experiência, Vanessa diz que ao mesmo tempo que deu visibilidade ao seu trabalho como modelo e atriz, a rotulação da marca BBB deixa os participantes um pouco presos pela grandiosidade que a mídia dá. Sobre a questão das cotas nas universidades, Vanessa se torna um pouco reticente na aprovação — para não dizer que reprova: “Sempre estudei em escola pública. Fiz inglês e francês, apesar de ser uma das únicas negras na sala. O que eu via nos meus companheiros negros de escola era displicência de querer matar aula. Ir na escola só para comer. Entendo as necessidades, mas acho que deveria haver uma conscientização e melhoria na educação do país. As pessoas podem estudar e conseguir. Eu e minha irmã temos curso superior e não precisamos de cotas. O que falta é iniciativa. Tenho amigos dessa época que são caixas de supermercado, e outros se envolveram com drogas e já morreram...”, diz ela. Para a modelo-atriz, a melhor forma de fazer uma ação afirmativa e conseguir uma igualdade de oportunidade no ensino é primeiro as pessoas

serem mais ousadas, terem sonhos e correrem atrás deles e, pela parte do governo, criarem-se iniciativas em nível fundamental, ou seja, melhorar o ensino e inserir a cultura negra como participativa na sociedade, e não como sub-cultura. Segundo ela, isso incentivará os jovens ao conhecimento, importância e auto-estima de ser negro. Nota-se que sua opinião negativa retrata a polêmica que as cotas ainda têm entre os afro-descendentes, principalmente os de classe média ou os que tiveram acesso menos difícil à educação, o que visivelmente não retrata a grande maioria negra que tem uma média baixíssima de 5 a 7 anos de escolaridade. Hoje com 30 anos, contratada pela Agência Elite e num casamento inter-racial de menos de 2 meses com um americano (quando fala de seu casamento os olhos brilham), Vanessa começa um novo momento de sua vida ao ser escolhida para apresentar o Programa A Cor da Cultura, pela TV Futura, que estreou no último dia 11. O programa que é infanto-juvenil e interativo tem como tema principal a cultura negra, mostrando as semelhanças e diferenças inter-raciais. “Foi uma benção participar desse projeto. São 10 programas de 30 minutos na Futura, toda segunda às 10h da manhã e mais duas reprises durante a semana”, diz entusiasmada. E completa: “Os idealizadores do projeto pretendem levá-lo para as salas de aula de escolas públicas pois tem uma didática muito fácil e eficiente. Se passassem em TV aberta, naturalmente seria mais acessível a todas as crianças, principalmente as negras que não têm acesso”. Com o sorriso sempre aberto, essa linda negra diz que sabe muito bem o que quer para ser feliz: “O principal é a gente

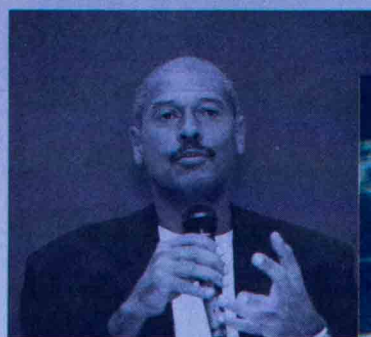
nos respeitarmos como mulher e não sermos submissas. Temos que sonhar, amar e saber que podemos alcançar esses sonhos, independente de ter um homem ao lado. Não podemos esperar que façam por nós”. Mesmo sem ainda ter tido uma lua-de-mel decente, Vanessa Pasquale já tem uma infinidade de outros projetos de teatro em vista. Vamos torcer e esperar!

* Jornalista (RJ)



Fotos: Marcos Homem





A persistente sedução do mito

Carlos Alberto Medeiros

A ação afirmativa tem sido um dos principais temas do debate público nos últimos anos, em particular desde o final de 1999, quando medidas dessa natureza começaram a ser implantadas no Brasil. Embora ainda seja muito cedo para avaliar os resultados, alguns deles aparentemente positivos, a ação afirmativa vem produzindo um ganho inegável para os que estão envolvidos na luta contra o racismo neste país. Refiro-me à retomada maciça da discussão de raça – em geral considerada “resolvida” desde os anos 30, com a articulação, por Gilberto Freyre e seus seguidores, da noção de “democracia racial”.

Um dos mais ativos participantes desse debate, o antropólogo britânico Peter Fry acaba de publicar *A persistência da raça* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005), coletânea de artigos em que expõe sua posição sobre a evolução desse debate no Brasil. Antes de mais nada, cabe explicitar que não se trata de um debatedor qualquer, um desses especialistas fabricados pela mídia. Fry não é apenas um estudioso do tema, mas alguém que costumava identificar-se com as idéias e objetivos do Movimento Negro, era considerado um aliado. O livro, com efeito, mostra-nos como ele foi se distanciando dessa posição até acabar seduzido pelo mesmo mito da democracia racial, agora lou-

vado como “ideal irretocável” e “mito fundador” da nacionalidade brasileira, que inicialmente ele atacava como “farsa”. Tornou-se então um dos membros mais proeminentes da corrente apelidada de “neofreyreana”, que reconhece os problemas da discriminação e do racismo (embora minimizando, quando possível, o seu impacto), mas prega que sua solução se deve dar por meio de instrumentos cegos à cor – fundamentalmente, políticas sociais universalistas. Evidentemente, não está no escopo desse tipo de medida o combate à discriminação. Isso, porém, não parece digno de interesse.

O livro divide-se em duas partes. A primeira reflete as experiências do autor em solo africano (Moçambique, Rodésia/Zimbábue e África do Sul), tendo como foco uma comparação entre as políticas coloniais impostas por ingleses e portugueses na África Austral, ao lado de temas caros à antropologia, como as tensões entre as tendências “tradicionalistas” e “modernizadoras” que se refletem na luta entre os adeptos das religiões nativas e as seitas protestantes invadindo Moçambique. Mas suas preferências ideológicas mais recentes se insinuam na defesa que faz da colonização portuguesa, responsável, a seu ver, pelo “cosmopolitismo” adotado pela Frelimo, supostamente ame-

açado com a singular adesão de Moçambique à Commonwealth britânica.

Mas é na segunda parte, reservada ao Brasil, que Fry mergulha no debate atual. No capítulo inicial, intitulado “Feijoada e soul food” 25 anos depois”, ele narra seu percurso acadêmico de opositor a discípulo de Gilberto Freyre. Em seguida ele tenta mostrar “Por que o Brasil é diferente?”, em texto que critica o livro de Michael Hanchard *Orfeu e o poder* e explica o “fracasso” do Movimento Negro (o texto é de 1996, quando ele tinha certeza científica de que a ação afirmativa jamais seria implantada no Brasil...). Essa crítica prossegue no capítulo seguinte, “O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a ‘política’ racial no Brasil”, em que as agressões racistas sofridas pela filha do então governador do Espírito Santo Albuíno Azeredo constituem um pano de fundo para afirmações como a de que “não devemos [sociólogos e antropólogos] ficar calados diante de todas as formas modernas de essencialismo e racismo, mesmo que isso implique assumir temporariamente posições ‘politicamente incorretas’”, já que “racismo é racismo, e é tão perigoso quando invocado em favor dos fracos quanto dos fortes”.

“Política, nacionalidade e o significado de ‘raça’ no Brasil” é um ataque à ação afirmativa, agora (2000) um

inimigo concreto, em que Fry identifica – prematuramente, como se veria – um “silêncio da mídia” sobre o tema. O surgimento de imagens negras na publicidade, mesmo incipiente, é saudado em “Política: relações entre ‘raça’, publicidade e produção da beleza no Brasil”, em que identifica os donos de salões de beleza, ao lado dos criadores da revista *Raça*, como constituindo “a vanguarda da política racial no Brasil”. A promoção de políticas de saúde para a população negra é deplorada em “O significado da anemia falciforme no contexto da ‘política racial’ do governo brasileiro, 1995-2004” por marcar a “diferença num país onde as delimitações raciais são imprecisas e ambíguas”.

Os dois últimos capítulos são dedicados à luta contra a adoção de cotas na universidade. Em “O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”, Fry e sua parceira Yvonne Maggie, militante do mesmo campo, examinam as reações predominantemente contrárias à ação afirmativa manifestadas pelas cartas dos leitores de *O Globo* nos anos de 2001 e 2002 – sem se preocupar com a posição social, facilmente presumível, da maioria desses leitores. Por fim, em “Cotas, raça e classe”, adverte para o perigo de a ação afirmativa gerar uma “cisão racial” no Brasil, embora reconheça a persistência tempo-

ral de nossas desigualdades raciais – mais uma vez não oferece solução minimamente viável e satisfatória.

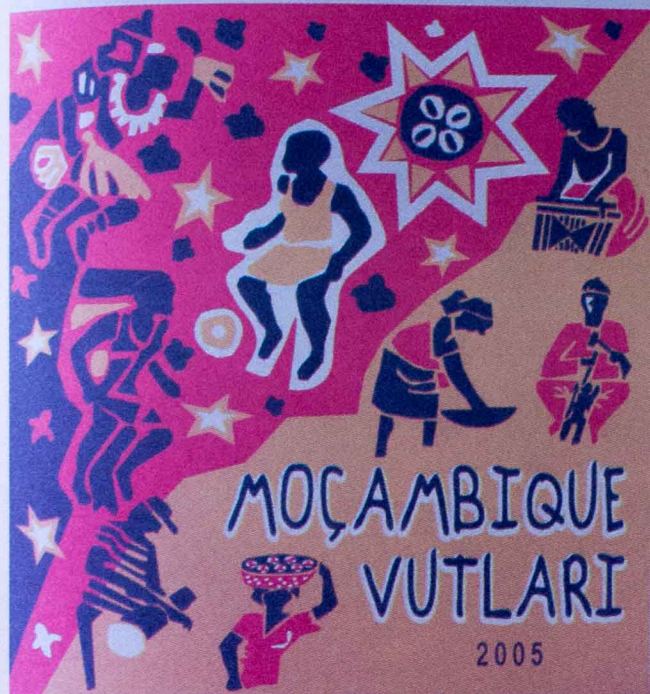
Ao longo do texto, Fry não escapa de uma contradição típica dos neofreyreanos: nega peremptoriamente a validade do conceito de raça – a ponto de ignorar a sua densidade sócio-histórica –, ao mesmo tempo em que defende a democracia racial e as singularidades de nossa “mestiçagem cultural e biológica” (poderíamos perguntar: entre que grupos mesmo?). Em sua militância acadêmica contra o Movimento Negro e sua agenda, os neofreyreanos tentam passar um curioso e repetitivo recado aos afrodescendentes: agüentem firmes, que isso tudo vai acabar naturalmente. Não importa se no longo prazo – quando então, convenientemente, lembrando lorde Keynes, “estaremos todos mortos”.

*Carlos Alberto Medeiros é bacharel em Comunicação e Editoração pela UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF, e doutorando em Ciências Sociais pela UERJ. É autor de *Na lei e na raça. Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos* (Rio de Janeiro: DPA, 2004) e co-autor, com Jacques D’Adesky e Edson Borges, de *Racismo, preconceito, intolerância* (São Paulo: Atual, 5ªed., 2004).

PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA

Caderno de Educação do

ILÊ AIYÊ



Lançado no mês de junho o volume XIII do caderno de Educação do Ilê Aiyê, dedicado a Moçambique, sua história de luta e resistência. O tema do carnaval do Ilê Aiyê incorpora-se ao projeto de extensão pedagógica, educando com referenciais e valores africanos. ileaiye@ileaiye.com.br

Divulgado documento elaborado no Encontro Nacional Olhares sobre a Marcha Zumbi +10, realizado em Guarulhos em 13 de maio de 2005, contendo reivindicações das mulheres negras para a Marcha Zumbi + 10, em Brasília, no dia 16 de novembro de 2005. Para mais informações contatar Casa de Cultura da Mulher Negra (ccmnegra@uol.com.br) ou Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (redesaude@uol.com.br).



Encontro Nacional
@lhares da Mulher Negra
sobre a
Marcha Zumbi +10

Assinantes ganham camisetas da **Marcha** **Zumbi +10**



Fotos: Daniel Cardoso

Foram sorteados os seguintes assinantes do **Irôhìn**, para receber uma camiseta da Marcha Zumbi + 10: Tatiana Santos Barbosa (Porto Alegre), Patrícia Andrade (Ceilândia-DF), Alice Kenia (São Carlos-SP), Pedro Reis de Oliveira (Cuiabá-MT), Nozimar do Couto (Rio de Janeiro), Daiane Bispo de Oliveira (Salvador), Joel Domingos da Silva (Salvador), Jane Silva (Belém), Grazielle de Lourdes Ferreira (Vitória da Conquista-BA), Sílvia Sousa (S. João do Meriti-RJ), José Antônio Santos Silva (Eldorado do Sul-RS), Luciana Lemos da Silveira (Viamão-RS), Moacir Pacheco de Meneses (Salvador), Vicentino Filho (Betim-MG), Jaqueline Castro (Goiânia), Márcia Araújo (São Paulo), Varcilene Batista (Belo Horizonte), Tatiane Leite Passos (Taguatinga-DF), Carlos Antônio dos Santos (Ituiutaba-MG), Saturnino Rodrigues Neto (Uberlândia-MG), Jovino Oliveira Ferreira (Goiânia), André Luís Pereira (Pelotas-RS), Elisângela de Farias (Curitiba), Laudeci Reis (São Paulo), Sandra Leandro da Silva (Vitória), Albérico Bispo Santos (Ilhéus-BA), Eudes Fernando Leite (Dourados-MT), Ruth Lopes Costa (São Paulo), Joana Carla (São Luís), Benedita Marques Borges (Campo Grande), Olcinéia dos Santos Rosa (São José-SC), Eriovaldo Couto Queirós (Rondonópolis-MT).

Alberto Rodrigues de Oliveira (Olinda-PE), Paulo Henrique Souza Ventura (Aparecida de Goiânia-GO), Norval Cruz (Fortaleza), Tatiana Souza Dumont (Sobradinho-DF), Venise Cilene Santana (Piracicaba-SP), Amily Silveira (Porto Alegre), Abelina da Silva (Caxias do Sul-RS), Maria Luísa Rodrigues de Souza (Imperatriz-MA), Ângela Maria Correa (Cachoeira do Sul-RS), Tiago Araújo (Salvador), Carla Cardina Pinheiro (São Luís), Carlos Antônio de Paiva Araújo (Recife), Gilvanor Quadros (Teresina), Gislene de Freitas Rocha (Uberaba), Jorge Freitas (Rio de Janeiro), Mara Ribeiro (Itabuna-BA), Maria da Penha Costa (Santos-SP), Maria Eulina Pessoa de Carvalho (João Pessoa), Priscila Gomes de Freitas (São Paulo), Tâmara N. Santos (Salvador).

*Visão parcial do
Dique do
Tororó, com
imagens de
Orixás.
(Salvador/BA)*

DIQUE

*Érica Xavier**

Fui ao Tororó
beber
água
e achei.
Achei Zazá,
achei Zizi
e Orixás,
achei.
Me achei
no verde desconcertante
de tuas águas,
de tuas árvores.
Na Usina
fui gerada e geradora,
fui e não voltei.
Sendo achada
e vigiada
pelos Santos que avistei,
bebi e fui bebida
no Axé qu'eu encontrei.
No Grande sou pequena.
Acredite, minha gente,
no Tororó fiquei.

*Érica Xavier (Estudante de Biblioteconomia, artesã e poeta.
Filha de Nilzete, neta de Olga, bisneta de Zazá, todas do Dique
do Tororó, Salvador-BA).*



Foto: Cláudia Santos

POESIA
& ARTE

